



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Reitora:

Profa. Úrsula Rosa da Silva

Vice-Reitor:

Prof. Eraldo dos Santos Pinheiro

Pró-Reitor de Graduação:

Prof. Antônio Maurício Medeiros Alves

Coordenador do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais:

Prof. Fábio Amaro da Silveira Duval

Pelotas, maio de 2026

Composição do Núcleo Docente Estruturante (NDE), redator do Projeto Pedagógico de curso (PPC) de Relações Internacionais

Anterior a 15 de outubro de 2025

Prof. Antônio Carlos Martins da Cruz

Prof. Charles Pennaforte

Prof. Fábio Amaro da Silveira Duval

Prof.^a Fernanda de Moura Fernandes

Prof.^a Maria de Fátima Bento Ribeiro

Prof. Rafael Assumpção Rocha

Prof. William Daldegan de Freitas

Posterior a 15 de outubro de 2025

Prof. Antônio Carlos Martins da Cruz

Prof. Fábio Amaro da Silveira Duval

Prof.^a Fernanda de Moura Fernandes

Prof.^a Márcia Rodrigues Bertoldi

Prof. Rafael Assumpção Rocha

Apoio técnico

Nicholas Farias da Rosa

SUMÁRIO

I - PROPOSTA PEDAGÓGICA	4
1. CONTEXTUALIZAÇÃO	4
1.1. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	4
1.1.1. Dados de Identificação da Universidade Federal de Pelotas – UFPel	4
QUADRO 1: DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS – UFPEL	4
1.1.2. Histórico e Contexto da Universidade Federal de Pelotas	5
FIGURA 1. MAPA DO RIO GRANDE DO SUL	6
1.2. CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS	10
1.2.1. Dados de Identificação do Curso	10
QUADRO 2: DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	10
1.2.2. Histórico e Contexto do Curso de Relações Internacionais	11
1.2.3. Legislação considerada no PPC	15
2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	19
2.1. PRESSUPOSTOS E ESTRUTURA DO PPC	19
2.2. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	20
2.3. CONCEPÇÃO DO CURSO	21
2.4. JUSTIFICATIVA DO CURSO	22
2.5. OBJETIVOS DO CURSO	24
2.6. PERFIL DO EGRESSO	25
2.7. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	26
3. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	27
3.1. ESTRUTURA CURRICULAR	27
3.2. TABELA SÍNTESE – ESTRUTURA CURRICULAR	29
TABELA 1: TABELA SÍNTESE PARA A INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR	29
3.3. MATRIZ CURRICULAR	30
QUADRO 3: MATRIZ CURRICULAR	30
3.4. FLUXOGRAMA DO CURSO	33
3.5. COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS	34
QUADRO 4: COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS	34
3.6. ESTÁGIOS	36
3.7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	38
3.8. FORMAÇÃO COMPLEMENTAR	39
QUADRO 5: CARGA HORÁRIA MÁXIMA DENTRO DE CADA GRUPO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES	44
3.9. FORMAÇÃO EM EXTENSÃO	45
3.10. REGRAS DE TRANSIÇÃO – EQUIVALÊNCIA ENTRE OS COMPONENTES CURRICULARES	49
3.11. CARACTERIZAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES (ementário e bibliografia)	50
4. METODOLOGIAS DE ENSINO E SISTEMA DE AVALIAÇÃO	161

4.1. METODOLOGIAS, RECURSOS E MATERIAIS DIDÁTICOS	161
4.2. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM	165
4.3. APOIO AO DISCENTE	166
5. GESTÃO DO CURSO E PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA	168
5.1. COLEGIADO DE CURSO	171
5.2. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE	172
5.3. AVALIAÇÃO DO CURSO E DO CURRÍCULO	174
6. ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS	175
7. INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	177
8. INTEGRAÇÃO COM OUTROS CURSOS E COM A PÓS-GRADUAÇÃO	178
9. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	179
II - QUADRO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	180
III - INFRAESTRUTURA	182
REFERÊNCIAS	183
APÊNDICES	190
APÊNDICE I	190
TERMO DE COMPROMISSO PARA REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO - UFPEL INSTITUIÇÃO DE ENSINO	190
APÊNDICE II	198
PLANO DE ATIVIDADES DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO	198
APÊNDICE III	201
RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO	201
APÊNDICE IV	204
REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO	204
APÊNDICE V	209
TERMO DE ACEITE DE ORIENTAÇÃO - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	209
APÊNDICE VI	211
AUTORIZAÇÃO DE ENCAMINHAMENTO PARA BANCA EXAMINADORA - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	211
APÊNDICE VII	213
CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO TCC/ ARTIGOS CIENTÍFICOS	213
APÊNDICE VIII	213
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) DO CURSO DE BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UFPEL	214
APÊNDICE IX	216
TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA INSERIR TCC (GRADUAÇÃO) E TCCP (ESPECIALIZAÇÃO) NAS BASES DE DADOS DA UFPEL	216
APÊNDICE X	218
LISTAGEM ATIVIDADES DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR	218
APÊNDICE XI	220
REQUERIMENTO PARA APROVEITAMENTO DE ATIVIDADES DO EIXO DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR	220
ANEXO	225

I - PROPOSTA PEDAGÓGICA

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

1.1.1. Dados de Identificação da Universidade Federal de Pelotas – UFPel

QUADRO 1: DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS – UFPEL

Mantenedora: Ministério da Educação		
IES: Universidade Federal de Pelotas – UFPel		
Natureza Jurídica: Fundação de Direito Público - Federal	CNPJ/MF: 92.242080/0001-00	
Endereço: Rua Gomes Carneiro, 1, Centro, CEP 96010-610, Pelotas, RS – Brasil	Fone: +55 53 3284 4001	
	Site: www.ufpel.edu.br e-mail: reitoria@ufpel.edu.br	
Ato Regulatório: Credenciamento/ Decreto Nº documento: 49529 Data de Publicação: 13/12/1960	Prazo de Validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo	
Ato Regulatório: Recredenciamento Decreto nº documento: 484 Data de Publicação: 22/05/2018	Prazo de Validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo	
Ato Regulatório: Credenciamento EAD Portaria Nº documento: 1.265 Data de Publicação: 29/09/2017	Prazo de Validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo	
CI – Conceito Institucional:	4	2017
CI – EAD - Conceito Institucional EAD:	3	2013
IGC – Índice Geral de Cursos:	4	2023
IGC Contínuo:	3,8210	2023
Reitor: Ursula Rosa da Silva	Gestão (2025-2028)	

Fonte: <https://capacitaemec.mec.gov.br/emec/nova>

1.1.2. Histórico e Contexto da Universidade Federal de Pelotas

A Universidade Federal de Pelotas (UFPel) foi estabelecida em 1969, por meio do Decreto-Lei nº 750, de 8 de agosto, e é fruto da tradição de ensino superior na cidade, desde a fundação da Imperial Escola de Medicina Veterinária e de Agricultura Prática, em 1883, e do Lyceu de Agronomia, Artes e Ofícios, em 1887. Atualmente, a instituição tem como missão: “Promover a formação integral e permanente do profissional, construindo o conhecimento e a cultura, comprometidos com os valores da vida com a construção e o progresso da sociedade” (UFPEL, 2020, s/p).

Segundo seu Estatuto, trata-se de uma Fundação de Direito Público, dotada de personalidade jurídica como órgão da Administração Federal Indireta, com autonomia financeira, administrativa, didático-científica e disciplinar, de duração ilimitada, com sede e foro jurídico no município de Pelotas (RS), regendo-se pela legislação federal do ensino, pelas demais leis que lhe forem atinentes, pelo Estatuto da Fundação e pelo Regimento Geral (UFPEL, 1969).

A cidade de Pelotas¹ está localizada no Sul do estado do Rio Grande do Sul (RS), a 250 km da capital Porto Alegre. Pelotas possui localização geográfica privilegiada no contexto regional do Mercado Comum do Sul (Mercosul), pois está situada próxima às capitais da Argentina (Buenos Aires) e do Uruguai (Montevidéu), além de dividir fronteira terrestre e lacustre (Lagoa Mirim) com o Uruguai (FIGURA 1).

¹ Na geografia do estado, faz parte da Mesorregião do Sudeste Rio-Grandense, composta por 23 municípios, sendo estes: Arroio do Padre, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Cristal, Morro Redondo, Pedro Osório, São Lourenço do Sul e Turuçu.

FIGURA 1. MAPA DO RIO GRANDE DO SUL



Fonte: Governo do Estado do Rio Grande do Sul (2020).

Em virtude do processo de formação nacional da fronteira sul, as relações entre brasileiros e uruguaios foram historicamente marcadas pela cooperação e pela aproximação cultural entre os povos (MRE, 2020). Na atualidade, as relações de fronteira são marcadas por dois aspectos: a cooperação bilateral no aproveitamento dos recursos hídricos da Lagoa Mirim e do rio Jaguarão; e a cooperação fronteiriça no contexto das cidades gêmeas.

A bacia hidrográfica Mirim-São Gonçalo possui natureza transfronteiriça, com uma superfície de 62.250 km². Aproximadamente 47.310 km² (76%) estão no território brasileiro, e aproximadamente 14.940 km² (24%) estão em território uruguaio. A cooperação bilateral para a gestão conjunta data de 1960, quando foi estabelecida a Comissão Mista Brasileiro-Uruguia para o Desenvolvimento da Lagoa ou “Cuenca” Mirim (CLM). Em 1977, os dois países assinaram o Tratado de Cooperação para o Aproveitamento dos recursos naturais e o desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim, aprofundando a cooperação bilateral a partir dos múltiplos usos da água. A UFPel, desde 1994, administra a Agência de Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (ALM), a qual promove projetos e ações destinados ao aproveitamento dos recursos naturais e hídricos na área de abrangência desta bacia hidrográfica (UFPEL, 2020).

Na fronteira seca, as relações têm sido promovidas por meio da cooperação fronteiriça nos mais diferentes temas, especialmente nas cidades-gêmeas² de Aceguá/Acegua; Jaguarão/Rio Branco; Chuí/Chuy; Livramento/Rivera; Quaraí/Artigas (BRASIL, 2014; IPEA, 2017; MRE, 2020).

Em termos populacionais, Pelotas é a maior cidade da Região Sul do Rio Grande do Sul (RS) e a terceira cidade mais populosa do estado, com aproximadamente 343 mil habitantes distribuídos em uma área de 1.609 km² (PREFEITURA DE PELOTAS, 2020). O perfil econômico da cidade é composto pelos setores da agropecuária, extração vegetal, caça e pesca; comércio; serviços; construção civil e indústria da transformação. Dentre as principais culturas agrícolas, destaca-se a soja, o milho, o arroz, o fumo e o pêssego. Em 2017, o PIB da cidade foi de R\$ 8.573.354.700, ocupando o nono lugar em comparação aos demais municípios gaúchos (SEBRAE, 2019).

Na área educacional, a criação das primeiras faculdades ainda no século XIX contribuiu para a identificação da cidade, também, como uma referência no ensino superior público. A UFPel foi criada a partir da transformação da então Universidade Rural do Rio Grande do Sul, criada em 1960, e que reunia as faculdades de ensino superior existentes até então:

Assim, em 8 de agosto de 1969, o Presidente da República assinou decreto que transformou a Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul, em Universidade Federal de Pelotas (UFPel), composta pelas Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Faculdade de Veterinária, Faculdade de Ciências Domésticas, Faculdade de Direito (fundada em 1912), Faculdade de Odontologia (1911) – as duas últimas pertencentes à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e o Instituto de Sociologia e Política (ISP), fundado em 1958. E outras instituições particulares que existiam em Pelotas foram agregadas à UFPel, como o Conservatório de Música de Pelotas, a Escola de Belas Artes Dona Carmen Trápaga Simões e o Curso de Medicina do Instituto Pró-Ensino Superior no Sul do Estado (Ipesse). E, no mesmo ano, o Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça (CAVG), também passou a fazer parte da UFPel (UFPEL, 2020, s/p).

² A Portaria 125, de 21 de março de 2014, do Ministério de Estado de Integração Nacional, considera que “[...] tendo em vista as crescentes demandas pelos municípios de políticas públicas específicas para estas cidades; [...]”, definindo em seu Artigo 1º cidades-gêmeas da seguinte maneira: “Art. 1º Serão considerados cidades-gêmeas os municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações “condensadas” dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania” (BRASIL, 2014, p. 1).

Desde seu estabelecimento, a UFPel vem se consolidando como a principal instituição pública de ensino superior da região³. Nesse contexto, as ações de internacionalização universitária também foram aprofundadas. Se em 1993 já havia sido criado o Departamento de Intercâmbio e Programas Internacionais (DIPI) (por meio da Resolução nº 01/1993 do Conselho Universitário), atualmente, a Coordenação de Relações Internacionais (CRInter)⁴ gere uma gama de atividades de internacionalização.

A CRInter, além de atender questões relacionadas à mobilidade internacional, também atua no planejamento, formulação e operacionalização dos convênios internacionais. Além disso, a CRInter formula e executa as políticas institucionais de internacionalização tanto entre pares (como por exemplo, pela assinatura, em 2018, do Protocolo de Intenções para ações da Rede Unifronteiras⁵), quanto com outras instituições, como por exemplo, a associação da UFPel ao Impacto Acadêmico das Nações Unidas – UNAI (em inglês: *United Nations Academic Impact*) (UFPEL, 2020; UN, 2020).

Em 2007, após ter acumulado décadas de experiência, a UFPel vivenciou um processo de ampliação da oferta de cursos de graduação e pós-graduação, por meio de sua adesão ao Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) (UFPEL, 2020). Foi no contexto da adesão ao REUNI que se propôs a criação de um curso de Relações Internacionais (RI) na UFPel. O processo de criação de cursos ocorre de acordo com o cenário social, político e econômico regional, visando ao atendimento de demandas de formação profissional.

É oportuno observar que existiam até então somente três cursos de graduação de RI em universidades públicas no estado do Rio Grande do Sul, a saber: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, curso criado em 2004); Universidade Federal do Pampa (Unipampa, curso criado em 2009); e Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, curso criado em 2009) (MEC, 2020). Assim, o curso de RI da UFPel contribui para o desenvolvimento local e regional da fronteira sul do estado, permitindo a formação de profissionais capazes de atuar nestas atividades, justificando a oferta de vagas.

³ Além da UFPel, o município conta com outras quatro instituições públicas e privadas de ensino superior: Universidade Católica de Pelotas (UCPel), Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSUL), Anhanguera Educacional e Faculdade de Tecnologia Senac-RS. Também, possui três escolas técnicas: Escola Técnica Estadual João XXIII, Escola Técnica Estadual Professora Sylvia Mello e o Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça (CAVG), chamado de Instituto Federal Sul-rio-grandense Campus Visconde da Graça, vinculado ao IFSUL.

⁴ Desde 2013, o curso de Relações Internacionais está presente na CRInter através da articulação e diálogo com alguns de seus docentes, mas principalmente, das oportunidades de estágio de seus discentes junto a esta Coordenação.

⁵ Entre Universidades Públicas na faixa de fronteira do Brasil.

Após o processo de expansão da UFPel, no qual o curso de RI se insere, a universidade está constituída atualmente por 22 unidades acadêmicas que ofertam 96 cursos de graduação presenciais e 3 cursos de graduação à distância⁶. Em relação à pós-graduação, são ofertados 26 programas com doutorado, 50 com mestrado acadêmico, 6 com mestrado profissional e 34 cursos de especialização (UFPEL, 2020). Cabe também mencionar que, atualmente, a Universidade possui convênios internacionais com mais de 80 instituições estrangeiras de ensino superior, localizadas em 27 países, em diferentes regiões do mundo (UFPEL, 2020).

Neste contexto, a inserção comunitária e social da UFPel lhe permite ofertar cursos de bacharelado, de tecnologia e de licenciatura nas modalidades presencial e à distância para atender a demandas da sociedade e do mundo do trabalho. A oferta responde a necessidades identificadas a partir do diálogo permanente dos gestores institucionais com entidades representativas de classes e órgãos públicos, bem como pela sintonia da comunidade acadêmica com a realidade socioeconômica e cultural da região.

De acordo com dados oferecidos pela Pró-Reitoria de Ensino (PRE), os cursos de graduação e pós-graduação estão distribuídos em seis *campi*: Campus Capão do Leão, Campus Porto, Campus Centro, Campus Norte, o Campus Fragata e o Campus Anglo, onde está instalada a Reitoria e demais unidades administrativas. As unidades acadêmicas estão organizadas da seguinte forma:

[...] Centro de Artes (CA), Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD), Centro de Engenharias (CENG), Conservatório de Música (CM), Escola Superior de Educação Física (ESEF), Faculdade de Administração e Turismo (FAT), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAURB), Faculdade de Direito (FD), Faculdade de Educação (FAE), Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia (FEO), Faculdade de Letras (FL), Faculdade de Medicina (FM), Faculdade de Nutrição (FN), Faculdade de Odontologia (FO), Instituto de Ciências Humanas (ICH) e Instituto de Filosofia, Sociologia e Política (IFISP). [...] Centro de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos (CCQFA), Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (FAEM); Faculdade de Meteorologia (FMet), Faculdade de Veterinária (FVet); e Instituto de Biologia (IB) [...] Centro de Desenvolvimento Tecnológico (CDTec); Instituto de Física e Matemática (IFM); Centro de Integração do Mercosul (CIM) (UFPEL, 2020, s/p).

Em termos de estrutura física multicampi, a UFPel ocupa uma área de aproximadamente 211.106,22 m². Os discentes da universidade contam com aproximadamente 398 salas de aula, 9 bibliotecas, diversos laboratórios, ambientes e cenários para a prática didática, 15 auditórios, 3 restaurantes escola e 1 casa do estudante (UFPEL, 2020).

⁶ A UFPel participa do programa do governo federal “Universidade Aberta do Brasil” (UAB).

A missão da Universidade é cumprida mediante o desenvolvimento simultâneo e indissociável das atividades de ensino, pesquisa e extensão (gerenciados pelas Pró-Reitorias de Ensino, Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação e Pró-Reitoria de Extensão e Cultura) (UFPEL, 2020). Transcorridos 51 anos desde a sua criação, a UFPel está em processo constante de ampliação, construção e consolidação, atenta às necessidades educacionais e às demandas de formação profissional nas mais diferentes áreas do conhecimento. As principais atividades desenvolvidas a cada ano letivo são apresentadas pelo Calendário Acadêmico da Instituição.

1.2. CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

1.2.1. Dados de Identificação do Curso

QUADRO 2: DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Curso: Relações Internacionais Código: 1102999	
Unidade: Instituto de Filosofia, Sociologia e Política	
Endereço: Rua Alberto Rosa, 154, 2º Andar, Pelotas - RS, 96010-770.	Fone: 53 3284-4555
	Site: https://wp.ufpel.edu.br/ri/ e-mail: ri@ufpel.edu.br
Diretor da Unidade: Elaine Silveira Leite	Gestão: 2022 - atual
Coordenador do Colegiado: Fábio Amaro da Silveira Duval	Gestão: 2025 - atual
Número de Vagas do Curso: 55 vagas anuais	Modalidade: Presencial
Regime Acadêmico: Semestral	Carga Horária Total: 2.775
Turno de Funcionamento: Noturno	Tempo de Integralização: Mínimo: 8 semestres Máximo: 14 semestres
Titulação Conferida: Bacharel em Relações Internacionais	

Ato de autorização do curso: Parecer favorável do Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão (COCEPE) conforme Portaria No. 1827, de 23/11/2012.
Reconhecimento do Curso: Curso criado pela portaria 1827 de 23 de novembro de 2012. Curso reconhecido pela Portaria nº 70 de 29/01/2015. Publicada no D.O.U. de 30/01/2015. Renovação do reconhecimento Portaria nº 272 de 03/04/2017. Publicada na Seção 1, página 129 do D.O.U de 04/04/2017. Renovação do reconhecimento pela Portaria nº 949 de 30/08/2021. Publicada na Seção 1, página 56 do D.O.U de 31/08/2021.
Resultado do ENADE no último triênio: 3
Conceito de Curso (CC): 4 (avaliação in loco realizada de 03/09/2014 a 06/09/2014)
Formas de ingresso: Conforme disposto no Título II, da Resolução COCEPE nº 29, de 13 de setembro de 2018, estão previstas as seguintes formas de ingresso no Curso: SISU/ENEM; PAVE; Reopção; Reopção compulsória; Processo Seletivo Complementar; Transferência Voluntária; Portador de Diploma de Curso Superior; Regime Especial; Vagas para ações de cotas afirmativas.
Relação de convênios vigentes do curso com outras instituições: Convênio UFPel Azonasul, Prefeitura-UFPel para internacionalização, Comitê de Acolhimento de Migrantes, Refugiados e Apátridas.

1.2.2. Histórico e Contexto do Curso de Relações Internacionais

Na UFPel, a iniciativa para o estabelecimento do curso de Bacharelado em Relações Internacionais se deu a partir do ano de 2010, com a identificação da oportunidade de vinculação institucional, seleção de corpo docente e organização do primeiro Projeto Pedagógico (UFPEL, 2011). Nesse contexto, o curso foi formalmente criado pela Portaria nº 1827 de 23 de novembro de 2012, amparado pela adesão institucional ao REUNI, supramencionado. O curso obteve seu Reconhecimento pela Portaria nº 70 de 29/01/2015 (Publicada no D.O.U. de 30/01/2015) e renovação do reconhecimento pela Portaria nº 272 de 03/04/2017 (Publicada na Seção 1, página 129 do D.O.U de 04/04/2017). A criação do curso na UFPel resultou da confluência de dois fatores: (i) do aumento na demanda, nas últimas décadas, por profissionais com conhecimentos com interface internacional, seja em âmbito nacional, estadual ou local; (ii) das políticas públicas de um momento que permitiu, tanto a expansão institucional, quanto a interiorização da área de Relações Internacionais no Brasil (PFRIMER, OKADO, 2019; MAIA, 2020).

Cabe destacar que à época da criação do curso na UFPel, ainda não existiam as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de RI no Brasil, tendo sido o primeiro Projeto Pedagógico do Curso finalizado em março de 2011 (sem passar por alterações até o ano de 2020). Os documentos que permitiriam identificar parâmetros para a autorização e reconhecimento de cursos de Relações Internacionais no Brasil passaram por modificações ao longo dos anos, informadas pelas Diretrizes de formação específica do ENADE 2009, 2012 e 2015 (com diferenças nos conteúdos exigidos no último documento) (INEP, 2009; 2012; 2015) e pelo Catálogo Nacional de Cursos de 2010.

A discussão nacional sobre as DCNs avançou significativamente a partir de 2013, quando a Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI) apresentou ao Conselho Nacional de Educação (CNE), proposta preliminar de DCNs (ABRI, 2017). No âmbito do CNE, o debate se estendeu até 2017, quando, finalmente, as DCNs foram aprovadas (BRASIL, 2017). Tal documento representa significativa contribuição da comunidade acadêmica para a consolidação da, relativamente recente, área das Relações Internacionais, tanto no Brasil, quanto no mundo⁷.

No Brasil, a primeira universidade a oferecer o curso de Bacharelado em Relações Internacionais foi a Universidade de Brasília em 1974. Contudo, foi a partir dos anos 1990 que houve a criação e ampliação dos cursos de graduação em Relações Internacionais no país, primeiramente nas universidades privadas e, após os anos 2000, nas universidades públicas (PFRIMER, OKADO, 2019; MAIA, 2020).

Entre as políticas públicas fundamentais para a expansão e interiorização do ensino superior no país, destacam-se o Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2010), o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e o Programa para Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Tais políticas públicas favoreceram a abertura de vários cursos de Relações Internacionais nas universidades federais, inclusive naquelas novas, recém-criadas no período (PFRIMER, OKADO, 2019; MAIA, 2020).

O curso de RI da UFPel foi beneficiado por este conjunto de políticas públicas nacionais. Destaca-se que não existia em Pelotas curso nesta área de formação acadêmica. O

⁷ Enquanto Gonçalves (2003) data a origem do campo das Relações Internacionais no imediato pós I Guerra Mundial, Schmidt (1998) defende que discussões acadêmicas norte-americanas sobre a Teoria do Estado, anteriores a esse período, criaram as bases para a disciplina. O primeiro curso de Relações Internacionais foi criado em 1919 na Universidade de Aberystwyth, no país de Gales, Reino Unido. Também no Reino Unido, o *Royal Institute of International Affairs*, criado em 1920, foi o primeiro centro acadêmico e de pesquisa em Relações Internacionais (OLSON, GROOM, 1991; SCHMIDT, 2013).

motivo inicial para a oferta de vagas pela UFPel foi o impulso à integração regional no Mercosul, observado desde a década de 1990 com importante impacto para a região. Além disso, as ações de internacionalização cada vez mais presentes no município, no mesmo período, favoreceram o surgimento de novas oportunidades de inserção profissional, tanto em Pelotas quanto na região tais como: negócios internacionais; ações de cooperação internacional descentralizada (paradiplomacia ou diplomacia federativa); cooperação e integração transfronteiriça; instituições regionais (Mercosul, ALADI); *Think Tanks*; e consultorias e assessorias internacionais.

Assim, em um primeiro momento, o curso esteve vinculado institucionalmente à então Pró-reitoria de Graduação, sendo em 2013 incorporado pelo Centro de Integração do Mercosul (CIM) quando de sua transformação em unidade acadêmica no âmbito da UFPel. Nota-se que naquele momento, o curso de RI era o único Bacharelado vinculado ao CIM (enquanto os demais cursos eram tecnólogos em Hotelaria, Gestão Ambiental e Transportes Terrestres), com o maior número de discentes em toda a unidade até seu desligamento do mesmo, em 2019.

Motivado por uma necessidade de reorganização administrativa e institucional⁸, o curso de RI foi transferido para o Instituto de Filosofia, Sociologia e Política (IFISP), o qual historicamente congrega áreas com as quais o curso de RI dialoga epistemologicamente, considerando tanto o Eixo de Formação Estruturante, quanto o Eixo de Formação Interdisciplinar previstos nas DCNs (BRASIL, 2017).

De matriz multidisciplinar, as RI "constituem um objeto cujo estudo é hoje um local privilegiado de encontro de diversas Ciências Sociais" (BRAILLARD, 1990, p. 82). A compreensão de questões próprias das Relações Internacionais só se estabeleceu, e tem sido possível, pela articulação de um conjunto variado de conhecimentos. Se discutir os conflitos do início do século XX demandou o trato de disciplinas como História, Geografia, Direito, Economia, Sociologia, discutir o porquê das transações tecnológicas, dos conflitos de matriz cultural e dos impactos de uma pandemia exigem o manuseio de tantas outras disciplinas que se tornam estruturantes do campo: Teoria de Relações Internacionais, Economia Política Internacional, Política Externa, Segurança e Defesa, Organizações Internacionais, Ciência Política. Debates nos círculos políticos e acadêmicos têm assentado as bases das Relações Internacionais tal como o desenvolvimento do campo tem se mostrado profícuo e sólido.

⁸ Para maiores detalhes ver o Processo SEI nº 23110.060554/2018-51. A demanda foi aprovada no Conselho Superior Universitário (CONSUN) em 08 de novembro de 2019.

Destacam-se a contribuição e o alinhamento dos objetivos do Curso de Relações Internacionais (estabelecido pelas novas DCNs) para o PPI da UFPel. Enquanto o objetivo do Bacharelado de Relações Internacionais “[...] é formar profissionais que possam exercer atividades com interface internacional nas esferas pública e privadas” (BRASIL, 2017, p. 1), o PPI UFPel ressalta que os Cursos de Graduação da UFPel tem como objetivo a:

[...] formação de profissionais com competências e habilidades que lhes possibilite a inserção no mundo do trabalho, de maneira a melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro, do ponto de vista do conteúdo, sem descuidar de seu desenvolvimento do ponto de vista social e humanístico (UFPEL, 2003, p. 8).

No contexto contemporâneo, no qual o protagonismo nas relações internacionais não inclui apenas os Estados, mas também diversos outros atores sociais e indivíduos, o profissional de RI possibilita a interação entre os atores de diversos níveis – local, regional, nacional e internacional – para a promoção e difusão de diferentes instrumentos de desenvolvimento, análise, cooperação, negociação, gestão, entre outros.

Desde o seu estabelecimento, o Curso de Relações Internacionais foi proposto como um curso noturno, alinhado às ações do REUNI⁹. Nesta perspectiva inclusiva, o Curso de RI da UFPel oferece anualmente 55 vagas, sendo 44 dessas pelo SISU/ENEM e 11 pelo PAVE¹⁰, com entrada no 1º semestre de cada ano letivo. Ambas modalidades de ingresso reservam vagas em cumprimento à Lei 12.711/2012¹¹ e à Resolução COCEPE/UFPel 15/2015¹²: No SISU/ENEM 22 das 44 vagas e no PAVE 9 das 11 vagas (MEC SISu, 2019; UFPEL Portal Institucional, 2020). Ademais, o curso atende os critérios e procedimentos de seleção para ingresso em cursos de graduação da UFPel nas modalidades Reopção, Reingresso, Transferência e Portador de Diploma de Ensino Superior, de acordo com a Resolução COCEPE/UFPel 24/2016.

O portal institucional da UFPel, além de divulgar informações gerais sobre o Curso e seu atual corpo docente e discente, também divulga seus egressos. Até o primeiro semestre de

⁹ Sobre o alinhamento acerca dessa opção, é importante lembrar que, naquele momento: “As ações do programa [REUNI] contemplam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que têm o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país” (BRASIL, 2014, p. 31).

¹⁰ O Programa de Avaliação da Vida Escolar (PAVE) é uma modalidade alternativa de ingresso à graduação por meio de avaliação seriada composta por três etapas ao longo do Ensino Médio e coordenada pela COODEC/UFPel (UFPEL Pave, 2020).

¹¹ A Lei 12.711/2012 versa sobre vagas de ingresso ao ensino superior e técnico público federal para alunos provenientes do ensino básico público, pretos, pardos, indígenas, pessoas com deficiência e em vulnerabilidade social.

¹² A Resolução COCEPE/ UFPel 15/2015, em consonância com a Lei 12.711/2012, cria dez vagas especiais para alunos provenientes de comunidades quilombolas e indígenas.

2020, constavam dos registros 206 discentes cursando e 207 egressos (UFPEL, 2020). Ainda que a UFPel tenha desenvolvido um portal institucional para o acompanhamento de egressos, o número reduzido de cadastros realizados motivou membros do NDE para o desenvolvimento da primeira pesquisa sobre o perfil dos egressos, no ano de 2020, em celebração aos dez anos do Curso, bem como, do contexto das discussões para a reforma deste PPC.

A concepção do presente PPC foi fruto de debates e discussões entre os docentes do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de RI, participação do técnico administrativo, bem como diálogos com o corpo discente¹³. A dinâmica de trabalho foi estabelecida por comissões e diversas reuniões deliberativas ao longo do primeiro e segundo semestres de 2020¹⁴. Por ocasião dos dez anos de existência do curso, esta foi uma oportunidade de proceder à revisão crítica e ao aperfeiçoamento do curso sob vários aspectos.

A constante transformação da área, tanto nos debates acadêmicos, quanto no mundo do trabalho; o estabelecimento das DCNs em 2017, bem como a constante atualização de outras legislações federais para temas diversos no ensino superior; a realocação do curso para uma nova unidade acadêmica em 2019; a adequação ao PPI/UFPel e ao PDU (Plano de Desenvolvimento de Unidade) de sua nova Unidade, o IFISP; a adequação às regras e normas legais de regulação e avaliação do MEC; e por fim, a adequação aos instrumentos de avaliação do INEP/MEC, são algumas das principais razões que justificaram a necessidade de reestruturação do PPC do curso de RI da UFPel.

1.2.3. Legislação considerada no PPC

A concepção do presente documento, assim como as alterações nele realizadas, consideraram as seguintes legislações federais e normas institucionais da UFPel:

¹³ Dada a urgência da reforma e considerando que os trabalhos ocorreram de forma remota durante o período de pandemia pela Covid-19, os diálogos com o corpo discente foram realizados por meio da plataforma de Webconferência fornecida pela UFPel. Para tanto, foi registrada uma ação, no âmbito do Projeto de Ensino 2970 - Relações Internacionais da UFPel: seus 10 anos e novas perspectivas. A ação 11281 - Diálogos com o Núcleo Docente Estruturante do Curso de Relações Internacionais: a reforma do Projeto Pedagógico, contou com reunião ao vivo, no dia 11/09/2020 e estimulou o envio de contribuições discentes, via encaminhamento das demandas para o Colegiado de Curso.

¹⁴ A dinâmica dos trabalhos se deu a partir da aprovação da agenda, bem como da divisão das tarefas em diferentes comissões. Os textos preparados pelas comissões foram consolidados, gradativamente, ao longo das semanas de trabalho, em um esboço de documento final. Este documento esteve disponível para acesso constante - por todos os membros do NDE - em ferramenta de compartilhamento de arquivos virtual (*google docs*). Esta estratégia permitiu que todos os membros pudessem realizar inserções, comentários, sugestões e contribuições, a qualquer tempo ao longo dos meses.

CONSTITUIÇÃO

Constituição Federal de 1988.

LEIS

- Portaria MEC/INEP nº 265, de 27 de junho de 2022. Regulamenta a Avaliação Externa Virtual in Loco no âmbito das visitas por comissões de especialistas para avaliação externa de Instituições de Educação Superior e cursos de graduação, no bojo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), e da avaliação das Escolas de Governo.
- Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014 – 2024 e dá outras providências.
- Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). ok
- Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)
- Lei 13.005 de 25 de junho de 2014 (Plano Nacional de Educação).
- Lei 12.711/2012, que dispõe sobre vagas de ingresso ao ensino superior e técnico federal para alunos provenientes do ensino básico público, pretos, pardos, indígenas, pessoas com deficiência e em vulnerabilidade social.
- Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes.
- Lei 11.645 de 10 de março de 2008, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.
- Lei 10.861/2004 – Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.
- Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira (LDB) , nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 .

DECRETOS

- Decreto nº 5626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e dispõe sobre a língua brasileira de sinais - LIBRAS, e a obrigatoriedade de sua inclusão como disciplina curricular.
- Decreto nº 5296, de 02 de dezembro de 2004, que dispõe sobre condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida: citada na legislação do projeto, considerada nas ações do curso e no texto do projeto que dispõe sobre as Diretrizes.

RESOLUÇÕES (Conselho Nacional de Educação)

- Resolução CNE/CES nº4 de 04 de outubro de 2017, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Relações Internacionais, e dá outras providências.
- Resolução CNE/CP nº 01, de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- Resolução CNE/CP nº 02, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental; e as Políticas de educação ambiental (Lei nº 9795, de 27 de abril de 1999 e Decreto nº 4281 de 25 de junho de 2002).
- Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.
- Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

PORTARIA (MEC e INEP)

- Portaria MEC nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.

- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. Portaria nº 242, de 10 de junho de 2015, que dispõe sobre o ENADE para a área de Relações Internacionais.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. Portaria nº 209, de 22 de junho de 2012. Publicada no Diário
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. Portaria nº 133 de 24 de junho de 2009, que dispõe sobre o ENADE para a área de Relações Internacionais.

RESOLUÇÕES (UFPeL)

- Resolução COCEPE nº 87, de 14 de novembro de 2024, dispõe sobre estágios obrigatórios e não obrigatórios realizados por discentes regularmente matriculados nos cursos da UFPEL.
- Resolução COCEPE nº 65, de 28 de março de 2024, que dispõe sobre o Regulamento de trabalho de conclusão de curso dos cursos de graduação da UFPeL.
- Resolução nº 66, de 21 de dezembro de 2021 que aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional — PDI — 2022–2026 da UFPeL.
- Resolução COCEPE nº 30, de 03 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre o Regulamento da integralização das atividades de extensão nos cursos de Graduação da Universidade Federal de Pelotas - UFPEL.
- Resolução COCEPE nº 29, de 13 de setembro de 2018 - Regulamento do Ensino de Graduação na UFPeL.
- Resolução COCEPE nº 22 de julho de 2018 - Dispõe sobre as diretrizes de funcionamento do Núcleo Docente Estruturante - NDE, dos Cursos de Graduação da UFPeL.
- Resolução COCEPE nº 27 de 14 de setembro de 2017, que aprova indicadores de qualidade para os projetos, programas e atividades de Ensino à Distância.
- Resolução COCEPE/UFPeL 24/2016, que dispõe novos critérios e procedimentos de seleção de ingresso em cursos de graduação da UFPEL nas modalidades reopção, reingresso, transferência e portador de diploma de ensino superior.
- Resolução COCEPE/UFPeL 15/2015, cria dez vagas especiais para alunos provenientes de comunidades quilombolas e indígenas.

- Resolução COCEPE 03/2009 - UFPel como parte Concedente (estágio)
- Resolução COCEPE nº 02/2006 - Dispõe sobre o Tempo de Permanência dos acadêmicos na UFPel.

OUTROS NORMATIVAS

- Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação - Versão 2017 - Autorização (considerado nas Diretrizes para Elaboração de Projeto Pedagógico de Curso da UFPel).
- Regimento Geral da UFPel, 22 de abril de 1977.
- Projeto Pedagógico Institucional - PPI, 2003.
- Diretrizes para Elaboração de Projeto Pedagógico de Curso da UFPel.
- Plano de Desenvolvimento das Unidades, 2019.

Tomadas em seu conjunto, tais regulamentações fundamentam o PPC do curso de RI da UFPel, garantindo seu alinhamento e cumprimento às exigências institucionais e legais.

2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1. PRESSUPOSTOS E ESTRUTURA DO PPC

A estrutura curricular do curso de Relações Internacionais da UFPel atende à Resolução CNE/CES nº4 de 04 de outubro de 2017 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o curso de graduação em Relações Internacionais no país, abrangendo os quatro grandes eixos temáticos entre si: Eixo Estruturante; Eixo de Formação Interdisciplinar; Eixo de formação voltado à atividade profissional e Eixo de Formação Complementar (Art. 5º, incisos I a IV, BRASIL, 2017).

Além das DCNs, este PPC levou em consideração as legislações pertinentes aos Direitos Humanos (Resolução CNE/CP nº 01, de 30 de maio de 2012); às relações Étnico-Raciais (Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004); a linguagem brasileira de Sinais - LIBRAS

(Decreto nº 5626, de 22 de dezembro de 2005) e educação ambiental (Resolução CNE/CP nº 02, de 15 de junho de 2012).

As três dimensões formativas que orientaram este PPC estão dispostas no Art. 124 do Regulamento de Ensino de Graduação da UFPel (UFPEL, 2018, p.24), a saber:

- a) Formação Específica: o conjunto de componentes curriculares determinado pela legislação vigente aos cursos de graduação, de caráter obrigatório e opcional.
- b) Formação Complementar: o conjunto de atividades complementares, assim definido no projeto pedagógico de curso, observando, ainda, a legislação vigente aos cursos de graduação em nível de bacharelado, tecnologia e licenciatura.
- c) Formação em Extensão: a curricularização das atividades extensionistas para integralização de carga horária obrigatória, conforme legislação.

2.2. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

O curso de Relações Internacionais está alinhado ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFPel 2022–2026 e fundamentado no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da Universidade, vigente para o período 2023–2036.

A UFPel pauta-se em princípios que orientam suas ações acadêmicas e administrativas, entre os quais se destacam:

- O compromisso da universidade pública com a democracia, a autonomia universitária, as demandas sociais e o desenvolvimento sustentável.
- A indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e inovação, assegurando uma formação integrada e de qualidade.
- A compreensão do processo didático-pedagógico como interativo, colaborativo e multidimensional, estimulando o desenvolvimento crítico, reflexivo e criativo ao longo da trajetória formativa (UFPel, 2022, p. 8).

Nesse contexto, evidencia-se a necessidade de consolidar uma concepção acadêmica que:

- integre efetivamente ensino, pesquisa e extensão;
- responda às demandas coletivas;
- assegure um processo de ensino-aprendizagem interativo;

- incorpore o uso das novas tecnologias;
- respeite e valorize as individualidades de cada estudante.

No que se refere aos objetivos estratégicos do PDI (2023–2036), destacam-se aqueles diretamente relacionados ao curso de Relações Internacionais:

- Objetivo Específico 1: Consolidar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (UFPeI, 2021, p. 22).
- Objetivo Específico 11: Articular a graduação e a pós-graduação com processos de internacionalização, por meio da participação e promoção de programas, convênios e outras formas de cooperação acadêmica, estimulando a mobilidade estudantil e docente entre a UFPeI e instituições parceiras (UFPeI, 2021, p. 33).
- Objetivo Específico 13: Promover a interdisciplinaridade entre saberes, práticas e áreas de conhecimento (UFPeI, 2021, p. 39).

No âmbito do PPI, estabelece-se que o egresso das diversas áreas da UFPeI deverá ser capaz de (UFPeI, 2021, p. 11):

- Utilizar critérios científicos para a análise e solução de problemas, tanto de caráter concreto e de impacto social quanto de natureza abstrata e teórica, contribuindo para a produção de novos conhecimentos em sua área de atuação.
- Desenvolver habilidades e competências voltadas à formação de novos recursos humanos.

2.3. CONCEPÇÃO DO CURSO

O curso de RI da UFPeI, tal como estabelecido no Art. 3º das DCNs (BRASIL, 2017), é oferecido em nível de graduação, na modalidade Bacharelado. Ofertado anualmente no período noturno, o curso preza pelo princípio da universalidade e ampliação do acesso ao ensino superior, contribuindo para diminuir as desigualdades e dinâmicas de exclusão socioeconômica e cultural no país.

Oferece uma formação humanística, generalista e multidisciplinar, com base nos quatro grandes eixos de formação - estruturante, interdisciplinar, profissional, complementar - das DCNs (BRASIL, 2017), expressa da seguinte forma: (i) em disciplinas que abordam um conjunto de conteúdos capazes de distinguir o campo de conhecimento próprio das Relações Internacionais; (ii) projetos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos pelo seu corpo docente e discente, em sintonia com as demandas acadêmicas e comunitárias; (iii) atividades complementares que prezam pela diversidade étnico-cultural, pela promoção da cidadania, pelo respeito aos direitos humanos, pela proteção ambiental e pelo fortalecimento da democracia; e (iv) com atenção as demandas e transformações do mundo do trabalho, seja em âmbito local, regional, nacional e internacional.

2.4. JUSTIFICATIVA DO CURSO

A vocação para a internacionalização do município também pode ser evidenciada – entre outros tantos aspectos relacionados à região de fronteira¹⁵ e históricos – por meio de atividades desenvolvidas tanto pelo setor público, quanto privado. Além da presença consular (o município de Pelotas possui sede do Consulado Geral do Uruguai e do Consulado Honorário de Portugal), no primeiro, destaca-se, a existência de instrumentos de cooperação internacional descentralizada, tais como os protocolos de irmanamento e os acordos estabelecidos entre as cidades gêmeas. No segundo, observam-se as atividades empresariais, na área de comércio exterior.

Com relação às atividades públicas, destaca-se que, ao longo dos anos, o município firmou acordos internacionais de irmanamento de cidades, visando à internacionalização das atividades municipais em diversos setores, como por exemplo, comércio e investimentos, turismo, educação e cultura. O primeiro acordo data de 1963, com a cidade de Suzu (Japão). O segundo, foi firmado em 1996 com a cidade de Aveiro (Portugal). O terceiro foi firmado com a cidade de Colonia Del Sacramento (Uruguai), no ano de 2005 (CÂMARA MUNICIPAL DE PELOTAS, 2020).

Em relação ao comércio exterior, embora o município contribua com menos de 1% na balança comercial brasileira, chama a atenção os valores das exportações (US\$ 136,55 milhões)

¹⁵ Faixa de fronteira é a faixa interna de 150 km de largura paralela à linha divisória terrestre do território nacional.

e importações (US\$ 105,87) no ano de 2019 (BRASIL, 2019). A significativa produção de arroz e bovinos – produtos que representam aproximadamente 90% da pauta exportadora – permite que os parceiros de exportação sejam muito diversificados (Peru, Venezuela, Turquia, Cuba, Iraque, Egito, Uruguai, Arábia Saudita, Cabo Verde, Estados Unidos, entre outros). As importações concentram-se em insumos para a indústria agrícola – aproximadamente 70% dos bens importados são adubos e fertilizantes, de origens também diversas (China, Rússia, Uruguai, Arábia Saudita, Israel, Canadá, entre outros) (BRASIL, 2019). Atualmente, segundo dados do Ministério da Economia, a cidade possui, aproximadamente, sessenta empresas que atuam com operações de exportações e importações (BRASIL, 2020).

Em virtude de seu processo de formação econômica, política e cultural, Pelotas se tornou um centro de referência para as populações da metade sul do estado (PREFEITURA DE PELOTAS, 2020). De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN):

Pelotas possui um dos maiores acervos de estilo eclético do Brasil, em quantidade e qualidade, com 1300 prédios inventariados. Data de 1955, o primeiro tombamento realizado pelo Iphan, no município: o obelisco construído em homenagem a Domingos José de Almeida, por sua participação na Revolução Farroupilha (Guerra dos Farrapos), entre 1835 e 1845. Às belezas naturais da região somam-se o belo e imponente casario, acervo arquitetônico de uma época de glória e opulência, construído sob forte influência europeia [...] Fundada em 1812, [...] A cidade prosperou devido às charqueadas e aos curtumes. Tanto o charque quanto o couro eram exportados, principalmente para a França, pelo seu porto localizado à margem do Canal São Gonçalo que liga as lagoas dos Patos e Mirim, o que gerou enorme riqueza (IPHAN, 2020, s/p).

O curso de RI da UFPel se justifica pela necessidade de formar profissionais capazes de compreender e atuar nos processos de internacionalização das diversas atividades públicas e privadas que possuem uma interface com o meio externo. Em Pelotas, especialmente, o profissional pode contribuir na promoção das relações fronteiriças por meio da cooperação descentralizada, seja em relação às cidades gêmeas ou na implementação dos protocolos de irmanamento de cidades; na promoção dos negócios internacionais, com ênfase na área de comércio exterior e na internacionalização das empresas locais; e na prestação de consultorias e assessorias em áreas afetas às RI, como a cultura, o meio-ambiente, o desenvolvimento sustentável a saúde global, entre outras.

O fato da UFPel ser reconhecida como uma referência no ensino superior faz com que estudantes dos municípios vizinhos – por exemplo, Canguçu, Turuçu, São Lourenço, Rio Grande e Bagé – cursem a graduação de RI em Pelotas, sem ter a necessidade de se deslocarem

para a capital do estado (Porto Alegre) ou para os grandes centros do país. Ademais, o curso também atrai estudantes de outras regiões brasileiras, que por meio do sistema SISU/ENEM, têm optado por cursar a graduação em RI na cidade de Pelotas. A proximidade com a fronteira do Uruguai também confere um diferencial nas oportunidades de vivência social e cultural aos discentes de outras regiões do estado e do país.

No âmbito universitário e acadêmico, em virtude do processo recente de internacionalização da UFPel, o curso pode contribuir também na implementação dos convênios de mobilidade na instituição, bem como na promoção de outras iniciativas, como acordos que envolvam organismos internacionais ou governos estrangeiros no âmbito da cooperação educacional internacional.

Desde os anos 1990, a crescente interação entre o local e o global aumentou a visibilidade da área e a demanda por profissionais de Relações Internacionais, no país. Um exemplo disso é o processo de expansão do número de cursos de RI pelo Brasil a partir dos anos 1990 com pico nos anos 2000 (MAIA, 2020). A UFPel ilustra como contribui, por meio do curso de Relações Internacionais, no processo de capacitação de recursos humanos do país.

2.5. OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Bacharelado em Relações Internacionais da UFPel tem por objetivo promover a formação humanista e multidisciplinar, fundamentada nas DCNs da área (BRASIL, 2017). Em conformidade com o disposto no Plano de Desenvolvimento Institucional (UFPEL, 2003), bem como no Art. 3º das DCNs (BRASIL, 2017), o objetivo geral do curso de Bacharelado em Relações Internacionais contempla formação para a compreensão e atuação em complexos e dinâmicos contextos com interação internacional, com compromisso ético, igualdade, respeito a democracia, dentro dos princípios de responsabilidade social e justiça. Desta forma, busca-se articular os conhecimentos do eixo Estruturante das DCNs aos demais eixos (Interdisciplinar, Complementar e Profissional).

Por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão, promove a formação de sujeitos atuantes nas diversas arenas dos setores público, privado e não governamental, como agentes das Relações Internacionais, relacionando problemas e soluções locais, nacionais e internacionais.

Como **objetivos específicos**, podem-se listar os seguintes:

- Discutir a inserção externa do Brasil, as oportunidades e os desafios para o desenvolvimento e sua correlação com o seu ambiente doméstico;
- Promover visão crítica acerca da atuação dos diversos atores no âmbito público, privado e não governamental;
- Formar agentes promotores do desenvolvimento social, com base em uma perspectiva internacional, multidisciplinar e multicultural;
- Formar agentes, mediadores e interlocutores entre instituições, empresas, organizações não governamentais, secretarias, comissões e suas contrapartes, capazes de planejar e executar políticas, programas, projetos e/ou intercâmbios de natureza internacional;
- Desenvolver projetos voltados para a área de ensino, pesquisa e extensão em Relações Internacionais.

2.6. PERFIL DO EGRESSO

Questões internacionais não são exclusivas dos atores estatais e, para além dos Estados, diferentes atores sociais convivem com a necessidade e o desafio de estabelecer relações internacionais em todas as suas dimensões (MINGST, 2009). A partir desse pressuposto, com base na Projeto Pedagógico Institucional da UFPel (UFPEL, 2003), bem como das competências e habilidades previstas no Art. 4º das DCNs (BRASIL, 2017), o Bacharel em Relações Internacionais da UFPel, pautado pelos princípios da ética, igualdade e respeito a democracia, deve:

- a) possuir capacidade de compreensão dos complexos fenômenos internacionais;
- b) utilizar teorias e conceitos próprios do campo de Relações Internacionais, bem como seus métodos, na análise empírica, histórica ou contemporânea;
- c) possuir capacidade de leitura, compreensão e elaboração de textos, atos, pesquisas e documentos relativos à sua área de atuação;
- d) ser proativo na solução de problemas - conectando, na medida do possível, as esferas local, regional e global;
- e) possuir capacidade de planejamento e execução de políticas, projetos, análises, entre outros;

- f) possuir capacidade de tomada de decisões - considerando, na medida do possível, aspectos das esferas local, regional e global;
- g) possuir habilidades interpessoais, raciocínio lógico e postura crítica.

O profissional de RI exerce papel fundamental nas esferas pública, privada, não governamentais, tais como governos, universidades, empresas, organizações internacionais governamentais (OIGs), organizações internacionais não-governamentais (OINGs), consultorias, mercado financeiro, entre outras instituições. Se torna agente demandante e demandado, ativo e altivo no mundo em constante transformação. Cabe a esse profissional atuar de maneira responsável e responsiva na promoção da sustentabilidade do desenvolvimento, das relações sociais, políticas, econômicas e culturais rompendo as barreiras do preconceito e da exclusão social. Ademais, busca promover o debate e o diálogo em prol do conhecimento, seja científico e/ou tecnológico, na busca incessante de soluções criativas e responsáveis às demandas de toda ordem.

2.7. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

O Curso de Relações Internacionais da UFPel possibilita a formação que contemple o desenvolvimento das competências e habilidades previstas no Art. 4º das DCNs (BRASIL, 2017):

- I - Capacidade de compreensão de questões internacionais no seu contexto político, econômico, histórico, geográfico, estratégico, jurídico, cultural, ambiental e social, orientada por uma formação geral, humanística e ética;
- II - Capacidade de solução de problemas numa realidade diversificada e em transformação;
- III - Capacidade de utilização de novas tecnologias de pesquisa e comunicação;
- IV - Habilidades interpessoais (consciência social, responsabilidade social e empatia);
- V - Capacidade de planejar, propor, executar e avaliar ações de promoção do desenvolvimento na escala local, a partir da coerente integração entre teoria e prática;
- VI - Capacidade de planejar e executar estrategicamente a internacionalização de organizações de diferentes tipos;
- VII - Domínio na elaboração, avaliação e aplicação de instrumentos normativos internacionais;
- VIII - Utilização dos métodos quantitativos e qualitativos para análise de fenômenos históricos e contemporâneos de política internacional;
- IX - Raciocínio lógico e expressão adequada de ideias complexas;
- X - Utilização adequada de teorias e conceitos próprios do campo de Relações Internacionais e seu uso na análise de situações concretas;
- XI - Postura crítica com relação a argumentos, evidências, discursos e interpretações, com relação tanto a eventos e processos internacionais, quanto a abordagens, teorias e perspectivas em Relações Internacionais;

XII - Domínio das habilidades relativas à efetiva comunicação e expressão oral e escrita em língua portuguesa;
XIII - Capacidade de compreensão em língua estrangeira, em especial em língua inglesa;
XIV - Capacidade de pesquisa, análise, avaliação e formulação de cenários para atuação na esfera internacional;
XV - Capacidade de tomada de decisões; planejamento, condução, análise e avaliação de negociações e de resolução de problemas numa realidade diversificada e em constante transformação;
XVI - Capacidade de formular, negociar e executar projetos de cooperação internacional.”

Para além das competências e habilidades previstas nas DCNs, as diferentes atividades desenvolvidas no Curso também promovem:

- Proatividade para o desenvolvimento da área de atuação do profissional de Relações Internacionais buscando, sempre que possível, conectar as esferas local, regional e global, difundindo-a entre diversos atores.
- Respeito às regras e políticas institucionais, de cortesia, cerimonial e de protocolo;
- Disposição para o aprendizado permanente.

3. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

3.1. ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular procurou refletir os pressupostos deste PPC no que pese as DCNs (BRASIL, 2017) dos cursos de Relações Internacionais, o Regulamento do Ensino de Graduação na UFPel (UFPEL, 2018) e outros documentos e legislações que fornecem o suporte institucional e jurídico para a concepção e funcionamento do curso, conforme detalhado no item 2.1 deste PPC. Desta forma, o currículo compreende em sua organização a **formação específica** através da oferta de disciplinas obrigatórias e optativas; a **formação complementar** que abrange atividades relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão de forma, preferencialmente, equilibrada; e, por fim, a **formação em extensão**, integralizada por meio das Atividades Curriculares em Extensão (ACE), as quais consistem na participação ativa dos estudantes em projetos de extensão formalizados institucionalmente, seja pelo próprio curso ou em outros da Universidade.

No âmbito das disciplinas da formação específica, são contemplados os Eixos de Formação Estruturante, Interdisciplinar e Profissional das DCNs. As atividades da formação complementar abrangem os Eixos de Formação Complementar das DCNs, assim como o Interdisciplinar e o Profissional. Quanto às atividades de formação em extensão, incentiva-se, preferencialmente, aquelas relacionadas aos Eixos de Formação Complementar e voltado à atividade profissional.

A formação específica compreende o número de 2.775 horas, enquanto a formação complementar ocupa 210 horas da disposição curricular e a formação em extensão 285 horas. Note-se que foi observada uma aproximação de horas em relação à formação complementar e em extensão, fazendo com que a nova organização curricular do curso de RI esteja mais sintonizada com as concepções contemporâneas de flexibilidade e interdisciplinaridade na abordagem dos seus diferentes conteúdos teóricos e práticos.

Os membros do NDE que confeccionaram o presente documento realizaram pesquisa na organização curricular de diferentes cursos de Relações Internacionais, observando a recorrência da oferta de determinadas disciplinas que fundamentam os Eixos de Formação Estruturante e Interdisciplinar da área no Brasil. Desta forma, o novo PPC do curso de RI da UFPel procurou estar atento às tendências modernizadoras dos currículos nacionais, sem descuidar da identidade específica e disciplinar das Relações Internacionais enquanto campo acadêmico e científico autônomo.

O perfil desejado do(a) egresso(a) do curso foi considerado na definição de abordagens e ênfases dos componentes curriculares estipulados pelo Regulamento de Ensino da Graduação, distribuídos em disciplinas obrigatórias e optativas, atividades complementares, trabalho de conclusão de curso (TCC), e estágio curricular não obrigatório.

No que tange ao cumprimento da Lei 11.645 de 10 de março 2008 e a Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004, que estabelecem as diretrizes e bases da educação nacional para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, são ofertadas pelo curso e por outros Departamentos colaboradores disciplinas obrigatórias e optativas integrantes da formação específica da matriz curricular. A temática é discutida diretamente nas ementas das disciplinas obrigatórias de Formação Econômica do Brasil e História das Relações Internacionais, oferecidas pelo curso. Em caráter optativo, o conteúdo é tratado nas seguintes disciplinas: Relações Internacionais da África; Etnicidade e Relações Internacionais; Raça e Gênero nas Ciências Sociais; História da África;

História da África Colonial; História da África Contemporânea; História da África Lusófona; História da África Contemporânea; Cultura Brasileira e Identidade Nacional; Desenvolvimento Internacional. Ademais, sempre que possível, a temática é abordada nas estratégias de ensino-aprendizagem ou nos projetos do Curso.

Em relação à inserção dos conteúdos previstos na Resolução CNE/CP nº 01, de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Superior, o curso oferta disciplinas integrantes da formação específica da matriz curricular. O tema é tratado na disciplina obrigatória de Proteção Internacional da Pessoa Humana, que trata da temática de Direitos Humanos, Direito dos Refugiados e Direito Humanitário. Conteúdos específicos estão previstos na ementa das disciplinas: Teoria das Relações Internacionais II, Estudos de Integração, Noções de Comércio Exterior. Transversalmente, estes conteúdos são tratados na disciplina de Direito Internacional I, Regimes e Organizações Internacionais, bem como nos projetos do Curso.

Por fim, destaca-se que a inserção dos conhecimentos concernentes à temática ambiental, conforme Resolução CNE/CP nº 02, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental; e as Políticas de educação ambiental nos currículos da Educação Superior ocorre, pela transversalidade em disciplinas integrantes da formação específica da matriz curricular, como Meio Ambiente e Relações Internacionais, Direito Internacional do Meio Ambiente e Sociologia, Sociedade e Meio Ambiente. A temática também está prevista na ementa das disciplinas obrigatórias: Teoria das Relações Internacionais II, Noções de Comércio Exterior, Estudos de Integração. Entre as disciplinas optativas, Comércio Internacional e Negócios Internacionais têm tópicos de ementa para a abordagem das questões ambientais. Na medida do possível, a temática também é presente nos projetos do Curso.

3.2. TABELA SÍNTESE – ESTRUTURA CURRICULAR

TABELA 1: TABELA SÍNTESE PARA A INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR

FORMAÇÃO	Créditos	Horas
A) Formação específica		
Disciplinas obrigatórias	120	1.800
Disciplinas optativas	24	360
Estágio curricular obrigatório		
TCC	8	120

Soma	152	2.280
B) Formação complementar		
Atividades complementares de ensino, pesquisa e extensão	14	210
C) Formação em Extensão		
Atividades Curriculares em Extensão (ACE)	19	285
TOTAL	185	2.775

3.3. MATRIZ CURRICULAR

QUADRO 3: MATRIZ CURRICULAR

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS									
Carga horária total do Curso: 2.775									
Carga horária de Formação específica: 2.280									
Carga horária de Formação complementar: 210									
Carga horária de Extensão: 285									

1º SEMESTRE

Código	Deptº Unidade	Componente curricular	Cr	T	P	EAD	EXT	CH (h)	Pré-Requisito
NOVO	CG RI	Introdução às Relações Internacionais	4	4				60	
06740046	CG RI	Introdução à Ciência Política	4	4				60	
06730309	DFIL	Introdução à Filosofia	4	4				60	
06560133	DESP	Sociologia	4	4				60	
06740047	CG RI	Fundamentos de Economia	4	4				60	
Total			20					300	

2º SEMESTRE

Código	Deptº ou Unidade	Componente curricular	Cr	T	P	EAD	EXT	CH (h)	Pré-Requisito
NOVO	CG RI	História das Relações Internacionais	4	4				60	06740090
06740049	CG RI	Teoria Política I	4	4				60	06740046
06740050	CG RI	Geopolítica	4	4				60	
06740051	CG RI	Noções de Comércio Exterior	4	4				60	06740047
NOVO	CG RI	Formação Econômica do Brasil	4	4				60	
Total			20					300	

3º SEMESTRE

Código	Deptº ou Unidade	Componente curricular	Cr	T	P	EAD	EXT	CH (h)	Pré-Requisito
06740053	CG RI	História da Política Externa Brasileira I	4	4				60	06740048
06740054	CG RI	Teoria Política II	4	4				60	06740049
06740091	CG RI	Teoria das Relações Internacionais I	4	4				60	06740090
06740095	CG RI	Direito Internacional I	4	4				60	
NOVO	CG RI	História das Relações Internacionais Contemporâneas	4	4				60	NOVO
Total			20					300	

4º SEMESTRE

Código	Deptº ou Unidade	Componente curricular	Cr	T	P	EAD	EXT	CH (h)	Pré-Requisito
06740055	CG RI	História da Política Externa Brasileira II	4	4				60	06740053
NOVO	CG RI	Teoria das Relações Internacionais II	4	4				60	06740091
06740014	CG RI	Direito Internacional II	4	4				60	06740095
06740021	CG RI	Economia Internacional	4	4				60	06740047
06560134	DESP	Metodologia das Ciências Sociais	4	4				60	06560133
Total			20					300	

5º SEMESTRE

Código	Deptº ou Unidade	Componente curricular	Cr	T	P	EAD	EXT	CH (h)	Pré-Requisito
NOVO	CG RI	Regimes e Organizações Internacionais	4	4				60	06740095 / 06740092
06740018	CG RI	Proteção Internacional da Pessoa Humana	4	4				60	06740014
06740093	CG RI	Metodologia Aplicada às Relações Internacionais	4	4				60	06740092 / 06560134
06740058	CG RI	Segurança Internacional e Políticas de Defesa	4	4				60	06740092
NOVO	CG RI	Meio Ambiente e Relações Internacionais	4	4				60	06740095 06740047
Total			20					300	

6º SEMESTRE

Código	Deptº o Unidad	Componente curricular	Cr	T	P	EAD	EXT	CH (h)	Pré-Requisito
06740059	CG RI	Análise de Política Externa	4	4				60	06740092
NOVO	CG RI	Economia Política Internacional	4	4				60	06740092 / 06740021
06740061	CG RI	Negociações Internacionais	4	4				60	06740057
06740056	CG RI	Estudos de Integração	4	4				60	06740091 / 06740021
	CG RI	Optativa	4	4				60	
Total			20					300	

7º SEMESTRE

Código	Deptº o Unidad	Componente curricular	Cr	T	P	EAD	EXT	CH (h)	Pré-Requisito
06740094	CG RI	Análise de Conjuntura Internacional	4	4				60	06740093
06740062	CG RI	Trabalho de Conclusão de Curso I	4	4				60	Todas as disciplinas obrigatórias até o 6º semestre
	CG RI	Optativa	4	4				60	
	CG RI	Optativa	4	4				60	
	CG RI	Optativa	4	4				60	
Total			20					300	

8º SEMESTRE

Código	Deptº o Unidad	Componente curricular	Cr	T	P	EAD	EXT	CH (h)	Pré-Requisito
NOVO	CG RI	Trabalho de Conclusão de Curso II	4	4				60	Todas as disciplinas obrigatórias até o 7º semestre
	CG RI	Optativa	4	4				60	
	CG RI	Optativa	4	4				60	
Total			12					180	

Extensão (ações não vinculadas a disciplinas já identificadas na matriz como EXT, constando carga horária a ser computada para integralização curricular)	285 horas - 19 créditos
Atividades Complementares Realizada durante todo o curso e integralizada no último semestre	210 horas - 14 créditos

3.4. FLUXOGRAMA DO CURSO

Constitui-se de um desenho representativo dos saberes da área a qual o curso pertence e como estes saberes foram organizados e distribuídos no espaço/tempo de formação, possibilitando visualizar o movimento pedagógico do curso.

CURRÍCULO DO CURSO																							
1º Semestre (300hs/20cr)			2º Semestre (300hs/20cr)			3º Semestre (300hs/20cr)			4º Semestre (300hs/20cr)			5º Semestre (300hs/20cr)			6º Semestre (300hs/20cr)			7º Semestre (300h/20cr)			8º Semestre (180h/12cr)		
11	6740090	4	21	NOVO	4	31	6740053	4	41	6740055	4	51	6740057	4	61	6740059	4	72	6740062	4	81	NOVO	4
Introdução às Relações Internacionais			História das Relações Internacionais			História da Política Externa Brasileira I			História da Política Externa Brasileira II			Regimes e Organizações Internacionais			Análise de Política Externa			TCC I			TCC II		
			6740090			6740048			6740033			06740095 06740092			6740092			Todas as disciplinas obrigatórias até o 6º semestre			Todas as disciplinas obrigatórias até o 7º semestre		
12	6740046	4	22	6740049	4	32	6740054	4	42	NOVO	4	52	6740018	4	62	6740060	4	71	6740094	4	82		4
Introdução à Ciência Política			Teoria Política I			Teoria Política II			Teoria das Relações Internacionais II			Proteção Internacional da Pessoa Humana			Economia Política Internacional			Análise de Conjuntura Internacional			Optativa		
			6740046			6740049			6740091			6740014			06740092 06740021			6740093					
13	6730309	4	23	6740050	4	33	6740091	4	43	6740014	4	53	6740093	4	63	6740061	4	73		4	83		4
Introdução à Filosofia			Geopolítica			Teoria das Relações Internacionais I			Direito Internacional II			Metodologia Aplicada às Relações Internacionais			Negociações Internacionais			Optativa			Optativa		
						6740090			6740095			06740092 06560134			6740057								
14	6560133	4	24	6740051	4	34	6740095	4	44	6740021	4	54	6740058	4	64	6740056	4	74		4			
Sociologia			Noções de Comércio Exterior			Direito Internacional I			Economia Internacional			Segurança Internacional e Políticas de Defesa			Estudos de Integração			Optativa					
			6740047						6740047			6740092			06740091 06740021								
15	6740047	4	25	6740052	4	35	NOVO	4	45	6560134	4	55	NOVO	4	65		4	75		4			
Fundamentos de Economia			Formação Econômica do Brasil			História das Relações Internacionais Contemporâneas			Metodologia das Ciências Sociais			Meio Ambiente e Relações Internacionais			Optativa			Optativa					
						NOVO - História das Relações Internacionais			6560133			06740095 06740047											

3.5. COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS

QUADRO 4: COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS

Código	Deptº ou Unidade	Componente	Cr	T	P	EAD	EXT	CH (horas)	Pré-Requisito
NOVO	CG RI	Tópicos Especiais I em Teoria das Relações Internacionais	4	4				60	06740092
NOVO	CG RI	Tópicos Especiais II em Teoria das Relações Internacionais	4	4				60	06740092
06740086	CG RI	Tópicos Especiais em Segurança Internacional	4	4				60	06740058
NOVO	CG RI	Tópicos Especiais em Estratégia e Defesa	4	4				60	
NOVO	CG RI	Tópicos Especiais em História das Relações Internacionais	4	4				60	NOVO
06740083	CG RI	Tópicos Especiais em Política Externa	4	4				60	06740059
NOVO	CG RI	Tópicos Especiais em Organizações Internacionais	4	4				60	06740057
NOVO	CG RI	Tópicos Especiais em Regimes Internacionais	4	4				60	06740057
06740079	CG RI	Tópicos Especiais em Ciência Política	4	4				60	06740054
06740078	CG RI	Tópicos Especiais em Direito Internacional	4	4				60	06740014
06740077	CG RI	Tópicos Especiais em Proteção Internacional da Pessoa Humana	4	4				60	
06740076	CG RI	Tópicos Especiais em Economia Política Internacional	4	4				60	06740092
NOVO	CG RI	Cultura e Relações Internacionais	4	4				60	
NOVO	CG RI	Cultura Brasileira e Relações Internacionais	4	4				60	

NOVO	CG RI	Análise dos Sistemas-Mundo e Relações Internacionais	4	4				60	
NOVO	CG RI	A Geopolítica do BRICS: Fundamentos e Perspectivas	4	4				60	
NOVO	CG RI	Governança Global	4	4				60	
NOVO	CG RI	Contratos Internacionais e Fundamentos de Direito Internacional Privado	4	4				60	06740095 / 06740014
NOVO	CG RI	Direito Internacional do Meio Ambiente	4	4				60	
06740075	CG RI	Comércio Internacional	4	4				60	06740092
06740074	CG RI	Negócios Internacionais	4	4				60	06740092
06740073	CG RI	Desenvolvimento Internacional	4	4				60	
06740072	CG RI	Sistema Financeiro Internacional	4	4				60	
NOVO	CG RI	Cooperação Internacional	4	4				60	
06740070	CG RI	Política Externa Brasileira Contemporânea	4	4				60	
06740069	CG RI	Dinâmica Geopolítica Contemporânea	4	4				60	
06740068	CG RI	Relações Internacionais da África	4	4				60	
06740067	CG RI	Política Comparada	4	4				60	
06740066	CG RI	Etnicidade e Relações Internacionais	4	4				60	
NOVO	CG RI	Desarrollo internacional (espanhol)	4	4				60	
NOVO	DFIL	Ética e Relações Internacionais	4	4				60	
11100062	DME	Estatística I	2	2				30	
11100063	DME	Estatística II	4	2	2			60	
20000084	CLC	Língua Brasileira de Sinais I	4	4				60	
20000031	CLC	Língua Estrangeira Instrumental I - Inglês	4	4				60	
20000032	CLC	Língua Estrangeira Instrumental II - Inglês	4	4				60	

06560090	DESP	Sociologia da Globalização	4	4				60	
06560089	DESP	Raça e Gênero nas Ciências Sociais	4	4				60	
06560198	DESP	Sociologia, Sociedade e Meio Ambiente	4	4				60	
NOVO	DAA	Antropologia Política	4	4				60	
NOVO	DAA	Antropologia das mobilidades, deslocamentos e migrações	4	4				60	
10900036	DH	História da África	4	4				60	
10900091	DH	História da África Colonial	4	4				60	
10900092	DH	História da África Contemporânea	4	4				60	
10900064	DH	História da África Lusófona	4	4				60	
10900028	DH	História da América I	4	4				60	
10900031	DH	História da América II	4	4				60	
10900043	DH	Cultura Brasileira e Identidade Nacional	4	4				60	
22000478	CDTEC	Journal Club: Critical reading and evaluation of scientific papers	4	3			1	60	

Para incentivar o desenvolvimento de habilidades em outras línguas estrangeiras ademais da língua inglesa, os discentes podem integralizar até duas outras disciplinas de idiomas (indicadas no Quadro 6 como Língua Estrangeira I e II), enquanto disciplina optativa, ofertadas pela Universidade Federal de Pelotas ou em outra instituição de ensino superior pública. Neste caso, a integralização ocorrerá por meio de processo de Aproveitamento de Estudos, conforme Regulamento de ensino da UFPel (2018), e será analisada pela Coordenação de curso.

3.6. ESTÁGIOS

No Brasil, a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, dispõe sobre os estágios realizados por estudantes no nível superior. De acordo com o previsto em seu Art. 1º, “o estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo dos educandos, na modalidade profissional de jovens e adultos” (BRASIL, 2008). Cabe destacar que o estágio não caracteriza vínculo empregatício de qualquer natureza, não estando previstos encargos sociais, trabalhistas e previdenciários.

Na área de Relações Internacionais, o Art. 6º das DCNs estabelecem que “o estágio curricular é componente curricular, direcionado à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando [...]” (BRASIL, 2017, p. 4), estando a cargo das

instituições de ensino superior a escolha da modalidade de estágio a ser realizado pelos estudantes.

Nesse mesmo entendimento, a Resolução nº 29, de 13 de setembro de 2018, que estabelece o Regulamento de Ensino de Graduação da UFPel, define em seu Art. 128 que o estágio “[...] visa ao aprendizado de conhecimentos teórico-práticos próprios da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do estudante para a vida cidadã e para o mundo do trabalho” (UFPEL, 2018, p. 25).

O projeto pedagógico de Relações Internacionais contempla a possibilidade de realização de estágio na modalidade não-obrigatório, definido conforme o Art. 129 do Regulamento de Ensino de Graduação como “atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória” (UFPEL, 2018, p. 26). Desta forma, a carga horária do estágio não-obrigatório será considerada no eixo de Formação Complementar, observando os dispositivos previstos no item 3.8 deste PPC.

Segundo o Art. 6º da Resolução COCEPE nº 87, de 14 de novembro de 2024, que dispõe sobre a realização de estágios na UFPel, o estágio não-obrigatório não cria vínculo empregatício de qualquer natureza entre o estudante e a parte concedente, tampouco direitos trabalhistas ou previdenciários, sendo indispensáveis os seguintes requisitos:

I – matrícula e frequência regular do discente em curso de educação superior, atestados pela instituição de ensino; II – celebração de Termo de Compromisso de Estágio – TCE – entre o discente, a parte concedente do estágio e a Universidade Federal de Pelotas; III – compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso de estágio. § 1º O descumprimento de qualquer dos requisitos deste artigo ou de qualquer obrigação contida no termo de compromisso de estágio caracteriza vínculo de emprego do discente com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária. § 2º Qualquer prática de estágio somente poderá ser iniciada após a celebração do termo de compromisso de estágio entre a parte concedente, o discente e a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL, 2024).

Conforme previsto no Art. 132 do Regulamento de Ensino de Graduação, o “Termo de Compromisso é o instrumento jurídico imprescindível, que torna oficial o acordo celebrado entre o estagiário, a parte concedente e a instituição de ensino, no qual são definidas as condições de realização do estágio” (UFPEL, 2018, p. 27).

Dentre as condições, destaca-se que a jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a UFPel, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do Termo de Compromisso e ser compatível com as atividades acadêmicas,

não ultrapassando o teto de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais. Destaca-se que o estágio não poderá exceder 2 (dois) anos na mesma instituição concedente, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência (UFPEL, 2009).

Conforme parágrafo único da Lei 11.778/2008, o **Plano de Atividades** (APÊNDICE II) do estagiário será elaborado em comum acordo pelo(a) docente orientador(a), pela parte concedente e pelo estagiário, e “será incorporado ao termo de compromisso por meio de aditivos, à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante” (BRASIL, 2008, s/p).

Caberá ao discente optar ou não pela realização do estágio não-obrigatório, bem como, a identificação de tais oportunidades. Para fins de acompanhamento e avaliação dos estágios não-obrigatórios, as etapas abaixo descritas serão observadas, sobre as quais os discentes também tomam conhecimento, por meio do *site* do Curso.

O Colegiado do curso de Relações Internacionais é responsável por aprovar, acompanhar e avaliar o estudante ao longo do estágio não-obrigatório. Uma vez que a Secretaria receba o pedido para assinatura do **Termo de Compromisso** (APÊNDICE I), juntamente com o **Plano de Atividades** (APÊNDICE II) para realização de estágio não-obrigatório, os mesmos serão encaminhados para um Professor Orientador. O Professor Orientador será responsável por: 1) analisar os documentos e orientar quanto ao seu preenchimento; 2) encaminhar o pedido para ciência e aprovação do Colegiado; 3) abrir um processo individual de registro e acompanhamento de estágio não-obrigatório no Sistema Eletrônico de Informações (SEI)¹⁶.

Caberá ao docente orientador(a) como responsável pela avaliação das atividades de estágio, nos termos do Art. 7º da Lei 11.788/2008, solicitar a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de **Relatório de Atividades** (APÊNDICE III) desempenhadas pelo estudante no estágio.

Quanto aos planos de atividades e relatórios, observa-se a interface internacional das atividades desenvolvidas - ou suas possibilidades - assim como, sua contribuição para a formação das habilidades e competências exigidas no perfil do egresso.

¹⁶ Ao registrar no SEI, no tipo de processo, recomenda-se padronizar como: “Administração Geral:Pedidos, Oferecimentos e Informações Diversas”. Na especificação recomenda-se: “Registro de Estágio não-obrigatório - e o nome do discente”. No processo, devem ser incluídos Termo de Compromisso, Plano de Atividades e outros documentos relacionados, como os relatórios, devidamente assinados por Empresa, estagiário e orientador. Os processos são públicos e ficarão registrados no Colegiado de Relações Internacionais, em acompanhamento especial.

3.7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é, de acordo com o Art. 8º das DCNs, componente curricular obrigatório na graduação em Relações Internacionais. Em consonância aos Art. 134 e 135 do Regulamento do Ensino de Graduação da UFPel e a Resolução N° 65 de 28 de março de 2024, o TCC permite a sistematização do conhecimento adquirido ao longo do curso nas atividades de ensino, pesquisa e extensão a partir de uma escolha temática discente, afeita às Relações Internacionais, com a anuência e orientação de um docente que ministre aulas no curso.

O desenvolvimento do TCC, enquanto componente curricular, conta com carga horária total de 120 horas distribuídas em dois semestres da seguinte forma:

- 60 horas em **Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I)**, as quais consistem na elaboração de um projeto de pesquisa por parte do discente, junto a um docente orientador(a) e ofertada por turma de docente.
- 60 horas em **Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II)**, as quais consistem no desenvolvimento de investigação científica e produção de um artigo científico dela resultante (Trabalho de Conclusão de Curso), ambos compreendidos no processo de orientação a ser combinado entre docente orientador(a) e discente. Ofertada por uma única disciplina com um docente responsável.

A elaboração e apresentação do TCC ocorre individualmente. A avaliação ocorre conforme previsto no Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso e na Resolução N° 65 de 28 de março de 2024. De acordo com o Regulamento do Ensino de Graduação (Resolução COCEPE 29/18), seu resultado será emitido por meio de parecer com os conceitos "aprovado" ou "reprovado".

Por fim, em atendimento ao exigido no Art. 8º das DCNs e ao Art. 135 em seus §1º e §2º do Regulamento do Ensino de Graduação da UFPel, o TCC do curso de graduação em Relações Internacionais dispõe de regulamento próprio e vigente no qual são estabelecidas todas as diretrizes para sua elaboração, apresentação e avaliação (APÊNDICE IV).

3.8. FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

No Regulamento de Ensino da Graduação da UFPel, a formação complementar é uma das três dimensões formativas previstas¹⁷, cujo conjunto de atividades para o Curso de Relações Internacionais está definido neste documento, observando a legislação vigente (BRASIL, 2017; UFPEL, 2018). No Art. 5º. das DCNs, o eixo de Formação Complementar, é previsto ao lado dos outros três eixos formativos em Relações Internacionais (estruturante, interdisciplinar e profissionalizante) e é explicado da seguinte forma:

IV - Eixo de Formação Complementar: As atividades, a que se refere esse eixo de formação, contemplam os conteúdos de caráter transversal e interdisciplinar, para o enriquecimento do perfil do formando. Seu objetivo é possibilitar ao aluno reconhecer e testar habilidades, conhecimentos e competências, inclusive fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes. As atividades a que se refere o eixo de formação complementar, como a participação em seminários extracurriculares, estágios, palestras, conferências, grupos de pesquisa e eventos de caráter científico e cultural, na promoção da cidadania e do respeito aos direitos humanos, devem prever acompanhamento, orientação e avaliação de docentes do curso, segundo critérios regulamentados no âmbito de cada Instituição de Educação Superior (BRASIL, 2017, n.p).

Considerando esse dispositivo, bem como a abertura prevista no Art. 7º. das DCNs, o qual destaca que as atividades complementares podem ser “[...] inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, atividades culturais, transversais, opcionais, e de interdisciplinaridade” (BRASIL, 2017, n.p), é que o Curso de Relações Internacionais da UFPel oferece uma **listagem com as atividades** a serem consideradas nesta dimensão formativa, com a ressalva de que os casos omissos, serão dirimidos, via demanda apresentada ao Colegiado de Curso, considerando os Regulamentos da UFPel e legislação vigente (APÊNDICE X).

No Curso de Relações Internacionais da UFPel, as atividades complementares constituem parte da carga horária do Curso, em um total de **210 horas**, que deverão ser distribuídas em atividades de ensino, pesquisa e extensão (preferencialmente, observando os

¹⁷ Como dito anteriormente, o Regulamento de Ensino de Graduação da UFPel, por meio do seu Art. 124, prevê que o currículo acadêmico dos cursos de graduação da UFPel, compreenda três dimensões formativas: específica (componentes curriculares obrigatórios e opcionais), complementar (definidas no projeto pedagógico de cada curso e legislação vigente) e extensão.

tetos de cada grupo). Sobre as atividades de extensão consideradas na formação complementar, importante esclarecer que são consideradas: (i) as participações pelos discentes, como agentes ativos, exercendo protagonismo na aplicação do conhecimento acadêmico para solucionar problemas reais da comunidade, promovendo uma troca de saberes mútua e transformadora em atividades desse grupo (ii) participações como agentes ativos, como por exemplo, ações de voluntariado desenvolvidas em projetos ou ações externos à instituição. Esta ressalva merece destaque uma vez que na UFPel, além das atividades complementares, os acadêmicos deverão integralizar, no mínimo, **285 horas** na dimensão formativa em extensão¹⁸, por meio do envolvimento ativo (como por exemplo, no papel de organizadores, colaboradores) em projetos e ações de extensão devidamente formalizados e ativos junto às instâncias da UFPel, conforme disposto no item 3.9 deste PPC (UFPEL, 2020).

Vale também destacar que, contribuindo com metas previstas na Resolução n 06, de 12 de abril de 2018 - sobre o Planejamento estratégico de Internacionalização da UFPel - o curso considerará ações de mobilidade internacional e créditos em idiomas estrangeiros¹⁹ no eixo de formação complementar.

Assim, em conformidade com o Regulamento de Ensino de Graduação da UFPel, as atividades compreendidas na dimensão formação complementar deverão ser integralizadas ao longo do Curso e constarão do histórico escolar dos acadêmicos, desde que validadas pelos Colegiados dos Cursos (UFPEL, 2018).

Para formalizar a validação da totalidade das **210 horas**, cada acadêmico deverá requerer apreciação, junto ao colegiado, por meio da entrega de **Requerimento para aproveitamento de atividades do eixo de formação complementar** (APÊNDICE XI),

¹⁸ A Resolução COCEPE n. 30, de 03 de fevereiro de 2022, prevê integralização o das atividades de extensão nos cursos de Graduação da Universidade Federal de Pelotas - UFPEL, a qual destaca em seu Art. 1º: “[...] § 1º Entende-se por integralização das atividades de extensão a inserção obrigatória da formação extensionista do estudante nos cursos de graduação. § 2º Entende-se que **para efeito de integralização como Formação em Extensão a atividade deve proporcionar ao aluno ser membro da equipe e agente ativo da experiência extensionista e não ouvinte ou espectador da mesma**”(UFPEL, 2022, p. 2, grifo nosso).

¹⁹ O referido documento prevê uma série de metas, objetivos e indicadores a serem cumpridos, no que tange à internacionalização da UFPel. Sobre os aspectos relacionados à formação complementar, convém destacar: “META #2: Promover e fomentar uma ambiência acadêmica internacional na UFPel.[...] Estratégia 12: **Estimular os cursos e programas de graduação e pós-graduação a reconhecer créditos obtidos a partir de testes de proficiência e do estudo formal de idiomas estrangeiros, em parceria com o IsF e CLC na UFPel**” (UFPEL, 2018, p.10). Além disso: “META #5: Preparar os estudantes para desempenhar papel de liderança em seu contexto social e regional, mas com referência nas necessidades globais. [...] Objetivo 5.2: Expandir e promover o estudo de línguas e culturas estrangeiras na UFPel. [...] Indicadores 5.2- UFPel implementará uma política de **reconhecimento do estudo formal de idiomas e cultura estrangeiros como atividade complementar** de graduação e pós-graduação. (UFPEL, 2018, p. 15, grifo nosso).

assinado e instruído com as cópias impressas²⁰ dos devidos comprovantes, organizados conforme instrução no requerimento.

Os tipos de atividades complementares passíveis de validação pelo Colegiado de Curso, estão previstos no requerimento para aproveitamento de atividades do eixo de formação complementar (APÊNDICE XI). O campo 17 [17. Outras] do requerimento deverá ser utilizado para os casos não previstos, e estará sujeito à apreciação, pelo Colegiado de Curso. Quanto às atividades complementares, destaca-se:

- A carga horária das atividades complementares (**210 horas**, no mínimo) deverá, preferencialmente, ser distribuída ao longo do curso e não poderá ser preenchida com um só tipo de atividade.
- A validação de disciplinas extracurriculares frequentadas em outras instituições de Ensino Superior - bem como em disciplinas de intercâmbio, via convênios da UFPel - depende de avaliação do Colegiado de Curso. Poderão ser aproveitadas como atividade complementar apenas aquelas para as quais não foram concedidas equivalências. Portanto, recomenda-se instruir o processo com o máximo de documentos possível (ementa, histórico, informe de aprovação, entre outros).
- Atividades Complementares realizadas em outra instituição, por estudantes que ingressaram através da modalidade extra-vestibular, poderão ser validadas, desde que tenham sido cumpridas durante o período em que o estudante estava realizando o curso do qual foi transferido.
- Não serão consideradas como atividades complementares aquelas realizadas no período em que o discente estiver afastado da Universidade por trancamento de matrícula ou abandono de curso.

É de exclusiva responsabilidade do aluno:

- O cumprimento da carga horária mínima de atividades complementares, preferencialmente, ao longo do curso e com atividades diversificadas.

²⁰ O Colegiado do Curso poderá solicitar a apresentação das vias originais a qualquer momento durante o período de análise, para a confirmação da autenticidade dos documentos.

- No semestre da provável formatura, acompanhar as datas e prazos divulgados, pelo colegiado, para a entrega de documentação referente à formação complementar.
- A adequada comprovação das atividades realizadas através de cópias documentação idônea²¹, que será arquivada, em pasta individual na Secretaria.
- Definir a forma como vai organizar e classificar cada um dos documentos comprobatórios de suas atividades complementares, sendo vedado usar o mesmo documento comprobatório para mais de um item.
- A apresentação do requerimento para aproveitamento de atividades do eixo de formação complementar (APÊNDICE XI) à apreciação do Colegiado de Curso, nos prazos previstos a cada semestre, para fins de registros e inclusão no histórico escolar.

O Quadro 5 apresenta a listagem das Atividades Complementares consideradas, bem como o teto de horas a ser observado em cada grupo.

²¹ O Colegiado do Curso poderá solicitar a apresentação das vias originais a qualquer momento durante o período de análise, para a confirmação da autenticidade dos documentos.

QUADRO 5: CARGA HORÁRIA MÁXIMA DENTRO DE CADA GRUPO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Atividade	Horas
Ensino	Mínimo 50 horas Máximo 80 horas
Projeto de Ensino cadastrado por docente do curso de Relações Internacionais ou por docentes de outros cursos relacionados à formação em Relações Internacionais.	
Atividades de Monitoria (voluntária ou remunerada com bolsa) no curso de Relações Internacionais ou em outros cursos relacionados à formação em Relações Internacionais.	
Disciplina cursada em outro curso da UFPel (não aproveitada e não prevista no PPC), relacionada à formação em Relações Internacionais.	
Disciplina cursada em outra instituição de ensino, nacional ou internacional, não aproveitada como equivalente e relacionada à formação em Relações Internacionais.	
Atividades de ensino variadas (cursos, minicursos, oficinas, <i>workshops</i> , capacitações, entre outras), realizadas em instituições nacionais ou internacionais e relacionadas à formação em Relações Internacionais.	
Curso em Língua Estrangeira em instituições nacionais e internacionais, públicas ou privadas.	
Proficiência em Língua Estrangeira, realizada ao longo do curso em instituição nacional ou internacional, pública ou privada.	
Estágio Não Obrigatório realizado ao longo do curso de graduação, no qual se observe que, pelo menos, uma das competências e habilidades relacionadas à formação em Relações Internacionais, previstas no Projeto Pedagógico do Curso sejam desenvolvidas.	
Pesquisa	Mínimo 50 horas Máximo 80 horas
Projetos de Pesquisa - como Bolsista de Iniciação Científica, remunerado ou voluntário - cadastrados por docentes do curso de Relações Internacionais ou por docentes de outros cursos relacionados à formação em Relações Internacionais.	
Apresentação de Trabalho e/ou Publicação em anais de eventos acadêmicos e científicos (Semanas Acadêmicas, Encontros de Estudantes, Seminários, Palestras, Conferências, Fóruns, Congresso, entre outros), relacionados à formação em Relações Internacionais.	
Publicação de artigo científico completo, em revistas acadêmicas, relacionados à formação em Relações Internacionais.	
Extensão	Mínimo 50 horas Máximo 80 horas
Projetos de Extensão cadastrados por docentes do curso de Relações Internacionais ou de outros cursos relacionados à formação em Relações Internacionais, não computados para os fins de Ação Curricular em Extensão.	
Eventos acadêmicos e científicos (Semanas Integradas da UFPel, Semanas Acadêmicas, Encontros de Estudantes, Seminários, Palestras, Conferências, Fóruns, Congressos, outros) e eventos externos, relacionados à formação em Relações Internacionais, desde que o estudante tenha participação ativa na atividade.	
Participação em ações de voluntariado em organizações da sociedade civil e outras. *Mesários, nos termos da Justiça Eleitoral; Jurado, nos termos do Serviço Judiciário; Doação de Sangue será considerada, nos termos da Lei Federal no. 1075, de 27 de março de 1950.	
Intercâmbio/Mobilidade Acadêmica em Universidade/Instituição nacional ou internacional conveniada com a UFPel, desde que o estudante tenha participação ativa na atividade.	
Representação Discente	Até 50 horas

O prazo máximo para apreciação de requerimento para aproveitamento de atividades do eixo de formação complementar (APÊNDICE XI) e devidos comprovantes, será 30 dias antes do último dia letivo do último semestre para o término do Curso. Conforme previsto no Art. 126 do Regimento Geral da UFPel, caberá ao Colegiado dirimir quaisquer casos omissos ou não previstos no PPC, sobre as Atividades Complementares.

3.9. FORMAÇÃO EM EXTENSÃO

Considerando-se a necessidade de uma formação humanística aos alunos do Curso de Relações Internacionais, para a qual é fundamental a interação com a comunidade, é que esses deverão, obrigatoriamente, integralizar um total de **285 horas**, relativas à dimensão formativa em extensão, por meio de atuação como membro ativo da equipe e agente da atividade extensionista junto à comunidade externa à UFPel, em **Atividades Curriculares de Extensão (ACEs)**, conforme disposto na Resolução COCEPE nº 30, de 3 de fevereiro de 2022.

Essa exigência se coaduna com o “princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” que rege, contemporaneamente, a missão das universidades públicas brasileiras, dentre elas a Universidade Federal de Pelotas. Esse tema já vinha sendo aventado, pelo menos desde 1987, ano em que foi instituído o Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão – FORPROEX, o qual, em seu primeiro encontro, estabeleceu consensualmente o seguinte conceito de extensão:

A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade.

A extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico.

No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados/acadêmicos e popular, terá como consequência: a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; e a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (FORPROEX 1987, p. 11).

Um ano depois, em 1988, a Constituição Federal brasileira consagrou, nomeadamente, o princípio da “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” como regente das universidades públicas brasileiras, no *caput* de seu Artigo 207, *verbis*:

As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Prosseguindo no tema da importância da extensão universitária na consecução do cumprimento efetivo do papel social da universidade, foi estabelecido no Plano Nacional de Educação 2014-2024, aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, em seu item 12.7, *verbis*:

Assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.

O que foi regulamentado pela Resolução da CES/CNE/MEC Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, a qual Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024, e dá outras providências, no *caput* de seu Artigo 4º, *verbis*:

As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos;

Nessa esteira, a Resolução UFPel/COCEPE Nº30/2022, considerando a inserção obrigatória da formação extensionista do estudante nos cursos de graduação, instituiu duas possíveis modalidades de integralização desta dimensão formativa, nos Projetos Pedagógicos de Curso, em seu Artigo 4º, nos seguintes termos:

Art. 4º As formas de integralização das atividades de extensão nos cursos de graduação da UFPel são: Atividades Curriculares em Extensão e caracterização de carga horária prática de disciplinas como extensão (Ext), que assim se apresentam: I. Atividades Curriculares em Extensão (ACE) são aquelas nas quais o aluno atua como membro da equipe e agente da atividade extensionista: a) As ACEs realizadas pelo aluno na UFPel devem estar cadastradas no sistema Projetos Unificados/Cobalto como ações ou projetos com ênfase em Extensão. b) As ACEs realizadas em outra instituição de ensino superior, nacional ou não, devem ser validadas pela Coordenação do Curso, observando, necessariamente, a ação desempenhada pelo aluno e a efetiva

caracterização como extensão. c) Em qualquer caso, a possibilidade de aproveitamento das ACEs deve estar especificada no PPC do Curso.

II. A caracterização de carga horária prática de disciplinas como extensão (Ext) deverá ser especificada no PPC, cadastrada no sistema acadêmico, nas disciplinas que efetivamente desenvolverem ações de extensão devidamente cadastradas no sistema Projetos Unificados/Cobalto, como programas, projetos ou ações e aprovadas nas instâncias devidas, devendo ser feita a equivalência da carga horária com o número de créditos.

Em consonância com as regras e diretrizes previstas na mesma Resolução, especialmente seu artigo 6º, a forma de integralização da formação extensionista adotada, no Projeto Pedagógico do Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Pelotas, será por meio das Atividades Curriculares em Extensão (ACEs), as quais, de acordo com a legislação vigente e considerando o total de horas do curso, deverão perfazer um total de **285 horas** para cada aluno.

É importante enfatizar que as horas em Atividades Curriculares em Extensão deverão ser cumpridas pelos alunos como membros da equipe e agentes ativos de programas, projetos ou ações de extensão, conforme determina a Resolução UFPel/COCEPE Nº 30, de 03 de fevereiro de 2022, no §2º de seu Artigo 1º, *verbis*:

§ 2º Entende-se que para efeito de integralização como Formação em Extensão a atividade deve proporcionar ao aluno ser membro da equipe e agente ativo da experiência extensionista e não ouvinte ou espectador da mesma.

Cabe aos docentes Coordenadores de Programas, Projetos ou Ações - cadastradas no sistema Projetos Unificados/Cobalto, com ênfase em Extensão na UFPel - definir os modos de orientação, bem como o desenvolvimento da execução das atividades. A comprovação da integralização dessa carga horária ocorrerá por meio da emissão dos atestados, certificados e relatórios individuais, via Sistema Integrado de Gestão Cobalto, nos prazos previstos no item 3.8 deste PPC.

A mesma Resolução UFPel/COCEPE Nº 30/2022, no parágrafo único do seu Artigo 7º esclarece que: “A oferta e a formação extensionista deverá ocorrer ao longo do período de integralização dos cursos de graduação”. Nesse sentido, é de exclusiva responsabilidade do(a) discente, gerenciar os prazos e carga horária para a integralização das suas atividades curriculares de extensão. O aluno, portanto, deverá cumprir as **285 horas** em Atividades Curriculares de Extensão, como membro ativo e durante o período acima indicado, ou seja, ao longo do Curso, tanto nos programas, projetos e ações oferecidas pelo Curso de Relações Internacionais, bem como em quaisquer outros programas, projetos ou ações de extensão

devidamente cadastrados no sistema Cobalto da UFPel.

Ademais, de acordo com o que dispõe a Resolução da CES/CNE/MEC Nº 7/2018 e cumpridos os requisitos acima de ser membro ativo devidamente comprovado da Atividade Curricular de Extensão e que ela ocorra durante o período do Curso, o aluno poderá cumprir as referidas horas em programas, projetos ou ações de extensão, devidamente cadastrados e certificados, outras universidades ou Instituições de Ensino Superior, cuja fundamentação legal está prevista no Artigo 17 da referida resolução: “As atividades de extensão podem ser realizadas com parceria entre instituições de ensino superior, de modo que estimule a mobilidade interinstitucional de estudantes e docentes”.

O aproveitamento de ACEs de outras instituições de ensino superior, será passível de análise pelo Colegiado de Curso, para validação, desde que, nos documentos comprobatórios seja possível identificar:

- ACEs realizadas em outra instituição de ensino superior, nacional ou não;
- Inequívoca comprovação do papel desempenhado pelo aluno, na atividade;
- Inequívoca e efetiva caracterização como extensão.

Conforme dispõe o texto do Art. 8º Resolução UFPel/COCEPE Nº 30, de 03 de fevereiro de 2022, a dimensão formativa será registrada em seu histórico acadêmico com a denominação Atividades Curriculares em Extensão o número de créditos obtidos nesta modalidade. A comprovação da integralização dessa carga horária ocorrerá por meio da entrega dos certificados de atuação em projetos pelos(as) estudantes, e posterior conferência e validação dos respectivos certificados pelo Colegiado do Curso. A integralização ocorrerá no 8º semestre do curso, mediante solicitação enviada pela Secretaria de curso para os(as) prováveis formandos(as). Em casos excepcionais, poderá ser aceito o atestado com validação digital emitido pelo sistema Cobalto.

O Curso de Relações Internacionais possui projetos e ações de extensão, aos quais os acadêmicos podem vincular-se para o desenvolvimento da dimensão formativa em extensão - como por exemplo, colaboradores, ministrantes, organizadores, etc. - a fim de integralizar a dimensão formativa em extensão. Além das ofertas do Curso, os/as discentes são estimulados a contribuir com seus conhecimentos em atividades de outros cursos, para o exercício da multidisciplinaridade.

TABELA: PROGRAMAS E PROJETOS DE EXTENSÃO

Docente coordenador(a)	Código do projeto	Nome do programa/projeto
ANTONIO CARLOS MARTINS DA CRUZ	7654	ComJus: fórum comunitário de estudos sobre comércio justo (international fair trade) e ODSs
ANTONIO CARLOS MARTINS DA CRUZ	7627	Sul-Sur Fairtrade - Cooperativa Júnior (2024-2025)
ANTONIO CARLOS MARTINS DA CRUZ	7670	Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Econômicos Solidários (Incubadora Tecsol)
CHARLES PEREIRA PENNAFORTE	3030	Café Geopolítico - Vozes Críticas
FABIO AMARO DA SILVEIRA DUVAL	5959	Vozes do Mundo
FERNANDA DE MOURA FERNANDES	10304	Política externa em debate (pexdebate)
MARCIA RODRIGUES BERTOLDI	1728	O Direito de olho no social
MARCIA RODRIGUES BERTOLDI	7712	Educação em Direitos Humanos: Podcast "Café com Direito"
RAFAEL ASSUMPCAO ROCHA	8634	MigraRI
WILLIAM DALDEGAN DE FREITAS	3125	Pelotas Model United Nations (Pelotas MUN)

3.10. REGRAS DE TRANSIÇÃO – EQUIVALÊNCIA ENTRE OS COMPONENTES CURRICULARES

A reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Relações Internacionais da UFPel, fruto de debates entre seu corpo docente e discente, teve como principal motivo a adequação a Resolução N° 65 de 28 de março de 2024. Soma-se a isso, outras legislações federais referentes ao ensino em seus mais diferentes níveis, bem como as normativas estabelecidas pela UFPel.

A natureza do campo de saber das Relações Internacionais é dinâmica e exige uma atenção constante nos debates epistêmicos, metodológicos e conjunturais. Desse modo, a reformulação curricular traz benefícios para a comunidade universitária do curso de Relações Internacionais: (i) adequa e moderniza seu currículo, (ii) garante o pleno acesso a saberes e conhecimentos da área, (iii) guarda, sempre que possível, experiências profissionais ao longo do curso, (iv) compatibiliza e faz cumprir a carga horária dos PPCs vigentes em meio a transição curricular. É oportuno destacar que a reestruturação do PPC resultou no decréscimo de 4 créditos em TCC II e no acréscimo de duas disciplinas obrigatórias de 4 créditos cada, elevando a carga horária total do curso para 2.775 horas, não implicando em prejuízo aos discentes quanto ao tempo de integralização.

Dito isso, torna-se clara a metodologia para a transição curricular que norteará a adoção do novo PPC (2025), conforme descrito abaixo:

- O PPC 2025 será aplicado, em sua totalidade, para discentes ingressantes a partir do ano letivo de 2026/1.
- A nova regra de TCC, estabelecida pela Resolução n° 65 de 28 de março de 2024, será aplicada a partir da aprovação deste PPC pelas instâncias competentes para os discentes do curso de Relações Internacionais.
- Os discentes do curso de Relações Internacionais, matriculados até 2025/2 devem cumprir a carga total do curso de 2.775, resultando na necessidade de integralizar mais duas disciplinas de 4 créditos, seja cursando as novas disciplinas obrigatórias (HRIC e Meio Ambiente e RI) ou por meio de equivalência com disciplinas optativas.
- Enquanto regra de transição, os discentes que cursaram 70% ou mais do número de créditos exigidos do currículo antigo (PCC, 2021) **não** serão migrados, permanecendo na vigência do PPC vigente (2021); devendo cumprir as 2.700 horas de carga horária.
- É competência do Colegiado de Curso a análise, o acompanhamento e a orientação dos discentes.

- Os casos excepcionais e omissos serão analisados em reunião pelo Colegiado de Curso, mediante envio de solicitação escrita do/a estudante para o e-mail institucional do curso (ri@ufpel.edu.br).

3.11. CARACTERIZAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES (ementário e bibliografia)

1º SEMESTRE					
COMPONENTE CURRICULAR Introdução às Relações Internacionais				CÓDIGO NOVO	
Departamento ou equivalente Colegiado de Relações Internacionais					
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4		Distribuição de créditos			
		T 4	E	P	EAD
OBJETIVO Compreender os fundamentos epistemológicos do objeto de estudo e do campo do conhecimento de Relações Internacionais, a partir da apreensão das definições, conceitos e paradigmas clássicos que alicerçam essa disciplina acadêmica.					
EMENTA As Relações Internacionais: objeto de estudo e campo do conhecimento. Conceitos básicos na disciplina. Os atores internacionais e seus interesses. Os paradigmas clássicos no estudo das Relações Internacionais: realismo, idealismo, marxismo. O desenvolvimento das Relações Internacionais no Brasil e atuação profissional.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. Introdução às Relações Internacionais – Teorias e abordagens . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2013. GUIMARÃES, Feliciano de Sá. Teoria das Relações Internacionais . São Paulo: Contexto, 2021					

RAMOS, Danielly. **Introdução às Relações Internacionais**. São Paulo: Editora Contexto, 2022 (recurso online)

EVANS, Graham; NEWNHAM, Jeffrey. **The Penguin Dictionary of International Relations**. 2nd ed. London: Penguin Books, 2001.

VILLA, Rafael A. Duarte; PIMENTA, Marília Carolina B. de Souza. Is International Relations still an American social science discipline in Latin America? **Opinião Pública**, vol. 23, n. 1, p.261 – 288, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antônio Carlos. **Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas**. v.2. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

BARRETO, Fernando de Mello. **Diplomacia: tradições, mudanças e desafios**. 1. ed. Brasília: FUNAG, 2024.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BROWN, Garrett W.; McLEAN, Iain; McMILLAN, Alistair. **A Concise Oxford Dictionary of Politics and International Relations**. 4. ed. Oxford: Oxford University Press, 2018.

CARR, E. H. **Vinte Anos de Crise**. Coleção Clássicos IPRI. Editora UnB, Imprensa Oficial do Estado, IPRI. Brasília, 2002.

MAIA, Mariele (Org.). **Formação em Relações Internacionais no Brasil: Panorama dos cursos de graduação e perfil dos egressos**. Belo Horizonte: Ed. PUCMinas, 2020 (recurso online).

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às Relações Internacionais: temas, atores e visões**. Petrópolis: Vozes, 2012.

COMPONENTE CURRICULAR Introdução à Ciência Política		CÓDIGO 06740046				
Departamento ou equivalente Colegiado de Relações Internacionais						
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4		Distribuição de créditos				
		T 4	E	P	EAD	EXT
OBJETIVO A disciplina visa apresentar aspectos introdutórios da disciplina da Ciência Política e da política brasileira pós-1988. Especificamente, aborda o estudo científico da política, do Estado nacional moderno e das relações de poder, assim como apresenta noções sobre instituições políticas, formas de governo e regimes políticos.						

EMENTA

A disciplina trabalha conceitos fundamentais da Ciência Política, tais como: política, poder e legitimidade e Estado moderno; formas de governo, regimes e instituições políticas; Estado, sistema político e democracia brasileira pós-1988.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DUVERGER, Maurice. **Ciência política: teoria e método**. Ed. Zahar, Rio de Janeiro. 1981

SARTORI, Giovanni. **A política**. Ed. UnB, Brasília. 1997.

AVELAR, Lúcia e CINTRA, Antônio. O (orgs.) **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. Fundação Konrad Adenauer Stiftung; São Paulo, Fundação UNESP. Ed. 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo e Sociedade. Para uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2000.

BOBBIO, Norberto. **A teoria das formas de governo**. Brasília: UnB, 1985.

MELO, Carlos Ranulfo; SAEZ, Manuel Alcantara (orgs.). **A democracia brasileira: balanço e perspectiva para o século 21**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo. Cultrix, 1989.

WEFFORT, Francisco. **Os clássicos da política**. Volume I. São Paulo: Ática, 2000.

COMPONENTE CURRICULAR Introdução à Filosofia		CÓDIGO 06730309				
Departamento ou equivalente Departamento de Filosofia						
CARGA HORÁRIA:		Distribuição de créditos				
Horas: 60		T	E	P	EAD	EXT
Créditos: 4		4				
OBJETIVO Compreender os principais problemas filosóficos e seus encontros e desencontros com as Relações Internacionais.						
EMENTA Exame de temas e problemas relacionados à Filosofia em sua convergência com as Relações Internacionais. Desenvolvimento da capacidade crítica e arte de pensar por meio da história da filosofia. Estudo da forma do pensamento filosófico e seus desdobramentos na história humana.						

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BITTAR, Eduardo. **Teoria do Estado**: Filosofia Política e Teoria da Democracia. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de Filosofia**: 6. Ed. Rio de Janeiro. Zahar:

RACHELS, James; RACHELS, Stuart. **Os elementos da filosofia moral**. 7. Ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBOSA, Evandro; BRESOLIN, Keberson. **Temas de filosofia Política contemporânea**. Caxias do Sul: EDUCS, 2017.

BRESOLIN, Keberson; CHAGAS, Flávia. FERRAZ, Carlos; SANTOS, Robinson. **A filosofia prática de Kant**: Ensaios. Pelotas: NEPFIL, 2014.

BRESOLIN, Keberson; SOUZA, Draiton Gonzaga. **Filosofia e Direito**. Caxias do Sul: EDUCS, 2018.

FERRARI, Sônia. **Filosofia Política**. São Paulo: Saraiva, 2019.

MASCARO, Alysson. **Filosofia do Direito**. São Paulo: Atlas, 2014.

COMPONENTE CURRICULAR Sociologia		CÓDIGO 06560133				
Departamento ou equivalente Departamento de Sociologia e Política						
CARGA HORÁRIA:		Distribuição de créditos				
Horas: 60		T	E	P	EAD	EXT
Créditos: 04		4				
OBJETIVO A disciplina visa discutir o papel que a sociologia desempenha na compreensão das sociedades modernas, desde seu surgimento, no contexto das transformações econômicas, políticas e sociais promovidas pela emergência das sociedades capitalistas industriais da virada do século XVIII e XIX até os dias atuais. Para tal serão abordados os seguintes pontos: o contexto histórico do aparecimento da sociologia; o positivismo de Augusto Comte; a sociologia enquanto ciência; as teorias sociológicas clássicas de Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber; tradição, modernidade e pós-modernidade; poder e dominação nas sociedades modernas; e o social e o político na época atual; teorias do desenvolvimento clássica e desigual, teoria da dependência, desenvolvimento e sociedade na época atual.						
EMENTA						

O aparecimento da sociologia e a sua especificidade enquanto ciência. Os clássicos da sociologia. Tradição, modernidade e relações de poder. Desenvolvimento e Sociedade

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTRO & DIAS. **Introdução ao pensamento sociológico**. São Paulo: Moraes, 1992.
 BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
 FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2013.
 GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.
 SELL, Carlos Eduardo. 5. ed. **Sociologia clássica: Marx, Durkheim e Weber**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.
 SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 6. ed. rev. São Paulo: Atlas, 2012.
 CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1984.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
 BOURDIEU, Pierre. **Espaço social e poder simbólico** in Coisas ditas. São Paulo: Brasiliense, 2004.
 FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976 in Defesa da sociedade. São Paulo: Martins fontes, 2005.
 QUINTEIRO, Tânia, BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira, OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro de. **Um toque de clássicos**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
 SANTOS, Boaventura de Souza. **A construção multicultural da igualdade e da diferença**. Palestra proferida no VII Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 4 a 6 de setembro de 1995.
 FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
 FRANK, Andre Gunder. **Acumulação dependente e subdesenvolvimento**: repensando a teoria da dependência. São Paulo: Brasiliense, 1980.
 VIEIRA, Pedro Antonio; VIEIRA, Rosângela de Lima; FILOMENO, Felipe Amin (Org.). **O Brasil e o capitalismo histórico**: passado e presente na análise dos sistemas-mundo. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.
 GONZALEZ, Horacio. **O que é subdesenvolvimento**. São Paulo: Abril Cultural ; Brasiliense, 1985. 122 p.

COMPONENTE CURRICULAR Fundamentos de Economia	CÓDIGO 06740047
Departamento ou equivalente Colegiado de Relações Internacionais	

CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4	Distribuição de créditos				
	T 4	E	P	EAD	EXT
OBJETIVO Compreender os principais conceitos da economia, bem como os fundamentos de microeconomia e de macroeconomia, de forma a identificá-los nos debates e cenários contemporâneos. A disciplina dará especial atenção aos conteúdos relacionados às temáticas que pautam o campo das relações internacionais.					
EMENTA Conceito de Economia, origens, objetos e objetivos da ciência econômica. Os problemas econômicos. Sistemas Econômicos. Elementos básicos de micro e de macroeconomia.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA MANKIW, N. Gregory. Introdução à economia. 4. São Paulo Cengage Learning 2019. SILVA, César Robero Leite da. Economia e mercados introdução à economia. 20. São Paulo Saraiva 2017. VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. Fundamentos de economia. 4. São Paulo Saraiva 2011.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR LUZ, Rodrigo. Relações econômicas internacionais e comércio internacional. 4. Rio de Janeiro Método 2015. MATIAS-PEREIRA, José. Curso de economia política foco na política macroeconômica e nas estruturas de governança. São Paulo Atlas 2015. OGAMI, Otto. Princípios de economia. 7. São Paulo Cengage Learning 2016. SILVA, Filipe Prado Macedo da. Economia política. Porto Alegre SAGAH 2018. VICECONTI, Paulo. Introdução à economia. 12. São Paulo Saraiva 2009.					

2º SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR História das Relações Internacionais		CÓDIGO NOVO
Departamento ou equivalente Colegiado de Relações Internacionais		
CARGA HORÁRIA: Horas: 60	Distribuição de créditos	

Créditos: 4	T 4	E	P	EAD	EXT
OBJETIVO Estudo da formação e evolução histórica do sistema internacional desde a Paz de Westfália (1648) até a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914), analisando processos históricos de colonização, racialização e as lutas pela autodeterminação dos povos.					
EMENTA As guerras religiosas e a análise crítica da ordem westfaliana. O Congresso de Utrecht e o equilíbrio de poder. Revoluções liberais. Expansionismo napoleônico e o Congresso de Viena. Independências na América Latina. O concerto europeu do século XIX. Expansão europeia e os demais povos no mundo. Nacionalismos. Imperialismo e partilha da África e os desdobramentos étnico-raciais. A formação de alianças rivais e a crescente militarização. As Conferências de Haia. A eclosão da guerra de 1914.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA FANON, Frantz. Os condenados da terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. HOBBSBAWM, Eric. A era dos extremos – o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995. _____. A era dos impérios (1875-1914). São Paulo: Paz e Terra, 1998. LESSA, Antônio Carlos; PATTI, Carlo. História das relações internacionais. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2023. SARAIVA, J. F. S. (org). História das Relações Internacionais Contemporâneas. Brasília: Editora Saraiva, 2008. SAID, Edward W. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. WATSON, A. A evolução da sociedade internacional: uma análise histórica comparativa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BULL, Hedley. A Sociedade Anárquica. Brasília: IPRI: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. ARON, Raymond. Paz e Guerra entre as Nações. São Paulo: Ed. UNB e Imprensa Oficial do Estado de SP, 2002. HOBBSBAWM, Eric. Nações e nacionalismos. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1998. KENNEDY, Paul. Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989. NYE JR., Joseph S. Cooperação e conflito nas relações internacionais. São Paulo: Editora Contexto, 2009. SAID, Edward W. Cultura e imperialismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. TOCQUEVILLE, A. de. O Antigo Regime e a Revolução, UNB, Brasília 1979.					

COMPONENTE CURRICULAR Teoria Política I		CÓDIGO 06740049				
Departamento ou equivalente Colegiado de Relações Internacionais						
CARGA HORÁRIA:		Distribuição de créditos				
Horas: 60	T	E	P	EAD	EXT	
Créditos: 4	4					
OBJETIVO Apresentar ao corpo discente as bases e os fundamentos da teoria política moderna, através de alguns de seus principais expoentes: Nicolau Maquiavel, Thomas Hobbes, John Locke, Jean-Jacques Rousseau, Barão de Montesquieu, Alexander Hamilton, James Madison & John Jay, Alexis de Tocqueville, Karl Marx & Friederich Engels.						
EMENTA Maquiavel e a gênese da “Ciência Política”; o contratualismo em Hobbes, Locke e Rousseau; Montesquieu e o equilíbrio entre poderes; Hamilton, Madison & Jay e o federalismo; Tocqueville e a democracia; Mark & Engels e a revolução.						
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BIGNOTTO, Newton. Maquiavel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. WEFFORT, Francisco (org). Os clássicos da política. Vol 1. São Paulo: Ática, 2006. WEFFORT, Francisco (org). Os clássicos da política. Vol 2. São Paulo: Ática, 2006.						
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR HOBBS, Thomas [1651]. Leviatã ou matéria: forma e poder de uma república eclesiástica e civil. São Paulo: Martins Fontes, 2014. LOCKE, John [1689]. Dois Tratados sobre o Governo. São Paulo: Martins Fontes, 2005. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich [1848]. Manifesto do Partido Comunista. Porto Alegre: LPM, 2001. MAQUIAVEL, Nicolau [1532]. O Príncipe. São Paulo: Penguin, Companhia das Letras, 2016. ROUSSEAU, Jean-Jacques [1762]. O contrato social: princípios do direito político. São Paulo: Martins Fontes, 2003.						

COMPONENTE CURRICULAR Geopolítica				CÓDIGO 06740050				
Departamento ou equivalente Colegiado de Relações Internacionais								
CARGA HORÁRIA:				Distribuição de créditos				
Horas: 60				T	E	P	EAD	EXT

Créditos: 4	4				
OBJETIVO Fornecer as bases teóricas da Geopolítica e as suas interações com as relações internacionais, bem como analisar de maneira crítica as suas bases teóricas. Conhecer, aprofundar e analisar a sua importância para as relações internacionais contemporâneas.					
EMENTA Conhecimento dos fundamentos basilares da Geopolítica a partir da Alemanha no final do séc. XIX e seus teóricos clássicos até os dias atuais; Conhecer os avanços epistemológicos da área de maneira crítica e sua importância para o entendimento das relações internacionais contemporâneas: a invenção da Geopolítica; declínio do discurso geopolítico; o debate sobre o Imperialismo; poder espacial no mundo contemporâneo; novas geopolíticas contemporâneas.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ALBUQUERQUE, Edu Silvestre. Uma breve história da geopolítica. Rio de Janeiro, Cenegri Edições, 2011. COSTA, Wanderley M. da. A geografia política clássica. Ratzel e os fundamentos de uma Geografia do Estado. Geografia política e geopolítica. Discursos sobre o território e o poder. São Paulo: Edusp. 1992. PENNAFORTE, Charles et al. Panorama Contemporâneo - Geopolítica e Relações Internacionais. Rio de Janeiro, Cenegri Edições, 2008.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR DODDS, Klaus. <i>Geopolitics: A Very Short Introduction</i>. 3rd ed. Oxford: Oxford University Press, 2019. https://is.cuni.cz/studium/predmety/index.php?do=download&did=35900&kod=JTB005 BARACUHY, Braz. Os Fundamentos da geopolítica clássica: Mahan, Mackinder e Spykman. FUNAG: Brasília, 2021. https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-1155 BARACUHY, Braz. Uma introdução aos fundamentos da geopolítica clássica: Mahan, Mackinder, Spykman. FUNAG: Brasília, 2021. https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-1155 COSTA, Wanderley Messias (org.). <i>Geografia e geopolítica da América do Sul: integrações e conflitos</i>. São Paulo : FFLCH/USP, 2019. https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/340 FUNAG (org.). <i>Os Fundamentos da geopolítica clássica</i>: Mahan, Mackinder e Spykman. FUNAG: Brasília, 2021 https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-1155 "Repensando a Geopolítica: A Geografia como Auxílio à Arte de Governar", Texas National Security Review, 2023. https://tnsr.org/2023/09/rethinking-geopolitics-geography-as-an-aid-to-statecraft PARK. Jaehan. "Repensando a Geopolítica: A Geografia como Auxílio à Arte de Governar", Texas National Security Review, 2023. https://tnsr.org/2023/09/rethinking-geopolitics-geography-as-an-aid-to-statecraft					

--

COMPONENTE CURRICULAR Noções de Comércio Exterior		CÓDIGO 06740051				
Departamento ou equivalente Colegiado de Relações Internacionais						
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4		Distribuição de créditos				
		T 4	E	P	EAD	EXT
OBJETIVO Compreender os conceitos inerentes às transações comerciais internacionais, a estrutura do comércio exterior brasileiro, assim como o papel e as diferentes áreas de atuação dos agentes públicos e privados envolvidos nas relações comerciais internacionais.						
EMENTA Principais instrumentos de política comercial. Aspectos gerais e evolução do comércio exterior brasileiro. Estrutura do comércio exterior brasileiro. Agentes e processos das operações de comércio exterior. Rotinas e Procedimentos Administrativos na Exportação e Importação. Responsabilidade social e ambiental das empresas que operam em comércio exterior.						
BIBLIOGRAFIA BÁSICA DIAS, Reinaldo; RODRIGUES, Waldemar (Org.). Comércio exterior: teoria e gestão . São Paulo Atlas 2013. LUDOVICO, Nelson. Como preparar uma empresa para o comércio exterior . 2. São Paulo Saraiva 2018. LIMA, Miguel. SILBER, Simão. VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. (Orgs). MANUAL de comércio exterior e negócios internacionais . São Paulo Saraiva 2017.						
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR MAGNOLI, Demétrio. Comércio exterior e negociações internacionais . São Paulo Saraiva 2006. MAIA, Jayme de Mariz. Economia internacional e comércio exterior . 16. Rio de Janeiro Atlas 2014. SEGRE, German (Org). MANUAL prático de comércio exterior . 5. Rio de Janeiro Atlas 2018. SILVA, José Ultemar da. Gestão das relações econômicas internacionais e comércio exterior . São Paulo Cengage Learning 2012.						

VAZQUEZ, José Lopes. **Comércio exterior brasileiro**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

COMPONENTE CURRICULAR Formação Econômica do Brasil					CÓDIGO NOVO			
Departamento ou equivalente Colegiado de Relações Internacionais								
CARGA HORÁRIA:				Distribuição de créditos				
Horas: 60				T	E	P	EAD	EX
Créditos: 4				4				T
OBJETIVO Compreender as diferentes fases e interpretações da formação econômica brasileira: aspectos relacionados ao crescimento e desenvolvimento econômico e sua relação com a configuração da sociedade e do Estado brasileiros.								
EMENTA Do sistema colonial à formação do Estado nacional. Os complexos agro-exportadores. Industrialização por Substituição de Importações. O regime militar e seus programas econômicos. Redemocratização e modernização conservadora. Plano Real e estabilização econômica. Século XXI - crescimento e crise. Desdobramentos da formação econômica do Brasil sobre as relações étnico-raciais e de gênero, e sobre a desigualdades sociais e regionais presentes na sociedade brasileira.								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011. FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil . 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. REGO, José Marcio. MARQUES, Rosa Maria (Orgs). Formação econômica do Brasil . 6 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.								
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR								

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1984.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. 8. Rio de Janeiro Atlas 2016.

LACERDA, Antônio Corrêa de. **Economia brasileira**. 6. São Paulo Saraiva 2018.

LANZANA, Antonio Evaristo Teixeira. **Economia brasileira fundamentos e atualidade**. 5. Rio de Janeiro Atlas 2016.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

3º SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR História da Política Externa Brasileira I		CÓDIGO 06740053				
Departamento ou equivalente Colegiado de Relações Internacionais						
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4		Distribuição de créditos				
		T 4	E	P	EAD	EXT
OBJETIVO Compreender a formação da política exterior brasileira à luz dos atores e condicionantes domésticos – de natureza política, econômica e social – que influenciaram a inserção internacional do país no período de 1822 a 1930.						
EMENTA Introdução ao estudo de política externa brasileira. Análise da produção de conhecimento. A política exterior e a formação da diplomacia brasileira no Império (1822-1889). A política exterior na República. A política exterior sob Rio Branco (1902-1912). O Brasil e a Primeira Guerra Mundial. A participação brasileira na Liga das Nações.						
BIBLIOGRAFIA BÁSICA DORATIOTO, Francisco; VIDIGAL, Carlos Eduardo. História das relações internacionais do Brasil . São Paulo: Saraiva, 2020. CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil . 4 ed. Brasília: UnB, 2012.						

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Política externa brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BUENO, Clodoaldo. **A República e sua política exterior (1889-1902)**. São Paulo: Ed. UNESP/ Brasília: IPRI, 1995.

DORATIOTO, Francisco. **O Brasil no Rio da Prata**. 2 ed. Brasília: FUNAG, 2014.

GARCIA, Eugênio Vargas. **O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926)**: vencer ou não perder. Porto Alegre: Ed. da UFRGS/ Brasília : FUNAG, 2000.

CALÓGERAS, João Pandiá. **A política exterior do Império**. Brasília: FUNAG, 1989.

PIMENTEL, José Vicente (org.). **Pensamento diplomático brasileiro**: formuladores e agentes da política externa (1750-1950). Brasília: FUNAG, 2013.

COMPONENTE CURRICULAR Teoria Política II		CÓDIGO 06740054				
Departamento ou equivalente Colegiado de Relações Internacionais						
CARGA HORÁRIA:		Distribuição de créditos				
Horas: 60		T	E	P	EAD	EXT
Créditos: 4		4				
OBJETIVO Apresentar ao corpo discente alguns dos principais conceitos e debates travados pela teoria política e democrática ao longo do século XX, do elitismo ao pluralismo. Em termos de teoria política, a ênfase recai nas abordagens sobre elites, hegemonia e racionalidade; em termos de teoria democrática, privilegia-se a discussão sobre representação, participação e deliberação que informam diferentes modelos de democracia, engajamentos da sociedade civil e visões de consenso/conflito político.						
EMENTA Debates teóricos e abordagens conceituais sobre elites; hegemonia; racionalidade; representação; participação; deliberação; consenso; conflito; democracia; poliarquia; sociedade civil.						
BIBLIOGRAFIA BÁSICA DAHL, Robert. Poliarquia . São Paulo: Edusp, 1997. GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a Política e o Estado moderno . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.						

HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro: estudos de teoria política**. São Paulo: Loyola, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília: Ed. Unb. 1982.
 MOUFFE, Chantal. **O regresso do político**. Lisboa: Gradiva, 1996.
 PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
 SCHUMPETER, **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro. Ed Zahar. 1984.
 WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**, vol. 2. Brasília: Editora UnB, 1999.

COMPONENTE CURRICULAR Teoria das Relações Internacionais I		CÓDIGO NOVO				
Departamento ou equivalente Colegiado de Relações Internacionais						
CARGA HORÁRIA:		Distribuição de créditos				
Horas: 60		T 4	E	P	EAD	EXT
Créditos: 4						
OBJETIVO Discutir as teorias das Relações Internacionais, de modo dialogado, a fim de estabelecer a ponte para conjunto de disciplinas do campo de estudos bem como para futuras análises críticas da realidade internacional atenta aos atores, estrutura e sistema internacionais.						
EMENTA A disciplina apresenta as teorias positivistas do campo das relações internacionais, com foco nos debates clássicos e contemporâneos das Relações Internacionais. Aborda os debates teóricos a partir da já tradicional, porém não consensual, divisão por grandes debates. Discutir-se-á os três primeiros grandes debates das Relações Internacionais: idealismo <i>versus</i> realismo, tradicionalistas <i>versus</i> behavioristas, inter-paradigmático (neo-neo).						
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BULL, Hedley. A Sociedade Anárquica . São Paulo: Ed. UnB e Imprensa Oficial do Estado de SP. 2002. KEOHANE, R.O.; NYE, J.S. Power and Interdependence . New York, Boston: Logman, 2001. WALTZ, K. Teoria das Relações Internacionais . Lisboa: Gradiva, 2002.						

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. São Paulo: Ed. UnB e Imprensa Oficial do Estado de SP. 2002.

CARR, Edward. **Vinte anos de crise. Coleção Clássicos IPRI**. Brasília: UNB. 2002.

GUIMARÃES, Feliciano de Sá. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Contexto, 2021.

KANT, Immanuel. **À Paz Perpétua**. Porto Alegre: LPM. 1989.

KEOHANE, R.O. **After Hegemony**: Cooperation and discord in the world political economy. Princeton NJ: Princeton University Press. 1984.

MORGENTHAU, Hans. **A Política entre as Nações**. São Paulo: Ed. UNB e Imprensa Oficial do Estado de SP, 2003.

REUS-SMIT, Christian; SNIDAL, Duncan (org.). **The Oxford handbook of international relations**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

COMPONENTE CURRICULAR Direito Internacional I		CÓDIGO 06740095				
Departamento ou equivalente Colegiado de Relações Internacionais						
CARGA HORÁRIA:		Distribuição de créditos				
Horas: 60		T	E	P	EAD	EXT
Créditos: 4		4				
OBJETIVO Levar o aluno a ser capaz de operar descritiva e conceitualmente, as categorias jurídicas, epistemológicas e filosóficas fundamentais para o estudo e a aplicação prática do Direito Internacional Público, de modo a ser capaz de refletir, lógica e sistematicamente, sobre os tópicos abordados, bem como articular os conteúdos por meio de análises críticas da aplicação do Direito Internacional Público no mundo contemporâneo.						
EMENTA Direito Internacional Público: fundamentos e desenvolvimento histórico. Concepções Doutrinárias sobre o Direito Internacional. Direito Internacional Universal e Direito Internacional Regional. Direito Internacional e Direito Interno. Fontes do Direito Internacional Público: tratados, costume, princípios gerais de direito, jurisprudência, atos unilaterais, <i>soft law</i> , analogia e equidade. Personalidade Jurídica Internacional: concepções doutrinárias. Sujeitos do Direito Internacional Público e demais pessoas internacionais. O Estado e o Direito Internacional Público: Reconhecimento de Estado, Governo, Insurgência e Beligerância; Dimensão Territorial do Estado; Responsabilidade Internacional dos Estados; Direitos e Deveres dos Estados; Restrições aos Direitos dos Estados e Intervenção; Sucessão e Extinção dos Estados. Organizações Internacionais: atos constitutivos, doutrina e práticas. O Domínio Público Internacional						

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALBUQUERQUE MELLO, Celso. **Curso de Direito Internacional Público**. 15ª. Rio de Janeiro: Ed. Livraria e Editora Renovar, 2004, vols. 1 e 2.

DINH, Nguyen Quoc; DAILLIER, Patrick; PELLET, Alain. **Direito Internacional Público**. Tradução de Vítor Marques Coelho. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

MAZZUOLI, Valério. **Curso de Direito Internacional Público**. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BROWNLIE, Ian. **Princípios de Direito Internacional Público**. Tradução de Maria M. Farrajota et. al. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

CANÇADO TRINDADE, A. A. **Direito internacional em um mundo em transformação**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002

REZEK, Francisco. **Direito Internacional Público**: curso elementar. 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

SHAW, Malcom N. **International Law**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

VARELLA, Marcelo Dias. **Direito internacional público**. 7ªed. São Paulo: Saraiva, 2017.

COMPONENTE CURRICULAR História das Relações Internacionais Contemporâneas		CÓDIGO NOVO				
Departamento ou equivalente Colegiado de Relações Internacionais						
CARGA HORÁRIA:		Distribuição de créditos				
Horas: 60		T 4	E	P	EAD	EXT
Créditos: 4						
OBJETIVOS Estudo da formação e evolução histórica do sistema internacional do período do entre-guerras até o início do século XIX.						
EMENTA O Tratado de Versailles e a nova ordem internacional. O período do entre-guerras: Liga das Nações, crise de 1929 e a polarização político-ideológica. A escalada das crises e Segunda Guerra Mundial. As Conferências de paz interaliados e a criação da ONU. A Guerra Fria: sistema bipolar e conflitos periféricos. Os movimentos de independência e os processos de descolonização e questões étnicas. A Conferência de Bandung e o movimento dos países não-alinhados. Crise econômica, neoliberalismo e globalização. O fim da Guerra Fria e a nova ordem mundial. Crises e conflitos da década de 1990. Atentados de 11 de setembro. Guerra ao Terror.						

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HOBASBAWN, Eric. **A Era dos Extremos: O Breve Século XX (1914- 1991)**.
CARR, Edward. **Vinte anos de crise. Coleção Clássicos IPRI**. Brasília: UNB. 2002.
SARAIVA, J. F. S. (org.). **História das Relações Internacionais Contemporâneas**.
Brasília: Editora Saraiva, 2008.
SOUZA, André de Mello e; NASSER, Reginaldo Mattar; MORAES, Rodrigo Fracalossi de
(orgs.). **Do 11 de setembro de 2001 à guerra ao terror: reflexões sobre o terrorismo no
século XXI**. Brasília: Ipea, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HUNTINGTON, Samuel P. **O choque de civilizações: e a recomposição da ordem
mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997
LESSA, Antônio Carlos; PATTI, Carlo. **História das relações internacionais**. 1. ed. São
Paulo: Contexto, 2023.
KENNEDY, Paul. **Ascensão e Queda das Grandes Potências: transformação econômica
e conflito militar de 1500 a 2000**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. São Paulo: Editora Francisco Alves, 1994.
NYE JR., Joseph S. **Cooperação e conflito nas relações internacionais**. São Paulo:
Editora Gente, 2009.
HOBSBAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Cia das Letras,
2007.
HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. Porto Alegre: Editora da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

4º SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR História da Política Externa Brasileira II		CÓDIGO 06740055				
Departamento ou equivalente Colegiado de Relações Internacionais						
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4		Distribuição de créditos				
		T 4	E	P	EAD	EXT
OBJETIVO Compreender a formação da política exterior brasileira à luz dos atores e das condicionantes de natureza política, econômica e social, que influenciaram a inserção internacional do país no período de 1930 a 1989.						

EMENTA

O desenvolvimentismo de Vargas e a política exterior brasileira (1930-1945). A política externa na República Liberal (1946-1960). As relações do Brasil com o continente africano na gestão de Juscelino Kubitschek. A Política Externa Independente (1961- 1964). A política exterior sob o regime militar (1964-1985). A política exterior do Brasil e a redemocratização (1985-1989).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: 4ª Ed. UnB, 2011.

DORATIOTO, Francisco; VIDIGAL, Carlos Eduardo. **História das relações internacionais do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2020.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Política externa brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALBUQUERQUE, Guilhon. **Sessenta anos de política exterior brasileira (1930 -1990)**. Vol. 1. São Paulo: Cultura Editores, 1996.

MOURA, Gerson. **Relações exteriores do Brasil 1939-1950**: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial. Brasília: FUNAG, 2012.

PIMENTEL, José Vicente (org.). **Pensamento diplomático brasileiro**: formuladores e agentes da política externa (1750-1950). Brasília: FUNAG, 2013.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **O lugar da África**: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias). Brasília: Editora UNB, 1996.

MANZUR, Tânia Maria P. G. A política externa independente (PEI): antecedentes, apogeu e declínio. **Lua Nova**, n.93, p.169-199, 2014.

COMPONENTE CURRICULAR Teoria das Relações Internacionais II				CÓDIGO NOVO		
Departamento ou equivalente Colegiado de Relações Internacionais						
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4		Distribuição de créditos				
		T	E	P	EAD	EXT
		4				
OBJETIVO Aprofundar o conhecimento sobre as principais perspectivas teóricas contemporâneas das Relações Internacionais, com ênfase nos debates pós-positivistas. O curso visa capacitar os estudantes a analisarem criticamente os fenômenos internacionais a partir de abordagens como Construtivismo, teorias pós-positivistas e Teorias Normativas. Busca-se, assim,						

desenvolver a habilidade de aplicar esses referenciais teóricos a questões do cenário global contemporâneo

EMENTA

Estudo das seguintes Teorias nas Relações Internacionais: Teoria Crítica e o Neomarxismo. Teoria Construtivista. Pós-estruturalismo e pós-modernismo. Pós-colonialismo. Teorias Feministas e Queer. Teorias Normativas Internacionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTRO, Thales. **Teoria das relações internacionais**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. 578 p.

GUIMARÃES, Feliciano de Sá. **Teoria das relações internacionais**. São Paulo: Contexto, 2021.

KANT, Immanuel. **A paz perpétua e outros opúsculos**. 1. ed. São Paulo: Almedina, 2016. 1 recurso online (0 p.). ISBN 9789724422282.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

RAWLS, John. Uma teoria da justiça. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

SILVA, Karine de Souza. **Calunga Grande, o transnacionalismo negro e o Brasil**. 1. ed. Brasília: FUNAG, 2025.

WEBER, Cynthia. **International Relations Theory: a critical introduction**. 4th. London: New York: Routledge, 2014. 291 p. ISBN 9780415713061.

WENDT, Alexander. **Social theory of international politics**. 19th. Cambridge: Cambridge University Press, 2016. xv, 429p. (Cambridge studies in international relations ; 67). ISBN 9780521469609.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ADLER, Emanuel. **Communitarian international relations**: the epistemic foundations of International Relations. Oxford: Routledge, 2005.

BROWN, Chris. Critical Theory and postmodernism in international relations. In: GROOM, A.; LIGHT, M. **Contemporary international relations**: a guide to theory. London: Pinter Publishers, 1994.

CARLSNAES, Walter; RISSE, Thomas; SIMMONS, Beth A. (ed.). **Handbook of international relations**. 2. ed. London; Thousand Oaks: Sage, 2013.

COX, Robert W.; SCHECHTER, Michael G. **The political economy of a plural world: critical reflections on power, morals and civilisation**. London: Routledge, 2003. (Routledge/RIPE Series in Global Political Economy).

CHOWDHRY, Geeta; NAIR, Sheila. **Power, Postcolonialism and International Relations**: reading race, gender, and class. London: Routledge, 2002.

COCHRAN, Molly. **Normative theory in international relations**: a pragmatic approach. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

DEVETAK, Richard. Postmodernism. In: BURCHILL, Scott; LINKLATER, Andrew (org.). **Theories of International Relations**. New York: St. Martin's Press, 1995.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, Beaches and Bases**: making feminist sense of international politics. 2. ed. Berkeley: University of California Press, 2014.

KANT, Immanuel. **À paz perpétua**. Tradução de Marco Zingano. São Paulo: Perspectiva, 2004.

LINKLATER, Andrew. The achievement of critical theory. In: SMITH, Steve et al. **International theory**: positivism and beyond. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MORRICE, David. The liberal-communitarian debate in contemporary political philosophy and its significance for International Relations. **Review of International Studies**, v. 26, p. 233-246, 2000.

REUS-SMIT, Christian; SNIDAL, Duncan (org.). **The Oxford handbook of international relations**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SJOBERG, Laura. Towards trans-gendering IR? **International Political Sociology**, v. 6, n. 4, p. 337-354, 2012.

SYLVESTER, Christine. **Feminist International Relations**: an unfinished journey. New York: Cambridge University Press, 2004.

THIEL, Markus. LGBTQ Politics and International Relations: here? queer? used to it? **International Politics Review**, v. 2, n. 2, p. 51-60, 2014.

TICKNER, J. Ann. **Gender in International Relations**. New York: Columbia University Press, 2001.

_____. Gendering a discipline: some feminist methodological contributions to International Relations. **Signs**, v. 30, n. 4, p. 2173-2188, 2005.

WALKER, R. B. J. **Inside/Outside**: international relations as political theory. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

WEBER, Cynthia. **Queer International Relations**: sovereignty, sexuality and the will to knowledge. New York: Oxford University Press, 2016.

WENDT, Alexander. Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. **International Organization**, v. 46, n. 2, p. 391-425, 1992. Disponível em: [link suspeito removido]. Acesso em: 10 fev. 2026. .

ZEHFUSS, Maja. **Constructivism in international relations: the politics of reality**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. (Cambridge Studies in International Relations, v. 83).

COMPONENTE CURRICULAR Direito Internacional II		CÓDIGO 06740014				
Departamento ou equivalente Colegiado de Relações Internacionais						
CARGA HORÁRIA:		Distribuição de créditos				
Horas: 60		T	E	P	EAD	EXT
Créditos: 4		4				
OBJETIVO Levar o aluno a ser capaz de operar descritiva e conceitualmente, as categorias jurídicas, epistemológicas e filosóficas fundamentais para o estudo e a aplicação prática do Direito Internacional Público, de modo a ser capaz de refletir, lógica e sistematicamente, sobre os tópicos abordados, bem como articular os conteúdos por meio de análises críticas da aplicação do Direito Internacional Público no mundo contemporâneo.						
EMENTA Sistemas de solução de controvérsias internacionais: meios e práticas. Tribunais Internacionais: história, teoria, práticas e jurisprudência.						
BIBLIOGRAFIA BÁSICA MAZUOLI, Valério. Curso de Direito Internacional Público . Rio de Janeiro: Forense, 2020. MENEZES, Wagner. Tribunais internacionais: jurisdição e competência . São Paulo: Saraiva, 2013. TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. Os tribunais internacionais contemporâneos . Brasília: FUNAG, 2013.						
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ALBUQUERQUE MELLO, Celso. Curso de Direito internacional Público . 15ª. Rio de Janeiro: Ed. Livraria e Editora Renovar, 2004, vols. 1 e 2. BROWNLIE, Ian. Princípios de Direito Internacional Público . Tradução de Maria M. Farrajota et. al. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997. CANÇADO TRINDADE, A. A. Direito internacional em um mundo em transformação . Rio de Janeiro: Renovar, 2002. DINH, Nguyen Quoc; DAILLIER, Patrick; PELLET, Alain. Direito Internacional Público . Tradução de Vítor Marques Coelho. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. REZEK, Francisco. Direito Internacional Público: curso elementar . 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013. SHAW, Malcom N. International Law . Cambridge: Cambridge University Press, 2008. VARELLA, Marcelo Dias. Direito internacional público . 7ªed. São Paulo: Saraiva, 2017.						

--

COMPONENTE CURRICULAR Economia Internacional		CÓDIGO 06740021				
Departamento ou equivalente Colegiado de Relações Internacionais						
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4		Distribuição de créditos				
		T 4	E	P	EAD	EXT
OBJETIVO Compreender os fluxos comerciais e monetários internacionais, a partir das abordagens teóricas que fundamentam os instrumentos políticos utilizados pelos diferentes Estados.						
EMENTA Relações de comércio internacional: teorias e modelos de comércio internacional. Política Comercial e desenvolvimento econômico. Acordos Comerciais Regionais. Relações Monetárias Internacionais: Balanço de Pagamentos. Moeda. Política Cambial.						
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CARVALHO, Maria Auxiliadora de. Economia Internacional . 5. São Paulo Saraiva 2016. KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. Economia internacional . 8. ed. São Paulo: Person Prentice Hall, 2010. MARIANO, Jefferson. Economia internacional . 3. São Paulo Saraiva 2017.						
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR DIAZ-ROLDAN, Carmen. Advances on International Economics . [S.l.] Cambridge Scholars Publishing. 2015. FERNANDES, José Pedro Teixeira. Elementos de economia política internacional . 2. São Paulo Grupo Almedina 2013. JOHNS, Richard Anthony. International Trade Theories and the Evolving International Economy . Series: Bloomsbury Academic Collections: Economics. London : Bloomsbury Academic. 2013. MERCURIO, Bryan; LIM, Chin. International Economic Law After the Global Crisis: A Tale of Fragmented Disciplines . Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press. 2015.. STONE, Randall W. Controlling Institutions : International Organizations and the Global Economy . UK : Cambridge University Press. 2011.						

COMPONENTE CURRICULAR Metodologia das Ciências Sociais					CÓDIGO 06560134		
Departamento ou equivalente Departamento de Sociologia e Política							
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 04			Distribuição de créditos				
			T 4	E	P	EAD	EXT
OBJETIVO A disciplina visa discutir os fundamentos ontológicos, epistemológicos e metodológicos das ciências sociais, assim como os principais paradigmas científicos e as relações entre senso comum e conhecimento científico. Também abordará as metodologias quantitativa e qualitativa e as etapas do processo de pesquisa: a construção do objeto científico e do marco teórico, a revisão bibliográfica, as técnicas de coleta de dados e a análise de dados; ainda auxiliará na elaboração do projeto e do relatório de pesquisa, de acordo com as normas técnicas, e finalmente, discutirá os perigos do plágio e da cópia.							
EMENTA Ontologia, epistemologia e metodologia das ciências sociais. As ciências sociais e seus fundamentos. Principais paradigmas científicos das ciências humanas. Relações entre senso comum e conhecimento científico. Problema social e problema científico. A construção do objeto científico. A abordagem metodológica nas ciências sociais. Metodologias quantitativas e metodologias qualitativas. As etapas da pesquisa em ciências sociais. O projeto de pesquisa. Relatório de pesquisa, normas técnicas e a questão do plágio.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BOURDIEU, Pierre; CHAMBORDERON, Jean-Claude.; PASSERON, Jean-Claude. Ofício de Sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia. Petrópolis, Vozes, 2007. (Na biblioteca encontra-se como : “ Profissão de Sociólogo” , Vozes, 2002) CHALMERS, Alan. O que é ciência afinal? São Paulo: Atlas, 2000. (Na biblioteca encontra-se como: CHALMERS, Alan Francis. O que é ciência afinal?. [s.l.]: [s.n.], 2000. 1v.) CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa Qualitativa em ciências humanas e sociais. Petrópolis-RJ: Vozes. 2014. (Na biblioteca encontra-se como: CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2010, 2014. 164 p.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BECKER, Howard. Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. Capítulo 1. Sobre Metodologia. Hicitec: São Paulo, 1999. (Na biblioteca BECKER, Howard S. Métodos de pesquisa em ciências sociais . São Paulo: Hucitec, 1993. 178 p. ISBN 8527102226)							

BRUYNE, Paul de et al. Dinâmica da pesquisa em ciências sociais. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977. (Na biblioteca BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**. 2. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977. 251 p.)

CHAMPAGNE, Patrick; LENOIR, Remi; MERLLIÉ, Dominique; PINTO, Louis. *Iniciação à prática sociológica*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999 . (Na biblioteca: CHAMPAGNE, Patrick et al. **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1998. 243 p. ISBN 853261647X.)

GOODE, William; HAT, Paul. Métodos em pesquisa social. São Paulo: Nacional, 1969. (Na biblioteca: GOODE, William Josiah. **Métodos em pesquisa social**. 3. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1969. 488 p.)

KERLINGER, Fred. Metodologia da pesquisa em Ciências Sociais. Um tratamento conceitual. São Paulo: EPU; EDUP, 1980. (Na biblioteca : KERLINGER, Fred N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais**: um tratamento conceitual. São Paulo: EPU : EDUSP, 1980. 378 p.)

5º SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR Regimes e Organizações Internacionais		CÓDIGO NOVO				
Departamento ou equivalente Colegiado de Relações Internacionais						
CARGA HORÁRIA:		Distribuição de créditos				
Horas: 60		T 4	E	P	EAD	EXT
Créditos: 4						
OBJETIVO Analisar, à luz dos principais conceitos e debates teóricos, a formação, estrutura e funcionamento dos Regimes e Organizações internacionais, bem como seu papel na regulação de problemas globais, na manutenção da paz e segurança, na promoção da cooperação e da governança global e nas disputas em torno da distribuição de poder, legitimidade e eficácia das respostas a problemas transnacionais.						

EMENTA

Principais aspectos teórico conceituais relativos a regimes e organizações internacionais, com ênfase em sua formação, estrutura e funcionamento. Regimes internacionais em diferentes áreas temáticas e suas relações com organizações intergovernamentais. Organizações internacionais quanto à definição, evolução histórica e bases jurídicas. Segurança coletiva a partir da experiência da Liga das Nações e da Organização das Nações Unidas, incluindo desenho institucional e práticas do sistema ONU. Cooperação funcional e processos de integração regional como formas de coordenação interestatal. Papel das organizações não governamentais e da sociedade civil global na produção de normas, agendas e mecanismos de monitoramento. Governança global, distribuição de poder e desafios contemporâneos à legitimidade e eficácia das instituições internacionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROS-PLATIAU, Ana Flávia; SOENDERGAARD, Niels. **Organizações e instituições internacionais**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2025. 1 recurso online (60 p.). ISBN 9786555416244.

CRETELLA NETO, José. **Teoria geral das organizações internacionais**. 3. São Paulo Saraiva 2012.

DREZNER, Daniel W. **All Politics Is Global: Explaining International Regulatory Regimes**. Princeton, N.J.: Princeton University Press. 2008.

HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. **Organizações internacionais: história e práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

REZEK, Francisco. **Direito internacional público**. 20. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. 1 recurso online (504 p.). ISBN 9788553624997.

SCHMITZ, Guilherme de Oliveira; ROCHA, Rafael Assumpção. **Brasil e o Sistema das Nações Unidas: desafios e oportunidades na governança global**. Ipea, 2017.

SILVA, Karine de Souza; COSTA, Rogério Santos da. **Organizações internacionais de integração regional: União Européia, Mercosul e Unasul**. Florianópolis: UFSC, 2013. 306 p. ISBN 9788578400866.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Direito das organizações internacionais**. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2002. 795 p. ISBN 8573085401

UZIEL, Eduardo. **O Conselho de Segurança, as missões de paz e o Brasil no mecanismo de segurança coletiva das Nações Unidas** – 2. ed. – Brasília: FUNAG, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BARKIN, J. Samuel. **International organization: theories and institutions**. New York; London: Palgrave Macmillan, 2006.
- HURRELL, Andrew. **On global order: power, values, and the constitution of international society**. Oxford; New York: Oxford University Press, 2009.
- FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrisse da; MORAES, Maria Luísa Escorel de; UZIEL, Eduardo (org.). **O Brasil e as Nações Unidas: 70 anos**. Brasília: FUNAG, 2015.
- KEOHANE, Robert O. The demand for international regimes. **International Organization**, v. 36, n. 2, p. 325-355, 1982.
- GONÇALVES, Alcindo; COSTA, José Augusto Fontoura. **Governança global e regimes internacionais**. São Paulo: Almedina, 2011.
- KECK, Margaret E.; SIKKINK, Kathryn. **Activists beyond borders: advocacy networks in international politics**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1998.
- KENNEDY, Paul. **The Parliament of Man: the past, present, and future of the United Nations**. New York, NY: Vintage, 2007.
- KRASNER, Stephen D. **Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables**. **International Organization**, v. 36, n. 2, p. 185-205, 1982.
- LUCK, Edward C. In: KOOPS, Joachim A.; MACQUEEN, Norrie; TARDY, Thierry; WILLIAMS, Paul D. (ed.). **The Oxford Handbook of United Nations Peacekeeping Operations**. Oxford: Oxford University Press, [s.d.].
- MARTIN, Lisa L.; SIMMONS, Beth A.. International Organizations and Institutions. In: CARLSNAES, Walter; RISSE, Thomas; SIMMONS, Beth A. (Org.). **Handbook of International Relations**. 2. ed. Los Angeles: Sage, 2013.
- MENEZES, Alfredo da Mota; PENNA FILHO, Pio. **Integração regional: os blocos econômicos nas relações internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. xi, 200 p. ISBN 978535220247.
- MURPHY, Craig N. **Organização internacional e mudança: governança global desde 1850**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas**. 1945.
- ROSENAU, James N.; CZEMPIEL, Ernst-Otto (org.). **Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.
- UZIEL, Eduardo. **O conselho de segurança, as operações de manutenção da paz e a inserção do Brasil no mecanismo de segurança coletiva das Nações Unidas**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010. 242 p. ISBN 9788576312079.
- WEISS, Thomas G.; DOWS, Sam (ed.). **The Oxford Handbook on the United Nations**. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2018.

COMPONENTE CURRICULAR Proteção Internacional da Pessoa Humana		CÓDIGO 06740018
Departamento ou equivalente Colegiado de Relações Internacionais		
CARGA HORÁRIA:	Distribuição de créditos	

Horas: 60	T	E	P	EAD	EXT
Créditos: 4	4				
OBJETIVO Levar o aluno a ser capaz de operar, descritiva e conceitualmente, as categorias jurídicas, epistemológicas e filosóficas fundamentais para o estudo e a aplicação dos mecanismos de Proteção Internacional da Pessoa Humana, mais especificamente dos ramos jurídicos internacionais do Direito Internacional Humanitário, do Direito Internacional dos Direitos Humanos e do Direito dos Refugiados, de modo a ser capaz de refletir, lógica e sistematicamente, sobre cada um dos tópicos abordados, bem como articular os conteúdos por meio de análises críticas da Proteção Internacional da Pessoa Humana no mundo contemporâneo.					
EMENTA Proteção internacional da pessoa humana: introdução e conceitos gerais. Os três ramos jurídicos de proteção da pessoa humana: o direito internacional humanitário, o direito internacional dos direitos humanos e o direito dos refugiados. As três vertentes de proteção da pessoa humana em perspectiva histórica. Convergência normativa, hermenêutica e operacional dos três ramos jurídicos de proteção da pessoa humana. Direito internacional humanitário: conceito, objeto e âmbito de aplicação. Principais instrumentos normativos. Agentes do direito internacional humanitário: a Cruz Vermelha e seu mandato de promotora do direito internacional humanitário; tribunais criminais internacionais <i>ad hoc</i> e Tribunal Penal Internacional. Direito internacional dos direitos humanos: origens e desenvolvimento; conceito, objeto e âmbito de aplicação. Principais instrumentos normativos. O sistema global de proteção dos direitos humanos: a Comissão de Direitos Humanos, o Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos e o Conselho de Direitos Humanos. Os sistemas regionais de proteção dos direitos humanos: europeu, interamericano e africano. Direito internacional dos refugiados: origens e desenvolvimento; conceito, objeto e âmbito de aplicação. Principais instrumentos normativos. O Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BORGES, Leonardo Estrela. O direito internacional humanitário : a proteção do indivíduo em tempo de guerra. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. PEREIRA, Gustavo Oliveira de Lima. Direitos humanos e hospitalidade : a proteção internacional para apátridas e refugiados. São Paulo: Atlas, 2014 PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional . São Paulo: Saraiva, 2018.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BIERRENBACH, Ana Maria. O conceito de responsabilidade de proteger e o direito internacional humanitário . Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. CANÇADO TRINDADE, A A. Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos . Vols. I, II e III. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1997 (v.1), 1999 (v.2), 2003 (v.3). KALDOR, Mary. Global civil society: an answer to war . Cambridge: Polity Press, 2009.					

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e justiça internacional**: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano. São Paulo: Saraiva, 2018.

TARROW, Sidney. **The new transnational activism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

CANÇADO TRINDADE, A. A. **A humanização do direito internacional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

COMPONENTE CURRICULAR Metodologia Aplicada às Relações Internacionais				CÓDIGO 06740093	
Departamento ou equivalente Colegiado de Relações Internacionais					
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4		Distribuição de créditos			
		T 4	E	P	EAD
OBJETIVO Discutir metodologias, métodos e ferramentas metodológicas aplicadas à construção do conhecimento em Relações Internacionais sobretudo, naquilo que se refere à elaboração e desenvolvimento de projetos de pesquisa.					
EMENTA Elementos estruturais de pesquisa: definição do tema e objeto, problematização, justificativa e arcabouço teórico. Metodologia histórica, Análise documental. Análise de conteúdo. Análise de discurso. Estudo de caso. <i>Process tracing</i> . Abordagens quantitativas.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph M. A arte da pesquisa . 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. KING, Gary; KEOHANE, Robert O.; VERBA, Sidney. Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research . Princeton: Princeton University Press, 1994. MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.					

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ACKERLY, Brooke A.; STERN, Maria; TRUE, Jacqui. **Feminist methodologies for international relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRADY, Henry E.; COLLIER, David (ed.). **Rethinking social inquiry: diverse tools, shared standards**. 2. ed. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2010.

REIS, José Carlos. **O lugar central da teoria-metodologia na cultura histórica**. São Paulo: Autêntica, 2019.

TRACHTENBERG, Marc. **The craft of international history: a guide to method**. Princeton: Princeton University Press, 2006.

COMPONENTE CURRICULAR Segurança Internacional e Políticas de Defesa		CÓDIGO 06740058				
Departamento ou equivalente Colegiado de Relações Internacionais						
CARGA HORÁRIA:		Distribuição de créditos				
Horas: 60		T	E	P	EAD	EXT
Créditos: 4		4				
OBJETIVO Proporcionar ao discente os conhecimentos relacionados à conceitualização da Segurança Internacional e suas vinculações com a Política de Defesa, abrangendo a segurança coletiva, segurança econômica, securitização, segurança ambiental, segurança internacional (pós-Guerra Fria) e demais padrões de segurança e defesa.						
EMENTA Conhecimento da problemática da conceituação da Segurança Internacional, a dinâmica das Forças Armadas, narcotráfico e a segurança do Estado; o terrorismo nas relações internacionais, o Brasil no contexto da segurança internacional e instrumentos para a segurança internacional.						
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BUZAN et. al. Security: a new framework for analysis. Londres, Lynne Rienner Publishers, 1998. KALDOR, Mary. New and Old wars: organized violence in a global. California, Stanford, 2007. MANDELBAUM, Michael. The frugal superpower: America's global leadership in a strapped-cash era. New York, Public Affairs, 2010.						
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR						

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Regions and Powers: The Structure of International Security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. Disponível em: search.worldcat.org

BUZAN, Barry e WEAVER, Ole e WILDE, Jaap de. **Security: a new framework for analysis**. Boulder, Lynne Rienner Publishers, 1998.

BUZAN, Barry. **People, States and Fear: an agenda for international security studies in the post-cold war era**. Harvester Wheatsheaf 1991.

GARCIA, Eugênio Vargas. "Questões estratégicas e de segurança internacional". *Revista Brasileira de Política Internacional* (RBPI). <https://www.scielo.br/rbpi/a/cjGhPpctgvn7BjrgMWMjWkm/?format=pdf&lang=pt>

Ministério da Defesa – página "Política Nacional de Defesa". https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/politica-nacional-de-defesa

COMPONENTE CURRICULAR Meio Ambiente e Relações Internacionais		CÓDIGO NOVO				
Departamento ou equivalente Colegiado de Relações Internacionais						
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4		Distribuição de créditos				
		T 4	E	P	EAD	EXT
OBJETIVO Estudar e analisar o impacto dos processos ambientais contemporâneos sobre as relações internacionais, e vice-versa, em sua perspectiva histórica: origens, trajetórias e perspectivas futuras						
EMENTA Análise das interações entre o meio ambiente e as relações internacionais, com foco nos regimes multilaterais ambientais, na pobreza e nas estratégias de cooperação global. Estudo das principais conferências e tratados internacionais, com destaque para a construção do Direito internacional ambiental, dos princípios da governança ambiental global e da importância das Conferências das Partes. Avaliação do papel de Estados, OIs, ONGs, povos tradicionais, empresas e movimentos transnacionais na formulação e execução das políticas ambientais globais. Discussão sobre justiça ambiental/climática, desigualdades estruturais entre Norte e Sul e a responsabilidade diferenciada dos países em tempos de mutação ambiental/climática. Estudo da transição energética e da transição justa e do fenômeno jurídico global dos litígios climáticos.						

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DALY, Herman; FARLEY, Joshua. **Economia ecológica: princípios e aplicações**. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.

FRANCHINI, Matias; VIOLA, Eduardo; BARROS-PLATIAU, Ana Flávia. Los desafíos del antropoceno: de la política ambiental internacional hacia la gobernanza global. **Ambiente & Sociedade**, v. 20, n. 3, p. 179-203, jul./set. 2017.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ACSELRAD, Henry. Dimensões políticas do negacionismo ambiental: interrogando a literatura. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 60, p. 26-42, jul./dez. 2022.

BONET, Jordi Pérez; BERTOLDI, Márcia Rodrigues. Presupuestos político-jurídicos y de acción de un nuevo paradigma socioeconómico para abordar sosteniblemente el cambio climático y la pobreza. **Revista Veredas do Direito**, v. 21, p. e212639, 2024.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicolás. **O Decrescimento: entropia, ecologia, economia**. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.

JOHANSSON, Vilja. Just Transition as an Evolving Concept in International Climate Law. **Journal of Environmental Law**, v. 35, p. 229-249, 2023.

NACIONES UNIDAS. Consejo de Derechos Humanos. **Informe de la Relatora Especial sobre la promoción y la protección de los derechos humanos en el contexto del cambio climático, Elisa Morgera**: Informe de situación. A/HRC/56/46, 2024.

PEÑALVER I CABRÉ, Alexandre. **Litigación climática: el papel de la ciudadanía y de los jueces**. Barcelona: Edicions UB, 2024.

PÉREZ SALOM, Roberto. Las Naciones Unidas y la reforma de la arquitectura institucional del Derecho internacional del medio ambiente. **Revista Electrónica de Estudios Internacionales**, n. 47, p. 273-306, jun. 2024.

SILVEIRA, Mariana Balau. **Das negociações do clima ao clima das negociações: a governança ambiental de Quioto a Paris**. São Paulo: Dialética, 2023.

VEIGA, José Eli da. **Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor**. São Paulo: Senac/Itaú, 2010.

6º SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR

Análise de Política Externa

CÓDIGO

06740059

Departamento ou equivalente

Colegiado de Relações Internacionais

CARGA HORÁRIA:

Horas: 60

Créditos: 4

Distribuição de créditos

T
4

E

P

EAD

EXT

OBJETIVO Discutir as principais correntes e modelos de análise de política externa assim como possibilitar a aplicação dos diferentes modelos teóricos à situações atuais de conjuntura. Ademais, permitir a compreensão dos processos decisórios envolvidos nos processos de formulação e implementação da política externa e os diferentes atores envolvidos.	
EMENTA Abordagem sistêmica. Abordagem cognitiva. Modelos de análise: da política burocrática, dos jogos de dois níveis. Mudança em Política Externa. Articulação de atores estatais e não estatais que afetam a política externa.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA FERREIRA, Marcos Alan. Análise de Política Externa em perspectiva – atores, instituições e novos temas . Editora UFPB, 2020. SMITH, Steve; HADFIELD, Amelia; DUNNE, Tim. Foreign Policy – Theories, Actors and Cases . New York: Oxford University Press, 2008. PETRIČ, Ernest. Foreign Policy: From Conception to Diplomatic Practice . Leiden : Brill Nijhoff. 2013.	
BIBLIOGRAFIA ALLISON, Graham T. Conceptual Models and the Cuban Missile Crisis. The American Political Science Review , Volume 63, Issue 3 (Sep., 1969), p. 689-718. FIGUEIRA, Ariane Roder. Introdução à Análise de Política Externa . São Paulo: Ed. Saraiva, 2011. HERMANN, Margareth. Explaining Foreign Policy Behavior Using the Personal Characteristics of Political Leaders. International Studies Quarterly , vol. 24, n.1, p. 7-46, 1980. HERMANN, Charles. Changing Course: When Governments Choose to Redirect Foreign Policy. International Studies Quarterly , vol. 34, no.1, Março de 1990. PUTNAM, Robert D. Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis . Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 147-174, 2010.	COMPLEMENTAR

COMPONENTE CURRICULAR Economia Política Internacional			CÓDIGO NOVO				
Departamento ou equivalente Colegiado de Relações Internacionais							
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4			Distribuição de créditos				
			T 4	E	P	EAD	EXT

OBJETIVO

Discutir as tendências políticas e econômicas internacionais com base nas abordagens teóricas da EPI para, assim, analisar as dinâmicas dos negócios internacionais influenciados por empresas, Estados, organizações multilaterais e organizações internacionais da sociedade civil.

EMENTA

Debate teórico metodológico e conjuntural dos anos 1960 e 1970. Perspectivas teóricas das EPI: realista/ estado nacional, liberal, crítica. Construção da realidade monetária e financeira internacional. Globalização. Comércio. Multinacionais. Desenvolvimento. Crises.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GONÇALVES, Reinaldo. **Economia política internacional – fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil**. Rio de Janeiro, Elsevier/Campus, 2005.
STRANGE, Susan. **States and markets**. London: Bloomsbury Publishing, 1988
WALLERSTEIN, I. **World-Systems Analysis: an introduction**. Durham (EUA): Duke University Press, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AMIN, Samir. **Ending the crisis of capitalism or ending capitalism?** Oxford: Pambazuka Press, 2011.
ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008.
EICHENGREEN, Barry. **A globalização do capital – uma história do sistema econômico internacional**. SP: Editora 34, 2000.
KINDLEBERGER, Charles P. **Manias, pânico e crises** uma história das crises financeiras. São Paulo Saraiva 2013.
SANTOS, Theotônio dos. **Teoria da dependência – balanço e perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2018.

COMPONENTE CURRICULAR

Negociações Internacionais

CÓDIGO

06740061

Departamento ou equivalente

Colegiado de Relações Internacionais

CARGA HORÁRIA:

Horas: 60

Créditos: 4

Distribuição de créditos

T
4

E

P

EAD

EXT

OBJETIVO Aplicar conceitos e abordagens teóricas de negociações internacionais, tanto aos processos políticos de negociações bilaterais ou multilaterais, quanto às negociações em outros contextos.
EMENTA A natureza da negociação. Modalidades de negociação. Estratégias e táticas. Contexto, processo, comunicação e resultados da negociação. Processo decisório nas negociações internacionais.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ARAÚJO, Ricardo Guerra de. O jogo estratégico nas negociações Mercosul-União Européia. Brasília: FUNAG, 2018. LEWICKI, Roy J. SAUNDERS, David M. BARRY, Bruce. Fundamentos de negociação. 5. Porto Alegre AMGH 2014. SARFATI, Gilberto. Manual de negociação. São Paulo Saraiva 2010.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR AYERBE, Luis Fernando; BOJIKIAN, Neusa Maria Pereira (Org). Negociações econômicas internacionais: abordagens, atores e perspectivas desde o Brasil. São Paulo: Ed. UNESP, 2011. CIOT, Melania-Gabriela. Negotiation and Foreign Policy Decision Making. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing. 2014. REINALDA, Bob; VERBEEK, Bertjan (Edits.). Decision making within international organizations. London: Routledge, 2004. BETSILL, Michele M. CORELL, Elisabeth. NGO Diplomacy: The Influence of Nongovernmental Organizations in International Environmental Negotiations. Cambridge, Mass: The MIT Press. 2008. WOOLCOCK, Stephen. BAYNE, Nicholas. The New Economic Diplomacy: Decision-making and Negotiation in International Economic Relations. Series: Global Finance. Farnham, England: Ashgate. 2011.

COMPONENTE CURRICULAR Estudos de Integração		CÓDIGO 06740056				
Departamento ou equivalente Colegiado de Relações Internacionais						
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4		Distribuição de créditos				
		T 4	E	P	EAD	EXT

OBJETIVO

Compreender os arranjos de integração, a partir das abordagens teórico-conceituais que explicam suas origens, suas instituições e suas dinâmicas, bem como, suas principais características nas Relações Internacionais Contemporâneas.

EMENTA

Contexto epistemológico. Abordagens teóricas e conceitos aplicados à integração regional. Integração Regional Contemporânea. Temas ascendentes: meio ambiente, proteção internacional da pessoa humana, outros.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

NEVES, Renato Baumann. **Integração regional teoria e experiência latino-americana**. Rio de Janeiro LTC 2013.

PENNAFORTE, Charles; MARTINS, Marcos Antônio Fávaro (Org.). **Dimensões da integração regional: uma perspectiva panorâmica**. Pelotas: Ed. UFPel, 2018.

SANTOS, Antonio Carlos A. dos. **Integração econômica regional**. São Paulo Saraiva 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DOYLE, Natalie J. SEVESTA, Lorenza. **Regional Integration and Modernity: Cross-Atlantic Perspectives**. Lanham: Lexington Books. 2014.

FARRELL, Mary. HETTNE, Björn. VAN LANGENHOVE, Luke. **Global Politics of Regionalism: Theory and Practice**. London: Pluto Press. 2005.

TELÒ, Mario. **European Union and New Regionalism: Competing Regionalism and Global Governance in a Post-Hegemonic Era**. 3rd ed. Farnham: Routledge. 2014.

VANNIJNATTEN, Debora. CRAIL, Neil. STUDER-NOGUEZ, Isabel. **Climate Change Policy in North America: Designing Integration in a Regional System**. Toronto: University of Toronto Press, Scholarly Publishing Division. 2013.

WHITE, Christopher. **Immigration and Regional Integration in a Globalizing World: Myths and Truths About Migration**. Lanham, Maryland: Lexington Books. 2015.

7º SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR Trabalho de Conclusão de Curso I		CÓDIGO 06740062				
Departamento ou equivalente Colegiado de Relações Internacionais						
CARGA HORÁRIA:		Distribuição de créditos				
Horas: 60		T	E	P	EAD	EXT
Créditos: 4		4				

OBJETIVO O objetivo da disciplina é capacitar o discente a elaborar e desenvolver um Projeto de Pesquisa que irá futuramente estruturar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), junto a um(a) docente orientador(a).
EMENTA Construção de um Projeto de Pesquisa que resultará no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais. Petrópolis: Vozes. 2014. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo, Atlas, 2010. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2007.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BARDIN, L. Análise de Conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011. BECKER, Howard. Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: Hucitec, 1993. GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2009. REIS, José Carlos. O lugar central da teoria-metodologia na cultura histórica. São Paulo Autêntica 2019. RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas 2008.

COMPONENTE CURRICULAR Análise de Conjuntura Internacional		CÓDIGO 06740094				
Departamento ou equivalente Colegiado de Relações Internacionais						
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4		Distribuição de créditos				
		T 4	E	P	EAD	EXT

OBJETIVO

Estimular uma visão analítica ao corpo discente das principais temáticas que estão inseridos na conjuntura internacional contemporânea, especialmente no final do século XX e começo do século XXI.

EMENTA

Análise das relações internacionais contemporâneas. Identificação de atores nacionais e internacionais. O processo decisório em relações internacionais. Disputa de poder no mundo pós-Guerra Fria; o 11 de setembro e seus desdobramentos para conjuntura internacional; o mundo e as redes sociais; a crise do multilateralismo e da globalização; O Brasil e o mundo atual.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FONSECA Jr., Gelson. **O Interesse e a regra: ensaios sobre o multilateralismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
HUDSON, Valerie. **Foreign Policy Analysis: classic and contemporary theory**. Rousman & Littlefield Publisher, 2006.
PECEQUILO, C. S. **Teoria das Relações Internacionais: O Mapa do Caminho: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro. Editora Alta Books, 2016

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**. Rio de Janeiro, Contraponto, 2006.
BADIN, Michelle R. S. **A inserção internacional do poder executivo federal brasileiro**. São Paulo: FES, 2010.
DUARTE, Rubens. **The Role of Brazil in the Multilateral Financial System: an Analysis of Domestic and Structural Factors (2003-2015)**. Revista Brasileira de Ciência Política. São Paulo, v.11, n.3, e4, 2017.
HUNTINGTON, Samuel P. **O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.
OLIVEIRA, Adriano. **Análise de Conjuntura: Conceitos e Aplicações**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

8º SEMESTRE**COMPONENTE CURRICULAR**

Trabalho de Conclusão de Curso II

Departamento ou equivalente

Colegiado de Relações Internacionais

CÓDIGO

NOVO

CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4	Distribuição de créditos				
	T	E	P	EAD	EXT
	4				
OBJETIVO Disciplina voltada à realização de investigação científica – previamente estruturada na disciplina de TCC I – e elaboração de artigo científico para a apresentação de seus resultados (Trabalho de Conclusão de Curso).					
EMENTA Desenvolvimento de investigação científica e produção de um artigo científico dela resultante (Trabalho de Conclusão de Curso), consistindo na aplicação dos conhecimentos teóricos, metodológicos e empíricos adquiridos ao longo do curso.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph M. A arte da pesquisa . 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. KING, G.; KEOHANE, R.O.; VERBA, S. Designing Social Inquiry: Scientific inference in qualitative research . Princeton: Princeton University Press, 1994. MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ACKERLY, Brooke A.; STERN, Maria; TRUE, Jacqui. Feminist Methodologies for International Relations . Cambridge, UK: Cambridge University Press. 2006. BRADY, Henry E.; COLLIER, David. Rethinking Social Inquiry: Diverse Tools, Shared Standards . Edition: 2nd ed. Lanham, Md: Rowman & Littlefield Publishers, 2010. eBook. NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. Teoria das relações internacionais: correntes e debates . Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. WENDT, Alexander. Social Theory of International Relations . Series: Cambridge Studies in International Relations, Vol. 67. Cambridge, U.K.: Cambridge University Press. 1999. ZEHFUSS, Maja. Constructivism in International Relations: The Politics of Reality Series: Cambridge Studies in International Relations, Vol. 83. Cambridge, UK : Cambridge University Press. 2002.					

COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS

COMPONENTE CURRICULAR				CÓDIGO		
Tópicos Especiais I em Teoria de Relações Internacionais				NOVO		
Departamento ou equivalente						
Colegiado de Relações Internacionais						
CARGA HORÁRIA:		Distribuição de créditos				
Horas: 60		T	E	P	EAD	EXT
Créditos: 4						
		4				
OBJETIVO						
Aprofundar o conhecimento sobre debates, autores e perspectivas teóricas contemporâneas em Relações Internacionais, com ênfase em abordagens críticas e contra-hegemônicas não contempladas nas disciplinas obrigatórias. A disciplina visa desenvolver a capacidade analítica do discente por meio da aplicação de abordagens do Sul Global, da Teoria Verde e das perspectivas indígenas ao exame de fenômenos contemporâneos, aperfeiçoando, com isso, as competências de pesquisa, debate e argumentação científica oral e escrita.						
EMENTA						
Estudo aprofundado de abordagens teóricas contemporâneas e contra-hegemônicas das Relações Internacionais. A crítica ao eurocentrismo e as epistemologias do Sul Global na construção do conhecimento em RI. Introdução à Teoria Verde (Green Theory) e suas diferentes correntes: ecologismo, justiça ambiental e sustentabilidade global. Análise das perspectivas e contribuições dos povos indígenas para a teoria e prática das Relações Internacionais, com foco nos debates sobre soberania, território e ontologias relacionais. Discussão de outras abordagens emergentes na disciplina						
BIBLIOGRAFIA BÁSICA						
BUZAN, Barry; LITTLE, Richard. International systems in world history : remaking the study of international relations. Oxford: Oxford University Press, 2010. xvi, 452 p. ISBN 9780198780656						
BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. A evolução dos Estudos de Segurança Internacional . São Paulo: UNESP, 2012. 574 p (Coleção Paz, Defesa e Segurança Internacional). ISBN 9788539302666.						
GUIMARÃES, Feliciano de Sá. Teoria das relações internacionais . São Paulo: Contexto, 2021. E-book.						
JACKSON, Robert H; SORENSEN, Georg. Introdução às relações internacionais: teorias e abordagens . Rio de Janeiro: Zahar, 2007.						
KRENAK, Ailton. Futuro ancestral . São Paulo: Cia das Letras, 2022.						

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2020.

QUIJANO, Aníbal; CLÍMACO, Danilo Assis. **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Buenos Aires: 2014. 859 p. ISBN 9789877220186.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do sul**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

TICKNER, Arlene B.; WAEVER, Ole (ed.). **International relations scholarship around the world**. London; New York: Routledge, 2009. xiv, 351 p. (Worlding Beyond the West). ISBN 9780415772365.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ACHARYA, Amitav; BUZAN, Barry (ed.). **The Making of Global International Relations: origins and evolution of IR at its centenary**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

BUZAN, Barry. **Non-Western international relations theory**. London: Taylor & Francis, 2009.

CARLSNAES, Walter; RISSE, Thomas; SIMMONS, Beth A. (ed.). **Handbook of International Relations**. New York: Sage, 2013.

ECKERSLEY, Robyn. **The Green State: rethinking democracy and sovereignty**. Cambridge: MIT Press, 2004.

ESCOBAR, Arturo. **Encountering Development: the making and unmaking of the Third World**. Princeton: Princeton University Press, 1995.

KRENAK, Ailton; SILVESTRE, Helena; SANTOS, Boaventura de Sousa. **O sistema e o antissistema: três ensaios, três mundos no mesmo mundo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de (org.). **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARTINS, Estevão de Rezende. **Relações internacionais: cultura e poder**. Brasília: IBRI, 2002. 183 p. (Coleção relações internacionais ; 6). ISBN 8588270072.

MARTINS, Estevão de Rezende; MOREIRA, Felipe Kern (org.). **As relações internacionais na fronteira norte do Brasil: coletânea de estudos**. Boa Vista: Ed. da UFRR, 2011. 258 p. ISBN 9788560215423

MIGNOLO, Walter D. **The Darker Side of Western Modernity: global futures, decolonial options**. Durham: Duke University Press, 2011.

PATERSON, Matthew. **Understanding Global Environmental Politics: domination, accumulation, resistance**. London: Red Globe Press, 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: euocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

REUS-SMIT, Christian; SNIDAL, Duncan (org.). **The Oxford handbook of international relations**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. (Idéias sustentáveis).

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SJOBERG, Laura. Towards trans-gendering IR? **International Political Sociology**, v. 6, n. 4, p. 337-354, 2012.

SYLVESTER, Christine. **Feminist International Relations: an unfinished journey**. New York: Cambridge University Press, 2004.

TICKNER, J. Ann. **Gender in International Relations**. New York: Columbia University Press, 2001.

VENNKATESWAR, Sita; HUGHES, Emma. **The Politics of Indigeneity: Dialogues and Reflections on Indigenous Activism**. London: Zed Books, 2011.

SHIVA, Vandana. **Earth Democracy: justice, sustainability, and peace**. Berkeley: North Atlantic Books, 2005.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

TICKNER, Arlene B.; SMITH, Karen (ed.). **International relations from the global South: worlds of difference**. London: Routledge, 2020.

WEBER, Cynthia. **Queer International Relations: sovereignty, sexuality and the will to knowledge**. New York: Oxford University Press, 2016.

COMPONENTE CURRICULAR		CÓDIGO				
Tópicos Especiais II em Teoria das Relações Internacionais		NOVO				
Departamento ou equivalente						
Colegiado de Relações Internacionais						
CARGA HORÁRIA:		Distribuição de créditos				
Horas: 60		T 4	E	P	EAD	EXT
Créditos: 4						
OBJETIVO						
Aprofundar o estudo das correntes teóricas positivistas e pós-positivistas das Relações Internacionais, estimulando a reflexão crítica sobre suas implicações epistemológicas, ontológicas e éticas. A disciplina visa aprimorar a capacidade analítica do discente por meio da aplicação prática de teorias específicas ao exame de fenômenos contemporâneos, exercitando as competências de pesquisa acadêmica, trabalho em grupo e argumentação científica oral e escrita.						
EMENTA						
Aprofundamento dos debates teóricos positivistas e pós-positivistas em Relações Internacionais. Análise crítica das bases ontológicas, epistemológicas e éticas das						

principais correntes de pensamento. Estudo e aplicação de teorias específicas na análise de casos concretos e da conjuntura internacional contemporânea. Diálogos, sínteses e antíteses entre diferentes paradigmas teóricos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BULL, Hedley. **A Sociedade Anárquica**. São Paulo: Ed. UnB e Imprensa Oficial do Estado de SP. 2002.

CASTRO, Thales. **Teoria das relações internacionais**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. 578 p.

GUIMARÃES, Feliciano de Sá. **Teoria das relações internacionais**. São Paulo: Contexto, 2021. 1 recurso online.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008..

JACKSON, Robert H.; SORENSEN, Georg. **Introdução às relações internacionais: teorias e abordagens**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. 445 p.

KEOHANE, R.O.; NYE, J.S. **Power and Interdependence**. New York, Boston: Logman, 2001.

TICKNER, Arlene B.; SMITH, Karen (ed.). **International relations from the global South: Worlds of difference**. London: Routledge, 2020.

WALTZ, K. **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002.

WEBER, Cynthia. **International relations theory: a critical introduction**. London: Routledge, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ACHARYA, Amitav; BUZAN, Barry (ed.). **The Making of Global International Relations: origins and evolution of IR at its centenary**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. São Paulo: Ed. UnB e Imprensa Oficial do Estado de SP. 2002.

BUZAN, Barry; LITTLE, Richard. **International systems in world history: remaking the study of international relations**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

CARR, Edward. **Vinte anos de crise. Coleção Clássicos IPRI**. Brasília: UNB. 2002.

CARLSNAES, Walter; RISSE, Thomas; SIMMONS, Beth A. (ed.). **Handbook of International Relations**. New York: Sage, 2013.

CHOWDHRY, Geeta; NAIR, Sheila. **Power, Postcolonialism and International Relations: reading race, gender, and class**. London: Routledge, 2002.

COX, Robert W.; SCHECHTER, Michael G. **The Political Economy of a Plural World: Critical Reflections on Power, Morals and Civilisation**. London: Routledge, 2003. (Routledge/RIPE Series in Global Political Economy).

ENLOE, Cynthia. **Bananas, Beaches and Bases: making feminist sense of international politics**. 2. ed. Berkeley: University of California Press, 2014.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2024. 312 p.

KANT, Immanuel. **À Paz Perpétua**. Porto Alegre: LPM. 1989.

KEOHANE, R.O. **After Hegemony: Cooperation and discord in the world political economy**. Princeton NJ: Princeton University Press. 1984.

MORGENTHAU, Hans. **A Política entre as Nações**. São Paulo: Ed. UNB e Imprensa Oficial do Estado de SP, 2003.

OLIVEIRA, Odete Maria de (org.). **Relações internacionais: a questão de gênero**. Ijuí: UNIJUÍ, 2011. 336 p. (Coleção Relações Internacionais e Globalização; 30).

REUS-SMIT,

Christian; SNIDAL, Duncan (org.). **The Oxford handbook of international relations**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

SEITENFUS, Ricardo. **Relações internacionais**. 2. ed. Barueri: Manole, 2013. 1 recurso online.

STEANS, Jill. **Gender and International Relations: theory, practice, policy**. 3. ed. Cambridge: Polity Press, 2013. 294 p.

SILVA, Karine de Souza. **Calunga Grande, o transnacionalismo negro e o Brasil**. 1. ed. Brasília: FUNAG, 2025.

SYLVESTER, Christine. **Feminist International Relations: An Unfinished Journey**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. (Cambridge Studies in International Relations, v. 77).

WENDT, Alexander. **Social Theory of International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. (Cambridge Studies in International Relations, v. 67).

ZEHFUSS, Maja. **Constructivism in International Relations: The Politics of Reality**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. (Cambridge Studies in International Relations, v. 83).

COMPONENTE CURRICULAR		CÓDIGO				
Tópicos Especiais em Segurança Internacional		06740086				
Departamento ou equivalente						
Colegiado de Relações Internacionais						
CARGA HORÁRIA:		Distribuição de créditos				
Horas: 60		T 4	E	P	EAD	EXT
Créditos: 4						
OBJETIVO						
Discutir e analisar de forma crítica e aprofundada os tópicos especiais em Segurança Internacional, examinando dilemas de poder, ameaças transnacionais e dinâmicas de cooperação e conflito entre atores estatais e não estatais, com o objetivo de desenvolver competências analíticas e reflexivas para compreender e interpretar cenários internacionais complexos.						
EMENTA						

Conceitos e Dinâmicas de Segurança Internacional. Segurança Tradicional. Segurança Humana. Segurança Crítica. Atores Estatais e Não Estatais. Dinâmicas de Poder e Segurança Contemporâneas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. A evolução dos Estudos de Segurança Internacional. Tradução: Flávio Lira. São Paulo: Editora Unesp. 2012.

ISBN 978-85-393-0266-6.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis; VITELLI, Marina Gisela. Dicionário de segurança e defesa. São Paulo: Editora UNESP. 2018. ISBN 978-85-393-0753-1.

VAZ, Alcides Costa; TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto. Segurança internacional. São Paulo: Contexto, 2025. ISBN 978-65-5541-631-2.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CEPIK, Marco (Org.). Segurança internacional: práticas, tendências e conceitos. São Paulo: Editora Hucitec, 2010. ISBN 978-8579700248.

GRASSI, Jéssica Maria; PINTO, Danielle Jacon Ayres; PAGLIARI, Graciela de Conti. Cooperação em segurança e defesa cibernética e a proteção das democracias sul-americanas. *Relações Internacionais*, n. 82, p. 11-27, jun. 2024. DOI: <https://doi.org/10.23906/ri2024.82a02>

JOBIM, Nelson A.; ETCHEGOYEN, Sergio W.; ALSINA JÚNIOR, João Paulo Soares (orgs.). Segurança internacional: perspectivas brasileiras. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2010. ISBN 978-85-225-0835-8.

WAEVER, Ole; BUZAN, Barry; DE WILDE, Jaap. *Security: A New Framework for Analysis*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998. ISBN 978-1-55587-784-2.

WILLIAMS, Paul D.; McDONALD, Matt (eds.). *Security Studies: An Introduction*. 3. ed. London/New York: Routledge, 2018. ISBN 978-0-415-78489-4.

COMPONENTE CURRICULAR		CÓDIGO				
Tópicos Especiais em Estratégia e Defesa		NOVO				
Departamento ou equivalente						
Colegiado de Relações Internacionais						
CARGA HORÁRIA:		Distribuição de créditos				
Horas: 60		T	E	P	EAD	EXT
Créditos: 4						
		4				

OBJETIVO

Analisar temas específicos e contemporâneos em estratégia e defesa, articulando fundamentos teóricos clássicos e críticos com estudos de caso nacionais e internacionais. A disciplina busca desenvolver a capacidade de compreender, problematizar e avaliar políticas, doutrinas e práticas de defesa em diferentes escalas (nacional, regional e global), em diálogo com os debates sobre segurança internacional, poder militar, indústria de defesa e transformação dos conflitos armados.

EMENTA

Estudo de temas específicos e contemporâneos em estratégia e defesa, definidos a cada oferta da disciplina conforme a agenda de pesquisa do docente e os debates atuais na área. Análise de teorias clássicas e críticas de estratégia; poder militar, dissuasão e uso da força; transformação dos conflitos armados e "novas guerras"; segurança cooperativa, alianças e operações de paz; política de defesa, documentos estratégicos e indústria de defesa; tecnologia, ciberdefesa e domínios emergentes (espaço, informação). Ênfase em estudos de caso envolvendo o Brasil, sua Política Nacional de Defesa, Estratégia Nacional de Defesa e Livro Branco de Defesa Nacional, em diálogo com experiências de outras potências e organismos internacionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KALDOR, Mary. New and Old Wars: Organised Violence in a Global Era. 3. ed. Cambridge: Polity, 2012.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. The Evolution of International Security Studies. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

BOOTH, Ken. Theory of World Security. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

NYE, Joseph S. The Future of Power. New York: PublicAffairs, 2011.

BRASIL. Ministério da Defesa. Política Nacional de Defesa, Estratégia Nacional de Defesa e Livro Branco de Defesa Nacional. Brasília: MD, 2025. https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/livro_branco/livrobranco.pdf

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CLAUSEWITZ, Carl von. Da guerra. São Paulo: Martins Fontes, 4ª ed., 2023. (Clássico da teoria da guerra e da estratégia.)

ARON, Raymond. Paz e guerra entre as nações. Brasília: Editora UnB; São Paulo: Imprensa Oficial, 2002.

GRAY, Colin S. Modern Strategy. Oxford: Oxford University Press, 1999. (Síntese contemporânea sobre estratégia e poder militar.)

MARTINS, Marcelo; BARBOSA, Marcos. "Guerra cibernética, ameaças às infraestruturas críticas e a defesa cibernética do Brasil". Revista Brasileira de Estudos de Defesa, v. 8, n. 2, 2022. Disponível em: <https://rbed.abedef.org/rbed/article/view/75178>

SPEKTOR, Matias. "A Estratégia Nacional de Defesa do Brasil e a dos outros BRICs em comparação". Revista Brasileira de Política Internacional, v. 57, n. 1, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/Zbgdzf3h3qv7PSN6Ck5wSpp/?lang=pt>

COMPONENTE CURRICULAR		CÓDIGO				
Tópicos Especiais em História das Relações Internacionais		NOVO				
Departamento ou equivalente						
Colegiado de Relações Internacionais						
CARGA HORÁRIA:		Distribuição de créditos				
Horas: 60		T	E	P	EAD	EXT
Créditos: 4						
		4				

OBJETIVO

Analisar temas especiais relacionados ao conteúdo de História das Relações Internacionais, desde o aprofundamento do debate historiográfico e seu desenvolvimento recente, bem como o estudo de diferentes sociedades não ocidentais e sua interação com as estruturas de poder dominantes no sistema internacional, a partir de uma perspectiva não eurocêntrica.

EMENTA

A produção historiográfica das Relações Internacionais: debate clássico e suas limitações. Abordagens recentes e seu diálogo com as Teorias pós-positivistas de Relações Internacionais. Estudo dirigido de sociedades não ocidentais em diferentes regiões do globo - como a África, Ásia, Oriente Médio e Oceania - e sua inserção na ordem internacional em diferentes contextos históricos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BUZAN, Barry; LITTLE, Richard. **International systems in world history: remaking the study of international relations**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

RINGMAR, Erik. **History of International Relations: A Non-European Perspective**. Open Book, 2019.

SARAIVA, J. F. S. (org.). **História das Relações Internacionais Contemporâneas**. Brasília: Editora Saraiva, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

KNUTSEN, Torbjørn. **A history of international relations theory**. Manchester & New York: Manchester University Press, 1997.

PARKER, C. H. **Global Interactions in the Early Modern Age, 1400–1800**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

WATSON, A. **A evolução da sociedade internacional: uma análise histórica comparativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

WOODS, Ngaire. **Explaining international relations since 1945**. Oxford: Oxford University Press, 1996. (primeira parte, com ênfase ao capítulo escrito por John Gaddis).

COMPONENTE CURRICULAR Tópicos Especiais em Política Externa		CÓDIGO 06740083				
Departamento ou equivalente Colegiado de Relações Internacionais						
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4		Distribuição de créditos				
		T 4	E	P	EAD	EXT
OBJETIVO Analisar tópicos especiais relacionados ao conteúdo de Política Externa, aprofundando debates e temas concernentes às disciplinas de Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira Contemporânea, por meio de um viés teórico.						
EMENTA Análise de Política Externa. Política Externa Brasileira. Atores e interesses.						
BIBLIOGRAFIA BÁSICA FERREIRA, Marcos Alan. Análise de Política Externa em perspectiva – atores, instituições e novos temas. Editora UFPB, 2020. SANCHEZ, M. R. et al. Política externa como política pública: uma análise pela regulamentação constitucional brasileira (1967-1988). Revista de Sociologia e Política , Curitiba, n. 27, p. 125-143, nov. 2006, p. 129. MILANI, Carlos R. S.; PINHEIRO, Letícia. Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. Contexto Internacional , vol. 35, n. 1, p. 11- 41, 2013.						

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. O Itamaraty e a política externa brasileira: do insulamento à busca de coordenação dos atores governamentais e de cooperação com os agentes societários. **Revista Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, vol. 34, n. 1, janeiro/junho, p. 311-355, 2012.

DESIDERÁ NETO, Walter Antonio (org.). **Política externa brasileira em debate: dimensões e estratégias de inserção internacional no pós-crise de 2008**. Brasília: Ipea/Funag, 2018.

JESUS, D. S. V. A essência de uma subárea: os 60 anos da Análise de Política Externa. **Estudos internacionais**, v. 2, n. 1, p. 81-99, jan-jun, 2014.

MERCHER, L.; PEREIRA, A. E. Paradiplomacia como Política Externa e Política Pública: modelo de análise aplicado ao caso da cidade do Rio de Janeiro. **Carta Internacional**, v. 13, n. 2, 2018, p. 206-207.

MILANI, Carlos Roberto Sanches et al. **Atlas da política externa brasileira**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2015.

COMPONENTE CURRICULAR		CÓDIGO NOVO				
Tópicos Especiais em Organizações Internacionais						
Departamento ou equivalente						
Colegiado de Relações Internacionais						
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4		Distribuição de créditos				
		T	E	P	EAD	EXT
		4				
OBJETIVO						
Analisar em profundidade e com espírito crítico o papel das organizações internacionais na governança global, examinando sua personalidade jurídica, estrutura decisória, competências e instrumentos, bem como sua capacidade de						

produzir normas, difundir políticas públicas e responder a transformações na ordem internacional.

EMENTA

Aprimoramento analítico em temas como: Fundamentos avançados de direito e teoria das organizações internacionais: personalidade jurídica, poderes, competências, responsabilidade internacional e formas de responsabilização de organizações e agentes. Estruturas institucionais, processos decisórios e produção de atos (tratados, resoluções, recomendações, soft law), com atenção a práticas de negociação e formulação normativa. Organizações internacionais e difusão de políticas públicas: mecanismos de formulação, implementação e monitoramento; redes de especialistas, burocracias internacionais, atores transnacionais e mecanismos de accountability. Estudos de caso aprofundados em organizações universais e regionais (ONU e sistema ONU, organizações de integração regional, agências especializadas, bancos multilaterais), com análise de agendas setoriais específicas. Organizações internacionais, segurança coletiva e operações de paz: desenho institucional, mandatos, desafios operacionais e papel de Estados médios como o Brasil. Dinâmicas recentes de reforma institucional, contestação, crise de legitimidade e reconfiguração da governança global. Atuação profissional em organismos internacionais: perfis de carreira, requisitos de ingresso, competências demandadas, estágios, programas de jovens profissionais e trajetórias possíveis para internacionalistas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROS-PLATIAU, Ana Flávia; SOENDERGAARD, Niels. **Organizações e instituições internacionais**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2025. 1 recurso online (60 p.). ISBN 9786555416244.

CRETELLA NETO, José. **Teoria geral das organizações internacionais**. 3. São Paulo Saraiva 2012.

DREZNER, Daniel W. **All Politics Is Global: Explaining International Regulatory Regimes**. Princeton, N.J.: Princeton University Press. 2008.

HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. **Organizações internacionais: história e práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

REZEK, Francisco. **Direito internacional público**. 20. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. 1 recurso online (504 p.). ISBN 9788553624997.

SCHMITZ, Guilherme de Oliveira; ROCHA, Rafael Assumpção. **Brasil e o Sistema das Nações Unidas: desafios e oportunidades na governança global**. Ipea, 2017.

SILVA, Karine de Souza; COSTA, Rogério Santos da. **Organizações internacionais de integração regional**: União Européia, Mercosul e Unasul. Florianópolis: UFSC, 2013. 306 p. ISBN 9788578400866.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Direito das organizações internacionais**. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2002. 795 p. ISBN 8573085401

UZIEL, Eduardo. **O Conselho de Segurança, as missões de paz e o Brasil no mecanismo de segurança coletiva das Nações Unidas** – 2. ed. – Brasília: FUNAG, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARKIN, J. Samuel. **International organization: theories and institutions**. New York; London: Palgrave Macmillan, 2006.

CARLSNAES, Walter; RISSE, Thomas; SIMMONS, Beth A. (Org.). **Handbook of International Relations**. 2. ed. Los Angeles: Sage, 2013.

DEAN, Mitchell. **Governing Societies: Political Perspectives on Domestic and International Rule**. Series: Issues in Society. Maidenhead : McGraw-Hill Education. 2007.

FATEMI, Khosrow. **International Public Policy and Regionalism at the Turn of the Century**. Edition: 1st ed. Amsterdam: Pergamon Press. 2001.

KECK, Margaret E.; SIKKINK, Kathryn. **Activists beyond borders**: advocacy networks in international politics. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1998.

LUCK, Edward C. In: KOOPS, Joachim A.; MACQUEEN, Norrie; TARDY, Thierry; WILLIAMS, Paul D. (ed.). **The Oxford Handbook of United Nations Peacekeeping Operations**. Oxford: Oxford University Press, [s.d.].

McCANN, Gerard. McCLOSKEY, Stephen. **From the Local to the Global: Key Issues in Development Studies**. Edition: Third edition. London, England: Pluto Press. 2015.

MENEZES, Alfredo da Mota; PENNA FILHO, Pio. **Integração regional: os blocos econômicos nas relações internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. xi, 200 p. ISBN 978535220247.

MURPHY, Craig N. **Organização internacional e mudança: governança global desde 1850**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

OCAMPO, José Antonio. **International Policy Rules and Inequality: Implications for Global Economic Governance**. Series: Initiative for Policy Dialogue at Columbia: Challenges in Development and Globalization. New York: Columbia University Press. 2019.

GEYER, Robert. RIHANI, Samir. **Complexity and Public Policy: A New Approach to 21st Century Politics, Policy And Society**. London: Routledge. 2010.

ROSENAU, James N.; CZEMPIEL, Ernst-Otto (org.). **Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

UZIEL, Eduardo. **O conselho de segurança, as operações de manutenção da paz e a inserção do Brasil no mecanismo de segurança coletiva das Nações Unidas**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010. 242 p. ISBN 9788576312079.

WEISS, Thomas G.; DOWS, Sam (ed.). **The Oxford Handbook on the United Nations**. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2018.

COMPONENTE CURRICULAR		CÓDIGO NOVO				
Tópicos Especiais em Regimes Internacionais						
Departamento ou equivalente						
Colegiado de Relações Internacionais						
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4		Distribuição de créditos				
		T	E	P	EAD	EXT
		4				
OBJETIVO						
Analisar em profundidade debates contemporâneos e agendas emergentes sobre regimes internacionais, com foco em suas dinâmicas de formação, mudança e contestação em diferentes áreas temáticas da política mundial.						

EMENTA

Aprimoramento analítico em temas como: Fundamentos avançados sobre regimes internacionais: debates pós-Krasner, institucionalismo, poder, ideias e identidade. Metodologias de pesquisa em regimes internacionais: desenho de casos, mapeamento de normas e análise de implementação. Tópicos especiais selecionados a cada oferta da disciplina, tais como: regimes de clima e meio ambiente; comércio e investimentos; direitos humanos e justiça internacional; segurança internacional e controle de armamentos; migrações e refugio; saúde global; governança digital. Processos de mudança e resistência: nested regimes, sobreposição institucional, forum-shopping, erosão normativa e backlash. Papel de Estados, organizações internacionais, empresas, ONGs e redes transnacionais na criação, manutenção e transformação de regimes. Estudos de caso e análise de documentos, negociações e controvérsias recentes em regimes internacionais específicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GONÇALVES, Alcindo F. **Regimes internacionais como ações da governança global**. Mural Internacional / Med (UnB), 2017.

KRASNER, Stephen D. **Structural causes and regime consequences**: regimes as intervening variables. In: International Regimes. Ithaca: Cornell University Press, 1983.

MACHADO, Flávia Pansieri; MOURA, Giana. **Regimes internacionais**: teoria e metodologia de análise. Revista Prisma Jurídico, 2009

LEVY, Marc A.; YOUNG, Oran R.; ZÜRN, Michael. The study of international regimes. IIASA Research Report, 1996.

PULKOWSKI, Dirk. **The Law and Politics of International Regime Conflict**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANAYA MUÑOZ, Alejandro. Regimes internacionais de direitos humanos: uma matriz para sua análise e classificação. **Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos**, n. 25, p. 171-201, 2017.

BREITMEIER, Helmut. YOUNG, Oran R. ZURN, Michael. **Analyzing International Environmental Regimes: From Case Study to Database** Series: Global Environmental Accord. Cambridge, Mass: The MIT Press. 2006.

BRUCE, Cronin. **Institutions for the Common Good: International Protection Regimes in International Society**. Cambridge, UK: Cambridge University Press. 2003.

HOVI, Jon. STOKKE, Olav. ULFSTEIN, Geir. **Implementing the Climate Regime : International Compliance**. London: Routledge. 2005.

GONÇALVES, Alcindo. **Governança global e regimes internacionais**. Santos: Editora Leopoldianum, 2025.

GONÇALVES, Alcindo F. Regimes internacionais como ações da governança global. **Meridiano 47 – Journal of Global Studies**, v. 18, n. 155, p. 1-13, 2017

MAVROIDIS, Petros C. **The Regulation of International Trade: GATT**. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press. 2016.

KEHOANE, Robert O. The demand for international regimes. **International Organization**, v. 36, n. 2, p. 325-355, 1982.

ROTA, Maria Guiomar da Cunha; BARBOSA NETO, Pedro Alves. Regimes de informação e regimes internacionais de direitos. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 6, n. 2, p. 2434-2463, 2013

YOUNG, Margaret A. **Regime Interaction in International Law: Facing Fragmentation**. Cambridge: Cambridge University Press. 2012.

COMPONENTE CURRICULAR	CÓDIGO
Tópicos Especiais em Ciência Política	06740079
Departamento ou equivalente	

Colegiado de Relações Internacionais					
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4	Distribuição de créditos				
	T 4	E	P	EAD	EXT
OBJETIVO Considerando que a disciplina obrigatória Introdução à Ciência Política aborda brevemente a política brasileira após a Constituição de 1988, esta disciplina objetiva ampliar e complementar a formação discente nesta área. Apoiando-se em referências clássicas do pensamento político e ciência política brasileira, incentiva-se a exploração de aspectos históricos, ideológicos, institucionais e/ou culturais que auxiliem na compreensão dos principais processos e dinâmicas políticas nacionais. A diferenciação histórica entre Estado e sociedade (civil); os fenômenos do coronelismo e do patrimonialismo; as lógicas da centralização e do federalismo; a relação entre populismo e cidadania; as experiências e rupturas democráticas; são algumas sugestões de tópicos a serem abordados.					
EMENTA Política, cidadania e democracia no Brasil.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. NICOLAU, Jairo. História do Voto no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. SANTOS, Wanderley Guilherme. A democracia impedida. Rio de Janeiro: FGV editora, 2017.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BRANDÃO, Gildo Marçal. Linhagens do pensamento político brasileiro. São Paulo: Hucitec, 2007. HOLANDA, Sérgio Buarque de Holanda. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, Enxada e Voto. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986. NUNES, Edson. A gramática política do Brasil: centralismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. ROUQUIÉ, Alain; LAMOUNIER, Bolívar; SCHVARZER, Jorge (orgs.). Como renascem as democracias. São Paulo: Brasiliense, 1985.					

COMPONENTE CURRICULAR Tópicos Especiais em Direito Internacional		CÓDIGO 06740078				
Departamento ou equivalente Colegiado de Relações Internacionais						
CARGA HORÁRIA: Horas:60 Créditos: 4		Distribuição de créditos				
		T 4	E	P	EAD	EXT
OBJETIVO Permitir aos alunos discussões de tópicos especiais, novos temas e novos ramos do Direito Internacional, não trabalhados nas disciplinas obrigatórias de Direito Internacional I e Direito Internacional II, em virtude de sua natureza dinâmica e com vistas a complementar a formação dos alunos para a prática profissional.						
EMENTA Estudos temáticos do direito internacional. Novos temas do direito internacional contemporâneo. Debates teóricos contemporâneos acerca do direito internacional. Estudo dos múltiplos ramos do direito internacional. Estudos dirigidos para a prática do direito internacional.						
BIBLIOGRAFIA BÁSICA SHAW, Malcom N. <i>International Law</i> . Cambridge: Cambridge University Press, 2008. BROWNLIE, Ian. <i>Princípios de Direito Internacional Público</i> . Tradução de Maria M. Farrajota et. al. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997. CANÇADO TRINDADE, A. A. <i>Direito internacional em um mundo em transformação</i> . Rio de janeiro: Renovar, 2002						

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DINH, Nguyen Quoc; DAILLIER, Patrick; PELLET, Alain. *Direito Internacional Público*. Tradução de Vítor Marques Coelho. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

Vagts, Detlev F. "International Economic Law and the American Journal of International Law." *The American Journal of International Law*, vol. 100, no. 4, 2006, pp. 769–82. *JSTOR*, <http://www.jstor.org/stable/4126316>. Accessed 10 Feb. 2026.

"The Classics of International Law." *The American Journal of International Law*, vol. 3, no. 3, 1909, pp. 701–07. *JSTOR*, <https://doi.org/10.2307/2186697>. Accessed 10 Feb. 2026.

St. Korowicz, Marek. "The Problem of the International Personality of Individuals." *The American Journal of International Law*, vol. 50, no. 3, 1956, pp. 533–62. *JSTOR*, <https://doi.org/10.2307/2195506>. Accessed 10 Feb. 2026.

Schachter, Oscar. "The Emergence of International Environmental Law." *Journal of International Affairs*, vol. 44, no. 2, 1991, pp. 457–93. *JSTOR*, <http://www.jstor.org/stable/24357318>. Accessed 10 Feb. 2026.

COMPONENTE CURRICULAR		CÓDIGO				
Tópicos Especiais em Proteção Internacional da Pessoa Humana		06740077				
Departamento ou equivalente						
Colegiado de Relações Internacionais						
CARGA HORÁRIA:		Distribuição de créditos				
Horas: 60		T	E	P	EAD	EXT
Créditos: 4						
		4				

OBJETIVO

Permitir aos alunos discussões de tópicos especiais, novos temas e novos ramos da proteção internacional da pessoa humana, não trabalhados na disciplina obrigatória de Proteção Internacional da Pessoa Humana, em virtude de sua natureza dinâmica e com vistas a complementar a formação dos alunos para a prática profissional.

EMENTA

Estudos temáticos sobre proteção internacional da pessoa humana. Novos temas acerca da proteção internacional da pessoa humana. Debates teóricos contemporâneos acerca da proteção internacional da pessoa humana. Estudos dirigidos acerca dos múltiplos agentes envolvidos na prática da proteção internacional da pessoa humana. Estudos dirigidos para a prática da proteção internacional da pessoa humana.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CANÇADO TRINDADE, A A. *Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos*. Vols. I, II e III. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1997 (v.1), 1999 (v.2), 2003 (v.3).

PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e o direito constitucional internacional*. 8ª ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2015.

MACCOUBREY, H. *International humanitarian law: modern developments in the limitation of warfare*. 2. ed. England: Dartmouth, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Charnovitz, Steve. "Nongovernmental Organizations and International Law." *The American Journal of International Law*, vol. 100, no. 2, 2006, pp. 348–72. JSTOR, <http://www.jstor.org/stable/3651151>. Accessed 10 Feb. 2026.

Murphy, Ray. "Contemporary Challenges to the Implementation of International Humanitarian Law." *Connections*, vol. 3, no. 3, 2004, pp. 99–114. JSTOR, <http://www.jstor.org/stable/26323054>. Accessed 10 Feb. 2026.

Meron, Theodor. "Rape as a Crime Under International Humanitarian Law." *The American Journal of International Law*, vol. 87, no. 3, 1993, pp. 424–28. JSTOR, <https://doi.org/10.2307/2203650>. Accessed 10 Feb. 2026.

Weston, Burns H. "Human Rights." *Human Rights Quarterly*, vol. 6, no. 3, 1984, pp. 257–83. JSTOR, <https://doi.org/10.2307/762002>. Accessed 10 Feb. 2026.

de Búrca, Gráinne. "Human Rights Experimentalism." *The American Journal of International Law*, vol. 111, no. 2, 2017, pp. 277–316. JSTOR, <https://www.jstor.org/stable/26568844>. Accessed 10 Feb. 2026.

COMPONENTE CURRICULAR		CÓDIGO				
Tópicos Especiais em Economia Política Internacional		06740076				
Departamento ou equivalente						
Colegiado de Relações Internacionais						
CARGA HORÁRIA:		Distribuição de créditos				
Horas: 60		T	E	P	EAD	EXT
Créditos: 4						
		4				
OBJETIVO						
Discutir os tópicos especiais da agenda de pesquisa em Economia Política Internacional (EPI) de maneira específica e aprofundada a fim de complementar o conhecimento na área de modo crítico e analítico.						
EMENTA						
Estudos temáticos da EPI. Abordagens críticas ao arcabouço teórico da EPI. Novos arranjos de governança econômica. Transformações do comércio. Novos atores político-econômicos. Desenvolvimento Internacional.						

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARNETT, M. International Progress, International Order, and the Liberal International Order, **The Chinese Journal of International Politics**, Volume 14, Issue 1, Spring, 2021. p. 1–22, Disponível em: <https://doi.org/10.1093/cjip/poaa019>

GOTZ, E. The crisis of liberal order. IN: SAJÓ, A; UITZ, R; HOLMES, S. **Routledge Handbook of Illiberalism**. New York: Routledge, 2021. (Ler pp. 907-922).

ZHANG, Y. China, Power Transition, and the Resilience of Pluralist International Society: Beyond Realism and Liberalism. IN: KNUDSEN, T.B.; NAVARI, C. (Ed.) **Power Transition in the Anarchical Society**: Rising Powers, Institutional Change and the New World Order. Switzerland: Palgrave Macmillan, 2022.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALBUQUERQUE, F. L. Climate Politics and the Crisis of the Liberal International Order. **Contexto Internacional**, 43(2), 2021. p.259–82. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-8529.2019430200002>

FAUSER, M. Transnational politics of migration: From states to regimes and agents IN: LARRES, K.; Wittlinger, R. (Eds.). **Understanding Global Politics**: Actors and Themes in International Affairs. Routledge, 2020.

HOEKMAN, B.; MAVROIDIS, P.C. WTO Reform: Back to the Past to Build for the Future. **Global Policy**, 12, 2021. p. 5-12. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1758-5899.12924>

PERACHI, A.; DALDEGAN, W. Building a BRICS Identity: analysis from a constructivist perspective. **Carta Internacional**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. e1562, 2025. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/1562>.

STEINBERG, D.A.; TAN, Y. Public responses to foreign protectionism: Evidence from the US-China trade war. **The Review of International Organizations**, 18, 2023. p. 145–167. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11558-022-09468-y>

COMPONENTE CURRICULAR

Cultura e Relações Internacionais

CÓDIGO

NOVO

Departamento ou equivalente						
Colegiado de Relações Internacionais						
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4	Distribuição de créditos					
	T 4	E	P	EAD	EXT	
OBJETIVO						
Analisar o papel da cultura na constituição na transformação das Relações Internacionais, articulando teoria e estudos empíricos.						
EMENTA						
Estudo das diferentes concepções de cultura e sua relação com a política mundial. Análise de identidades, valores, representações e práticas culturais como dimensões constitutivas das Relações Internacionais. Discussão de conceitos como soft power, diplomacia cultural, nacionalismos, religião e mídia. Exploração de abordagens críticas (pós-coloniais, decoloniais, feministas, pós-estruturalistas) sobre cultura, poder e hierarquias globais.						
BIBLIOGRAFIA BÁSICA						
HOBSBAWM, Eric. Tempos Fraturados : cultura e sociedade no século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.						
HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais . Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. 410 p. (Coleção Humanitas). ISBN 8570413564.						
HUNTINGTON, Samuel. O choque de civilizações e a Reorganização da Ordem Mundial . Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.						
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR						
APPADURAI, Arjun. A vida social das coisas: as mercadorias sob perspectiva cultural . Niterói: EDUFF, 2008.						
APPADURAI, Arjun. O medo do pequeno número . São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2009.						
CANCLINI, Nestor Garcia. Consumidores e cidadãos : globalização e conflitos multiculturais. Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.						
CANCLINI, Nestor Garcia. Culturas Híbridas . São Paulo: Edusp, 2011.						
NYE, Joseph. Soft Power : the means to success in world politics. Public affairs, 2004.						
SAID, Edward W. Cultura e imperialismo . São Paulo: Companhia das Letras, 2011.						

Documentos e relatórios da FUNAG, IPHAN, Itamaraty. UNESCO.
 RIBEIRO, Edgar Telles. **Diplomacia cultural**: seu papel na política externa brasileira. 3. ed. Brasília: FUNAG, 2025. (Coleção Cultura e Diplomacia).
 ROLAND, Robertson. **Globalização: teoria social e cultura global**. Petrópolis: Vozes, 1999.

COMPONENTE CURRICULAR		CÓDIGO NOVO				
Cultura Brasileira e Relações Internacionais						
Departamento ou equivalente						
Colegiado de Relações Internacionais						
CARGA HORÁRIA:		Distribuição de créditos				
Horas: 60		T 4	E	P	EAD	EXT
Créditos: 4						
OBJETIVO						
Analisar o papel da cultura brasileira nas relações internacionais, considerando tanto sua dimensão interna quanto sua projeção internacional.						
EMENTA						
Estudo das manifestações culturais brasileiras em suas dimensões simbólicas, históricas e políticas. A relação entre cultura e política. A influência da cultura brasileira na construção da imagem do Brasil no exterior. A cultura como instrumento de <i>soft power</i> e diplomacia cultural. O papel das relações culturais internacionais.						

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. **Cultura e poder**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 30. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

MADEIRA FILHO, Acir Pimenta. Instituto de cultura como instrumento de diplomacia. Brasília: FUNAG, 2016. 228 p. ISBN 978-85-7631-623-7.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e Identidade nacional**. 5. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Edgar Telles. **Diplomacia cultural: seu papel na política externa brasileira**. 3. ed. Brasília: FUNAG, 2025.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. **Cultura e poder**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

SANTIAGO, Silviano. **A viagem de Lévi-Strauss aos trópicos: democratização no Brasil (1979–1981): cultura versus arte**. Brasília: FUNAG, 2005. 80 p. ISBN 978-85-7631-034-1.

COMPONENTE CURRICULAR		CÓDIGO NOVO				
Análise dos Sistemas-Mundo e Relações Internacionais						
Departamento ou equivalente						
Colegiado de Relações Internacionais						
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4		Distribuição de créditos				
		T	E	P	EAD	EXT
		4				

OBJETIVO

Tem como objetivo compreender a abordagem da Análise dos Sistemas-Mundo como instrumento de análise das dinâmicas internacionais, bem como estudar a relação entre capitalismo histórico, desigualdade global e geopolítica. Identificar os principais teóricos e debates que moldaram essa perspectiva e analisar a inserção de países periféricos e semiperiféricos nas estruturas internacionais de poder.

EMENTA

Introdução ao paradigma dos Sistemas-Mundo: origens e fundamentos
Capitalismo histórico e divisão internacional do trabalho
Centro, periferia e semiperiferia: fluxos de riqueza e poder
Crítica ao Estado-nação e à soberania
Sistemas-Mundo e teorias pós-coloniais
Crises sistêmicas: transições hegemônicas, instabilidade e guerras
América Latina no sistema-mundo: dependência e resistência
Perspectivas contemporâneas e debates atuais

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARRIGHI, Giovanni. O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.
PENNAFORTE, Charles. Movimentos antissistêmicos e relações internacionais: uma perspectiva teórica para compreender o sistema-mundo. Pelotas: Editora Universidade Federal de Pelotas, 2020.
PENNAFORTE, Charles. Análise dos sistemas-mundo: uma introdução ao pensamento de Immanuel Wallerstein. 2. ed. Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 2023.
WALLERSTEIN, Immanuel. Utopística: as escolhas históricas do século XXI. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
WALLERSTEIN, Immanuel. Fim do mundo como o conhecemos: ciência social para o século XXI. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AMIN, Samir. O capitalismo na era da globalização. São Paulo: Editora UNESP, 1997.
BRAUDEL, Fernand. Civilização material, economia e capitalismo: o tempo do mundo. v. 3. São Paulo: Martins Fontes, 1979.
QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 117-142.
WALLERSTEIN, Immanuel. O sistema mundial moderno: agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1990.
WALLERSTEIN, Immanuel. As incertezas do saber. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

COMPONENTE CURRICULAR A Geopolítica do BRICS: Fundamentos e Perspectivas		CÓDIGO NOVO				
Departamento ou equivalente Colegiado de Relações Internacionais						
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4	Distribuição de créditos					
	T 4	E	P	EAD	EXT	
OBJETIVO Analisar os fundamentos históricos, políticos, econômicos e estratégicos do BRICS, explorando sua atuação geopolítica, seus impactos na ordem internacional e as perspectivas futuras de integração e influência global. Avalia a atuação antissistêmica do agrupamento de países.						
EMENTA Fundamentos do BRICS Origem do acrônimo e evolução do bloco Características dos países membros e expansão recente Geopolítica e Estratégia Global Multipolaridade e contestação à hegemonia ocidental Atuação em regiões estratégicas e recursos naturais Instituições e Governança Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) Propostas de reforma da ONU e Bretton Woods Economia Política do BRICS Comércio intra-bloco, moedas locais e desdolarização Cooperação em infraestrutura e tecnologia BRICS e o Sul Global Relações com países emergentes Diplomacia multilateral e ativismo global Desafios e Perspectivas Futuras Tensões internas e externas Cenários de integração e fragmentação						

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALVES JÚNIOR, S. M. A ascensão do BRICS: perspectivas jurídicas e geopolíticas. **Jus.com.br**, 2024. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/111427>. Acesso em: 27 ago. 2025.

GARCÍA FERNÁNDEZ, A. A geopolítica do BRICS. **Revista Opera**, 25 ago. 2023. Disponível em: <https://revistaopera.operamundi.uol.com.br/2023/08/25/a-geopolitica-do-brics/>. Acesso em: 27 ago. 2025.

MILANI, Carlos R. S. Pensamento geopolítico brasileiro e o BRICS. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 64, n. 1, p. 1-20, 2021.

PENNAFORTE, Charles. **Movimentos antissistêmicos e relações internacionais: uma perspectiva teórica para compreender o sistema-mundo**. Pelotas: Editora Universidade Federal de Pelotas, 2020. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/6632>. Acesso em: 27 ago. 2025.

PENNAFORTE, Charles; LUIGI, R. A (re)emergência do BRICS e o reordenamento de poder na geopolítica contemporânea. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v. 9, n. 18, p. 87-106, 2020.

STUENKEL, Oliver. **BRICS e o futuro da ordem global**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASTRO, Thales de. **Geopolítica na virada do milênio**. São Paulo: Contexto, 2000.

CHIN, G. T. The BRICS-led development bank: purpose and politics beyond the G20. **Global Policy**, v. 5, n. 3, p. 366-373, 2014.

CNN BRASIL. Entenda os interesses e impactos do BRICS na geopolítica global. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/entenda-os-interesses-e-impactos-do-brics-na-geopolitica-global/>. Acesso em: 27 ago. 2025.

FREITAS, M. S. A expansão dos BRICS em meio à desordem global: os novos desafios para a política externa brasileira. **Mural Internacional**, v. 15, e83323, 2024. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/muralinternacional/article/download/83323/51483>.

Acesso em: 27 ago. 2025.

PARK, Jaehan. "Repensando a Geopolítica: A Geografia como Auxílio à Arte de Governar", Texas National Security Review, 2023. <https://tnsr.org/2023/09/rethinking-geopolitics-geography-as-an-aid-to-statecraft>

PRADO, M. A. R. **Os BRICS na perspectiva geopolítica: uma análise cientométrica de 2001 a 2010**. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, [S. l.], 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/42a04eed-609b-466e-8c12-13497355ee91>. Acesso em: 27 ago. 2025.

COMPONENTE CURRICULAR
Governança Global

CÓDIGO
NOVO

Departamento ou equivalente Colegiado de Relações Internacionais						
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4		Distribuição de créditos				
		T 4	E	P	EAD	EXT
OBJETIVO Analisar criticamente a governança global, investigando seus fundamentos conceituais, históricos e teóricos, as relações entre poder, Estados, instituições e sociedade civil transnacional, e avaliando em que medida diferentes arranjos e atores globais contribuem (ou deixam de contribuir) para respostas legítimas e eficazes aos principais desafios contemporâneos, em especial aqueles ligados ao desenvolvimento e às desigualdades globais.						
EMENTA Conceitos e teorias de governança global: origens, principais correntes analíticas e controvérsias normativas. Processos históricos de formação da governança global desde o século XIX, com destaque para a evolução da ordem liberal, da Liga das Nações e do sistema ONU. Poder e governança global: assimetrias, redes de poder, atores estatais e não estatais. Sociedade civil global, redes transnacionais de <i>advocacy</i> , opinião pública e novas esferas públicas digitais. Governança global do desenvolvimento: agendas das Nações Unidas, cooperação internacional e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Normas internacionais, legitimidade e responsabilidade em estruturas de governança global. Tópicos especiais selecionados a cada oferta da disciplina (por exemplo, segurança, meio ambiente, economia política global, saúde, migrações), com estudos de caso de instituições, regimes e práticas de governança.						
BIBLIOGRAFIA BÁSICA DUFFIELD, Mark. Global Governance and the New Wars : The Merging of Development and Security. London: Zed Books, 2014. HELD, David. Democracy and the global order : from the modern state to cosmopolitan governance. California: Stanford University Press, 1995. xii, 324p ISBN 0804726876. ROSENAU, James N.; CZEMPIEL, Ernst-Otto (ed.). Governance without government: order and change in world politics . Cambridge: Cambridge University Press, 1992. SCHMITZ, Guilherme de Oliveira; ROCHA, Rafael Assumpção. Brasil e o Sistema das Nações Unidas: desafios e oportunidades na governança global . Brasília: Ipea, 2017. WEISS, Thomas; THAKUR, Ramesh. Global Governance and the UN : an unfinished journey. Bloomington: Indiana University Press, 2010.						

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

VANT, Deborah D.; FINNEMORE, Martha; SELL, Susan K. (ed.). **Who governs the globe?**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

FRANCESCHET, Antonio; ARCHIBUGI, Daniele. **The Ethics of Global Governance**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2009.

HELD, David; MCGREW, Anthony (ed.). **The Global Transformations Reader**. Cambridge: Polity Press, 2003.

HURRELL, Andrew. **On global order: power, values, and the constitution of international society**. Oxford; New York: Oxford University Press, 2009.

MURPHY, Craig N. **Organização internacional e mudança: governança global desde 1850**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

SAMARASINGHE, Natalie; KUELE, Giovanna. The UN system. *In*: WEISS, Thomas G.; WILKINSON, Rorden (ed.). **International organization and global governance**. 3. ed. Abingdon; New York: Routledge, 2023. p. 253-264.

SPETH, James Gustave; HAAS, Peter M. **Global Environmental Governance: foundations of contemporary environmental studies**. Washington: Island Press, 2006.

STEIN, Michael B.; TRENT, John E. (ed.). **Political Power: the development of the field**. Opladen: Budrich, 2023.

WEISS, Thomas G.; WILKINSON, Rorden (ed.). **International organization and global governance**. 3. ed. Abdon; New York: Routledge, 2023.

WHITMAN, Jim. **The Limits of Global Governance**. London: Routledge, 200

COMPONENTE CURRICULAR		CÓDIGO NOVO			
Contratos Internacionais e Fundamentos de direito Internacional Privado					
Departamento ou equivalente					
Colegiado de Relações Internacionais					
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4	Distribuição de créditos				
	T	E	P	EAD	EXT
	4				

OBJETIVO

Formar os estudantes para a atuação prática na área de contratos internacionais desde sua formação até sua terminação, bem como as soluções de controvérsias deles advindas.

EMENTA

Teoria Geral do Direito Internacional Privado. Fontes do Direito Internacional Privado. Métodos e Normas do Direito Internacional Privado. Especificidade dos Contratos Internacionais. O Direito Aplicável aos Contratos Internacionais. Conteúdo do Contrato. Forma e Prova dos Contratos Internacionais. Fase Pré-Contratual. Interpretação dos Contratos Internacionais. Cláusulas Típicas dos Contratos Internacionais. Contratos Internacionais em Espécie.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAPTISTA, Luiz Olavo. *Contratos Internacionais*. São Paulo: Lex Magister: 2011.
RODAS, João Grandino (coord). **Contratos internacionais**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
STRENGER, Irineu. **Contratos internacionais do comércio**. 3. ed. rev.e ampl. São Paulo: LTr, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MELO, Jairo Silva. **Contratos internacionais e cláusulas hardship**. São Paulo: Aduaneiras, 2000.
LUNARDI, Angelo Luiz. **Incoterms 2000**: condições internacionais de compra e venda. São Paulo: Aduaneiras, 2001.
GARCIA JÚNIOR, Armando Alvares. **Lei aplicável aos contratos internacionais**. São Paulo: Aduaneiras, 2000.
RAMOS, André de Carvalho. **Curso de direito internacional privado**. 4. ed. São Paulo:, 2025.
MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de direito internacional privado**. 6. Rio de Janeiro: Forense, 2023.

COMPONENTE CURRICULAR Direito Internacional do Meio Ambiente		CÓDIGO NOVO				
Departamento ou equivalente Colegiado de Relações Internacionais						
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4		Distribuição de créditos				
		T 4	E	P	EAD	EXT
OBJETIVO Compreender o regime jurídico internacional do meio ambiente por meio da análise de seus fundamentos, tratados e princípios, com foco nos regimes multilaterais, na governança ambiental global, bem como nos desafios da transição energética e da emergência dos litígios climáticos no cenário internacional.						
EMENTA Estudo do Direito Internacional do Meio Ambiente, com ênfase em suas características fundamentais, estrutura jurídico-institucional, principais mecanismos de implementação e responsabilização. Análise das conferências internacionais e dos principais tratados multilaterais ambientais, com destaque para os princípios estruturantes da governança ambiental global e o papel estratégico das Conferências das Partes (COPs). Abordagem das transformações contemporâneas, como a transição energética, a transição justa e do fenômeno jurídico global dos litígios climáticos.						
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ESTOCOLMO, 1972. Cincuenta años del Derecho internacional del medio ambiente. Revista Catalana de Dret Ambiental , Tarragona, v. 13, n. 2, 2022. PEÑALVER I CABRÉ, Alexandre. Litigación climática: el papel de la ciudadanía y de los jueces . Barcelona: Edicions UB, 2024. RESEK, Francisco. Direito internacional público . 19. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. E-book.						

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTUNES, Paulo Bessa. Direito Internacional do Meio Ambiente: Particularidades. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 17, n. 37, p. 263-294, jan./abr. 2020.

CRETELLA NETO, José. **Curso de Direito Internacional do Meio Ambiente**. São Paulo: Saraiva, 2012.

ESTOCOLMO, 1972. Cincuenta años del Derecho internacional del medio ambiente. **Revista Catalana de Dret Ambiental**, Tarragona, v. 13, n. 2, 2022.

JOHANSSON, Vilja. Just Transition as an Evolving Concept in International Climate Law. **Journal of Environmental Law**, v. 35, p. 229-249, 2023.

PEÑALVER I CABRÉ, Alexandre. **Litigación climática: el papel de la ciudadanía y de los jueces**. Barcelona: Edicions UB, 2024.

PÉREZ SALOM, Roberto. Las Naciones Unidas y la reforma de la arquitectura institucional del Derecho internacional del medio ambiente. **Revista Electrónica de Estudios Internacionales**, n. 47, p. 273–306, jun. 2024.

COMPONENTE CURRICULAR		CÓDIGO 06740075				
Comércio Internacional						
Departamento ou equivalente						
Colegiado de Relações Internacionais						
CARGA HORÁRIA:		Distribuição de créditos				
Horas: 60		T 4	E	P	EAD	EXT
Créditos: 4						
OBJETIVO						
Analisar os grandes temas da agenda do comércio internacional, a partir do contexto regulatório do regime multilateral de comércio e outros arranjos regionais.						

EMENTA

Histórico e Perspectivas do Sistema Multilateral de Comércio GATT-OMC. Países em desenvolvimento: tratamento especial e diferenciado. Os grandes temas em comércio internacional: bens e serviços, propriedade intelectual, defesa comercial, solução de controvérsias. Acordos Regionais e Preferenciais de Comércio. Temas ascendentes: meio ambiente, mudança climática, outros.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LUZ, Rodrigo. **Relações econômicas internacionais e comércio internacional**. 4. Rio de Janeiro Método 2015.

SOUZA, José Manuel Meireles de. **Fundamentos do comércio internacional**. São Paulo Saraiva 2009.

KENT, Jones. **Reconstructing the World Trade Organization for the 21st Century: An Institutional Approach**. New York, NY : Oxford University Press. 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BHAGWATI, Jagdish N.; KRISHNA, Pravin; PANAGARIYA, Arvind. **The World Trade System: Trends and Challenges**. Cambridge, MA: The MIT Press. 2016.

ELSIG, Manfred. COTTIER, Thomas. **Governing the World Trade Organization: Past, Present and Beyond Doha**. New York: Cambridge University Press. 2011.

LEMBO, Carolina. **Energia e o sistema multilateral de comércio perante o paradigma do desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Atlas, 2015.

SAMPSON, Gary P. **The Role of the World Trade Organization in Global Governance**. Tokyo: United Nations University Press. 2001.

SILVA, Elaini Cristina Gonzaga da. **Direito internacional em expansão encruzilhada entre comércio internacional, direitos humanos e meio ambiente**. São Paulo: Saraiva, 2016.

COMPONENTE CURRICULAR

Negócios Internacionais

CÓDIGO

06740074

Departamento ou equivalente					
Colegiado de Relações Internacionais					
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4	Distribuição de créditos				
	T	E	P	EAD	EXT
	4				
OBJETIVO					
Analisar oportunidades e desafios no contexto dos negócios internacionais, considerando tanto o cenário econômico, político e social, quanto as abordagens teóricas de internacionalização de empresas.					
EMENTA					
As empresas como atores das Relações Internacionais. O ambiente dos negócios internacionais. Sistemas políticos e legais nos negócios internacionais. Estratégias de internacionalização de negócios. Marketing Internacional, Ambiental e Social.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
AMATUCCI, Marcos (Org). Internacionalização de empresas: teoria, problemas e casos . São Paulo: Atlas, 2009.					
FLEURY, Afonso Carlos Correa; FLEURY, Maria Tereza Leme (Org). Internacionalização e os países emergentes . São Paulo: Atlas, 2007.					
GUEDES, Ana Lucia. Negócios internacionais . São Paulo Cengage Learning 2012.					

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COHEN, Nevin. **Green Business: An A-to-Z Guide**. Series: The Sage Reference Series on Green Society, v. 5. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, Inc. 2011.

KLIN, John M. **Ethics for International Business: Decision-Making in a Global Political Economy**. London: Routledge. 2005.

RUEL, Ruub. **International Business Diplomacy: How Can Multinational Corporations Deal with Global Challenges?** Bingley: Emerald Publishing Limited. 2017.

SANTOS, João Heitor De Avila. **International Business Strategy**. Oakville, ON: Society Publishing. 2019.

VELASQUEZ, Mauricio Ortiz. CÁRDENAS, Eгна Avendaño; GUERRA, Harold Silva. **Introducción a los negocios internacionales Conceptos y aplicaciones**. Barranquilla: Universidad del Norte. 2019.

COMPONENTE CURRICULAR Desenvolvimento Internacional		CÓDIGO 06740073				
Departamento ou equivalente Colegiado de Relações Internacionais						
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4		Distribuição de créditos				
		T 4	E	P	EAD	EXT
OBJETIVO Discutir a evolução do debate acerca do desenvolvimento e as estratégias adotadas na América Latina, África e Ásia.						

EMENTA

A disciplina aborda os aspectos teóricos acerca do desenvolvimento a partir do debate das principais correntes: as teorias da modernização e seus críticos (marxismo e cepalismo), neoliberalismo e globalização e novas correntes. Ademais, discute as experiências de desenvolvimento na América Latina, África e Ásia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AMIN, Samir. **O desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Forense, 1973.

MOYO, Sam; YEROS, Paris. **Reclaiming the nation: the return of the national question in Africa, Asia and Latin America**. London: Pluto Press, 2011.

ROSTOW, Walt Whitman. **Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista**. 5. ed. ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1984.

GRIFFITH-JONES, Stephany. **O fim de uma ilusão: as crises da dívida e do desenvolvimento na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

LAL, Deepak. **A pobreza das teorias desenvolvimentistas**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1987.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento da CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

COMPONENTE CURRICULAR

Sistema Financeiro Internacional

CÓDIGO
06740072

Departamento ou equivalente						
Colegiado de Relações Internacionais						
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4	Distribuição de créditos					
	T 4	E	P			
OBJETIVO Compreender a evolução do sistema monetário e financeiro internacional, de modo a identificar os fatores geradores das crises econômicas e interpretar seus desdobramentos sobre os principais atores econômicos para avaliar cenários de negociações econômicas internacionais.						
EMENTA A disciplina apresenta aborda os princípios da economia monetária para explorar a construção do sistema monetário e financeiro internacional, do padrão ouro a Bretton Woods. Analisa o poder dos atores econômicos transnacionais: bancos e empresas. É enfatizado o estudo da relação entre o dinheiro e poder no sistema financeiro internacional: moedas, a (des)regulação do sistema, crises, instrumentos de governança e novas iniciativas.						
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ABRÃO, R. A. F.; SOUSA, A. T. L. M.; DALDEGAN, W. Sistema financeiro internacional . 1. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2025. v. 1, 144 p. EICHENGREEN, Barry. A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional . São Paulo: Editora 34, 2002. KINDLEBERGER, Charles P.; ALIBER, Robert Z. Da euforia ao pânico: uma história das crises financeiras . São Paulo: Editora Gente, 2013.						

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DALDEGAN, W.; SOUSA, A. T. L. M. **A internacionalização do RMB diante do controle sobre o sistema financeiro chinês**. Intellector (CENEGRI), v. 18, p. 2–14, 2021. Disponível em: <https://u.pcloud.link/publink/show?code=yeVrtalk#/login?folder=25067979343>

EICHENGREEN, B. Bretton Woods After 50. **Review of Political Economy**, v. 33, n. 4, p. 552-569, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09538259.2021.1952011>.

TORRES FILHO, Ernani Teixeira. **Poder monetário estrutural: do padrão ouro ao dólar flexível**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 28, n. 3 (67), p. 621–639, set./dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2019v28n3art01>

TRIFFIN, Robert. **O sistema monetário internacional: ontem, hoje e amanhã**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1972.

COMPONENTE CURRICULAR Cooperação Internacional		CÓDIGO NOVO				
Departamento ou equivalente Colegiado de Relações Internacionais						
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4		Distribuição de créditos				
		T 4	E	P	EAD	EXT
OBJETIVO Analisar criticamente a cooperação internacional, com ênfase na cooperação para o desenvolvimento, compreendendo seus fundamentos históricos e teóricos, principais modalidades, atores e instrumentos, bem como seus impactos e desafios no âmbito da governança global contemporânea.						

EMENTA

Conceitos e fundamentos da cooperação internacional para o desenvolvimento: origens, evolução histórica e principais debates teóricos. Cooperação internacional e ordem internacional: ajuda externa, interesses nacionais, regimes de ajuda e críticas pós-coloniais. Modalidades de cooperação: cooperação Norte–Sul, cooperação Sul–Sul, cooperação bilateral, triangular e descentralizada. Arquitetura institucional da cooperação para o desenvolvimento: organismos multilaterais, agências bilaterais, fundos e bancos de desenvolvimento. Agendas globais de desenvolvimento: da “década do desenvolvimento” aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Cooperação internacional para o desenvolvimento no Brasil: trajetória histórica, marcos normativos e atuação da Agência Brasileira de Cooperação. Experiências e estudos de caso em distintas áreas setoriais. Elementos básicos de gestão de projetos de cooperação técnica internacional: identificação de problemas, formulação de objetivos, definição de resultados esperados e desenho de iniciativas de cooperação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES; AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO.. **Diretrizes para o desenvolvimento da cooperação técnica internacional multilateral e bilateral**. 5. ed. Brasília: Agência Brasileira de Cooperação, 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES; AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Manual de Gestão da Cooperação Técnica Sul-Sul**. Brasília, 2013.

KEOHANE, Robert O. **After hegemony: cooperation and discord in the world political economy**. Princeton: Princeton University Press, 1984.

LEITE, Iara. **Cooperação internacional**. São Paulo:, 2024. 1 recurso online. ISBN 9786555414837.

MILANI, Carlos R. S. **ABC 30 anos: história e desafios futuros**. Brasília: Agência Brasileira de Cooperação, 2017.

MILANI, Carlos R. S.; DUARTE, R. S. Cooperação para o desenvolvimento e cooperação Sul-Sul: a perspectiva do Brasil. *In*: RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo; AYERBE, Luis Fernando (org.). **Política Externa Brasileira, Cooperação Sul-Sul e Negociações Internacionais**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

PRADO, Henrique Sartori de Almeida. **A cooperação descentralizada e a política para a fronteira no Brasil**. Curitiba: Íthala, 2019. 302 p. ISBN 9788555441776

SOUZA, André de Mello (org.). **Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento**. 1. ed. Brasília: IPEA, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Formulação de Projetos de Cooperação Técnica Internacional (PCT)**: manual de orientação. 2. ed. Brasília: ABC, 2005.

ABC. **Roteiro para elaboração de Projeto de Cooperação Técnica Internacional**. Brasília: Agência Brasileira de Cooperação, [s.d.].

BHARGAVA, Vinay. **Global issues for global citizens: an introduction to key development challenges**. Washington: The World Bank, 2006.

HOFFMANN, Maria Barroso. Do “Brasil sem índios” aos “índios sem Brasil”: algumas questões em torno da cooperação internacional junto aos povos indígenas no Brasil. **Revista Antropológica**, a. 9, v. 16, n. 2, p. 153-186, 2005.

LANCASTER, Carol. **Foreign aid: diplomacy, development, domestic politics**. Chicago: University of Chicago Press, 2007.

LIMA, Maria Regina Soares de; MILANI, Carlos R. S. Política Externa, Geopolítica e Modelos de Desenvolvimento. *In*: LIMA, Maria Regina Soares de; MILANI, Carlos R. S.; MUÑOZ, Enara Echart (org.). **Cooperación Sur-Sur, Política Exterior y Modelos de Desarrollo en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2018.

SATO, Eiiti. Conflito e cooperação nas relações internacionais: as organizações internacionais no século XXI. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 46, n. 2, 2003.

SOUZA, André de Mello. A governança global da cooperação para o desenvolvimento e a agenda de desenvolvimento sustentável 2030. **BEPI - Boletim de Economia e Política Internacional**, Brasília, n. 25, maio/ago. 2019.

SMOUTS, Marie-Claude. A cooperação internacional: da coexistência à governança mundial. *In*: SMOUTS, Marie-Claude (org.). **As novas relações internacionais**. Brasília: Ed. UnB, 2004.

WILLIAMS, David. **International Development and Global Politics: history, theory and practice**. New York: Routledge, 2012.

COMPONENTE CURRICULAR	CÓDIGO
Política Externa Brasileira Contemporânea	06740070
Departamento ou equivalente Colegiado de Relações Internacionais	

CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4	Distribuição de créditos				
	T	E	P	EAD	EXT
	4				
OBJETIVO Analisar e compreender a formação da política exterior brasileira à luz dos atores e condicionantes domésticos – de natureza política, econômica e social – que influenciaram a inserção internacional do país no período de 1990 aos dias atuais.					
EMENTA Os governos de Fernando Collor e Itamar Franco (1990-1994). A política externa na era Cardoso (1994-2002). A política externa na era Lula (2003-2008). A política externa na era Dilma (2008-2016). Política externa brasileira na atualidade.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil . Brasília: 4ª Ed. UnB, 2012. OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LESSA, Antônio Carlos. Relações internacionais do Brasil: temas e agendas , v.1. São Paulo: Saraiva, 2007. PINHEIRO, Letícia Abreu. Política externa brasileira . Rio de Janeiro Zahar, 2004.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CARVALHO, Maria Isabel V. Estruturas domésticas e grupos de interesse. Contexto Internacional , Rio de Janeiro, v.25, n. 2, julho/dezembro, 2003,p.363-401, 2003. LAFER, Celso. Mudam-se os tempos: diplomacia brasileira 2001 - 2002 . Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002. FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. O Itamaraty e a política externa brasileira: do insulamento à busca de coordenação dos atores governamentais e de cooperação com os agentes societários. Revista Contexto Internacional , Rio de Janeiro, vol. 34, n. 1, janeiro/junho, p. 311-355, 2012. OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Política externa brasileira . São Paulo: Saraiva, 2005. VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação . Contexto Internacional, Rio de Janeiro, vol. 29, no 2, julho/dezembro 2007, p. 273-335.					

COMPONENTE CURRICULAR Dinâmica Geopolítica Contemporânea		CÓDIGO 06740069				
Departamento ou equivalente Colegiado de Relações Internacionais						
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4		Distribuição de créditos				
		T 4	E	P	EAD	EXT
OBJETIVO Permitir ao discente analisar e compreender as questões contemporâneas e suas características nas relações internacionais sob uma perspectiva geopolítica. Introduzir o discente no campo da análise da estrutura e dos cenários dos eventos internacionais de grande importância.						
EMENTA O conhecimento dos principais <i>hot spots</i> geopolíticos contemporâneos e sua interface com as relações internacionais: China, Rússia, Irã e Coreia do Norte; análise do enfraquecimento geopolítico dos EUA; a geopolítica da América do Sul; processos de modernização bélica ao redor do mundo.						
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ARRIGHI, G. O longo século XX . Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. PENNAFORTE, Charles et al. Panorama Contemporâneo - Geopolítica e Relações Internacionais. Rio de Janeiro, Cenegri Edições, 2008. KENNEDY, Paul. A ascensão e queda das grandes potências . Rio de Janeiro, Campus, 1989.						

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

NYE, Joseph. **Soft Power**. New York, Public Affairs, 2005.

NYE, Joseph. **Compreender os Conflitos Internacionais**. Uma introdução à Teoria e à História. Lisboa: Gradiva, 2002.

NYE, Joseph. **The future of Power**. New York: Public Affairs, 2011.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O universalismo europeu**: retórica e poder. São Paulo: Boitempo, 2007

WALLERSTEIN, Immanuel. **O declínio do poder americano**. São Paulo, Ed. Contraponto, 2003.

COMPONENTE CURRICULAR Relações Internacionais da África		CÓDIGO 06740068				
Departamento ou equivalente Colegiado de Relações Internacionais						
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4	Distribuição de créditos					
	T 4	E	P	EAD	EXT	
OBJETIVO Apresentar aos discentes as linhas gerais da evolução das relações internacionais da África no século XX e século XXI. Traçar uma visão panorâmica da colonização europeia e analisar a dinâmica da descolonização do pós-Guerra a partir da disputa ideológica entre URSS e EUA. Compreender o processo gerado pelo fim da Guerra Fria e suas consequências até os dias atuais.						

EMENTA

Analisar a partilha da África, as resistências africanas e os sistemas de colonização; a Conferência de Bandung e a ideologia terceiro-mundista; o processo de descolonização africana, Angola e Moçambique na dinâmica da Guerra Fria, a África Lusófona, os efeitos do pós-colonialismo nos Estados africanos; dinâmica atual.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. **Relações internacionais contemporâneas**. Porto Alegre, Vozes, 2008

HOBBSBAWM, Eric. **A era dos extremos** - o breve século XX (1914-1991). São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações internacionais da Ásia e da África**. Porto Alegre, Vozes, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HOBBSBAWM, Eric. **A era dos impérios (1875-1914)**. São Paulo, Paz e Terra, 1998.

KENNEDY, Paul. **A ascensão e queda das grandes potências**, Rio de Janeiro, Campus, 1989.

SADER, Emir. **O século do imperialismo**. Século XX: uma biografia não-autorizada. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2000.

Ribeiro, Clodoaldo Bueno (org.). **África e suas relações internacionais**. São Paulo: Blucher. https://storage.blucher.com.br/book/pdf_preview/PDF_africaRI.pdf

LANDSBERG, Chris; MOLOI, Sandile; VAN HEERDEN, Oscar. TEORIA DE POLÍTICA EXTERNA PAN-AFRICANISTA: A RELEVÂNCIA CONCEITUAL DA ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA NA DEFINIÇÃO DA AGENDA POLÍTICA PARA A ÁFRICA. Revista Brasileira de Estudos Africanos, [S. l.], v. 10, n. 19, 2025. DOI: 10.22456/2448-3923.148926. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbea/article/view/148926> .

COMPONENTE CURRICULAR Política Comparada		CÓDIGO 06740067				
Departamento ou equivalente Colegiado de Relações Internacionais						
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4		Distribuição de créditos				
		T 4	E	P	EAD	EXT
OBJETIVO A disciplina tem como objetivo mostrar os conceitos fundamentais da política comparada e o método comparado, a partir da abordagem teórica envolvendo diferentes temáticas como: regime democrático, desenvolvimento econômico, instituições políticas, Estado e conflitos internacionais.						
EMENTA O método e o campo de estudos comparados, comparar o quê e como? Método qualitativo e quantitativo. O campo de estudos comparados na atualidade. Análise de tópicos relacionados com a Ciência Política e às Relações Internacionais: escolha racional, processos políticos e internacionais, institucionalismo, dimensões doméstica e internacional e a participação de diferentes atores no poder.						
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CARAMANI, Daniele. Comparative Politics . New York: Oxford University Press. 2008. COLLIER, David. The comparative method . In: A. W. Finifter (ed.), Political Science: The State of the Discipline II. Washington DC: APSA. 1993. LANDMAN, Todd. Issues and Methods in Comparative Politics . New York. Routledge. 2003						

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AMORIM NETO, Octavio. **A política comparada no Brasil: a política dos outros**, in C. B. Martins e R. Lessa (orgs.), **Horizontes das ciências sociais no Brasil: ciência política**, São Paulo, Instituto Ciência Hoje/Barcarolla/Discorso Editorial/Anpocs, pp. 321-340. 2010.

BADIE, Bertrand. **Política comparada**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

KOPSTEIN, Jeffrey e LICHBACH, Mark. **Comparative Politics: Interests, Identities, and Institutions in a Changing Global Order**. 2ªed. New York: Cambridge University Press. 2005.

LIJPHART, Arendt. **Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SAMUELS, David; ABRUCIO, Fernando Luiz. **Federalism and democratic transitions: the “new” politics of the governors in Brazil.** Publius v. 30, p. 43-61, 2000.

COMPONENTE CURRICULAR Etnicidade e Relações Internacionais		CÓDIGO 06740066				
Departamento ou equivalente Colegiado de Relações Internacionais						
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4		Distribuição de créditos				
		T 4	E	P	EAD	EXT

OBJETIVO

Colaborar para a formação crítica dos alunos acerca do papel e do poder discursivo e de mobilização para a ação política da etnicidade como categoria identitária nos jogos políticos contemporâneos – nacionais, internacionais e transnacionais –, na medida em que geradora de direitos e também de dominação e violência, cotejando, por meio do estudo de movimentos étnicos específicos, seus efeitos comparativamente a outras formas de ação política coletiva.

EMENTA

Etnicidade e identidade: conceitos fundamentais. Conceito de minorias, em sentido qualitativo e quantitativo. Politização da etnicidade. Políticas identitárias e políticas de classe: intersecções. Multiculturalismo. Interculturalidade. História e raízes dos movimentos étnicos: movimentos de povos originários, movimento negro. Movimentos sociais étnicos e politização da etnicidade: estudo de casos específicos. Movimentos étnicos transnacionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PONTIGNAT, Philippe. **Teorias da etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.
DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
DUVAL, Fábio Amaro da Silveira Duval. **Os povos e os movimentos indígenas e a politização da etnicidade na Bolívia e no Peru: das etnogêneses às esquerdas no poder**. Belo Horizonte: Ed. Dialética, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CUNHA, Manuela Carneiro da; BARBOSA, Samuel Rodrigues (Org.). **Direitos dos povos indígenas em disputa**. São Paulo: UNESP, 2018.
GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais** - paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2007.
HECHTER, Michael. From class to culture. **American Journal of Sociology**, vol. 11, nº 2, p. 400-445, 2004.
KUPER, Adam. The return of the native. **Current Anthropology**, vol. 44, nº 3, p. 389-402, 2003.
TARROW, Sidney. **The new transnational activism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

COMPONENTE CURRICULAR Desarrollo internacional		CÓDIGO NOVO				
Departamento ou equivalente Colegiado de Relações Internacionais						
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4	Distribuição de créditos					
	T 4	E	P	EAD	EXT	
OBJETIVO Estudiar y analizar la evolución del debate sobre el desarrollo y las estrategias de desarrollo adoptadas en América Latina, África y Asia.						
EMENTA Aspectos teóricos del desarrollo económico y social a través del debate de sus principales corrientes: las teorías de la modernización y sus críticos (marxismo y cepalismo), el neoliberalismo y la globalización, y las nuevas corrientes (desarrollo humano, economía ecológica, economía solidaria y buen vivir etc.). También analiza las experiencias de desarrollo en América Latina, África y Asia desde una perspectiva comparada entre las economías del 'Norte' y del 'Sur' globales.						
BIBLIOGRAFIA BÁSICA AMIN, Samir. El desarrollo desigual . Barcelona: Editorial Planeta Agostini, 1986. MOYO, Sam; YEROS, Paris. Reclaiming the Nation: the return of the national question in Africa, Asia and Latin America . London: Pluto Press, 2011. E-book. ROSTOW, W. W. Etapas do desenvolvimento econômico . 5. ed. ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.						
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependencia y desarrollo en América Latina . México: Siglo Veintiuno, 1978. FRANK, Andre Gunder. Acumulación dependiente y subdesarrollo . México: Era, 1979. LAL, Deepak. A pobreza das teorias desenvolvimentistas . Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1987.						

COMPONENTE CURRICULAR Ética e Relações Internacionais		CÓDIGO NOVO				
Departamento ou equivalente Departamento de Filosofia						
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4		Distribuição de créditos				
		T 4	E	P	EAD	EXT
OBJETIVO Apresentar ao corpo discente os fundamentos essenciais da Ética e da política e relacioná-las com as Relações Internacionais.						
EMENTA Reflexão sobre os fundamentos da ética filosófica e suas implicações para as Relações Internacionais. Análise das principais teorias éticas e de sua aplicação à política internacional. Estudo das tensões entre moralidade, poder, direito e interesse nas relações entre Estados, com ênfase em projetos normativos de justiça e paz.						
BIBLIOGRAFIA BÁSICA WALZER, Michael. <i>Guerras justas e injustas</i> : Uma argumentação moral com exemplos históricos. São Paulo: Martins Fontes, 2003. KANT, I. "A paz perpétua: um projeto filosófico" (trad.: Artur Morão). In: KANT, I. <i>À paz perpétua e outros opúsculos</i> . Lisboa: Edições 70, 1995. p.119-171. WALTZ, Kenneth. <i>O homem, o estado e a guerra</i> . Uma análise teórica. São Paulo: Martins Fontes, 2004. RACHELS, J. <i>Os elementos da filosofia da moral</i> . 4. ed. Barueri, SP: Manole, 2006. RAWLS, J. <i>O direito dos povos</i> . São Paulo: Martins Fontes, 2001.						

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASTI VERA, A. **Metodologia da pesquisa científica**. Porto Alegre: Globo, 1989.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 13 ed., São Paulo: Ática, 2003.

COSTA, Ana Rita et al. **Orientações metodológicas para a produção de trabalhos acadêmicos**. Maceió:ADUFAL, 1996.

GAMA KURY, A. DA. **Elaboração e editoração de trabalhos de nível universitário**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1980.

INÁCIO FILHO, G. **A monografia nos cursos de graduação**. 2 ed.; Uberlândia, EDUFU, 1994.

LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1983.

MARCONI, M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1982.

OLIVA, A; *et al.* **Paradigmas filosóficos da atualidade**. Campinas, Papirus, 1989.

PERINE, Marcelo. **Ensaio de iniciação ao Filosofar**. São Paulo: Loyola, 2007.

SAUNDERS, C.; MOSSLEY, D.; ROSS, G. M.; LAMB, D.; CROSS, J. **Como estudar filosofia – guia prático para estudantes**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SAVIAN FILHO, Juvenal. **Argumentação: a ferramenta do filosofar**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

ULHÔA, J. P. de. **Reflexões sobre a leitura em filosofia**. Goiânia: EdUFG, 1997.

COMPONENTE CURRICULAR			CÓDIGO			
Estatística I			11100062			
Departamento ou equivalente						
Departamento de Matemática e Estatística						
CARGA HORÁRIA:		Distribuição de créditos				
Horas: 30		T	E	P	EAD	EXT
Créditos: 2						

	2				
OBJETIVO Gerais Habilitar o estudante para compreensão e utilização da metodológica estatística para a apresentação, resumo e interpretação de conjunto de dados. Específicos Fundamentação em estatística descritiva para o estudo de disciplinas do ciclo profissional.					
EMENTA Introdução: Base conceitual, história e aplicações da Estatística. Planejamento e coleta de dados. Tipos de variáveis. Técnicas de amostragem. Organização e apresentação de dados: construção de tabelas e gráficos. Resumo de um conjunto de dados: medidas de posição e de dispersão, assimetria e curtose. Medidas de associação: covariância e coeficiente de correlação. Análise Exploratória de dados: Diagrama dos cinco números, gráfico de ramo e folhas, Box plot.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA [1] BARBETTA, P.A. Estatística Aplicada às Ciências Sociais. Florianópolis: Editora da UFSC. 2012. [2] COSTA NETO, P. L. de O. Estatística. 2. ed. São Paulo: Blucher, 2002. [3] VIEIRA, S. Estatística Básica. São Paulo: Cengage Learning.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR [1] COSTA, G.G.O. Curso de estatística básica: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015. Recurso online. [2] DOWNING, D.; CLARK, J. Estatística aplicada. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. [3] KIRSTEN, J.T.; RABAHY, W.A. Estatística aplicada às ciências humanas e ao turismo. São Paulo Saraiva 2007. Recurso online. [4] MARTINS, G. A.; DOMINGUES, O. Estatística geral e aplicada. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011. Recurso online. [5] MORETTIN, P.A.; BUSSAB, W.O. Estatística Básica. São Paulo: Saraiva.					

COMPONENTE CURRICULAR Estatística II		CÓDIGO 11100063				
Departamento ou equivalente Departamento de Matemática e Estatística						
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4		Distribuição de créditos				
		T	E	P	EAD	EXT
		2		2		
OBJETIVO Geral Habilitar o estudante para compreensão e utilização da metodológica estatística para a apresentação, resumo e interpretação de conjunto de dados. Específico Fundamentação em estatística descritiva para o estudo de disciplinas do ciclo profissional.						
EMENTA Teoria da Probabilidade. Introdução à estatística inferencial. Estatística descritiva vs. Inferencial. Intervalos de Confiança. Testes de Hipótese. Correlação e regressão.						
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BARBETTA, P.A. Estatística Aplicada às Ciências Sociais. Florianópolis: Editora da UFSC. 2012. COSTA NETO, P. L. O. Estatística. 2. ed. São Paulo: Blucher, 2002. MORETTIN, L.G. Estatística Básica: Probabilidade e Inferência, volume único. São Paulo: Pearson Education BR, 2010.						

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COSTA, G.G.O. Curso de estatística básica: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015. Recurso online.

DOWNING, D.; CLARK, J. Estatística aplicada. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

KIRSTEN, J.T.; RABAHY, W.A. Estatística aplicada às ciências humanas e ao turismo. São Paulo Saraiva 2007. Recurso online.

MARTINS, G. A.; DOMINGUES, O. Estatística geral e aplicada. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011. Recurso online.

MORETTIN, P.A.; BUSSAB, W.O. Estatística Básica. São Paulo: Saraiva.

COMPONENTE CURRICULAR Língua Brasileira de Sinais - Libras I		CÓDIGO 20000084				
Departamento ou equivalente Centro de Letras e Comunicação						
CARGA HORÁRIA: Horas: 60h Créditos: 4		Distribuição de créditos				
		T 4	E	P	EAD	EXT
OBJETIVO Desenvolver as habilidades de recepção e de produção sinalizada, visando às competências linguística, discursiva e sociolinguística na Língua Brasileira de Sinais; Propor uma reflexão sobre o conceito e experiência visual dos surdos a partir de uma perspectiva sociocultural e linguística; Propor uma reflexão sobre o papel da Língua de Sinais na vida dos surdos e nos espaços de interação entre surdos e ouvintes, particularmente nos ambientes educacionais.						
EMENTA						

Fundamentos linguísticos e culturais da Língua Brasileira de Sinais. Desenvolvimento de habilidades básicas expressivas e receptivas em Libras para promover comunicação entre seus usuários. Introdução aos Estudos Surdos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walquíria Duarte. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.2v.

GESSER, Audrei. **LIBRAS?** Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da Língua Sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COELHO, Orquídea; KLEIN, Madalena (Coord.). **Cartografias da surdez: comunidades, línguas, práticas e pedagogia**. Porto: Livpsic, 2013. 513 p. ISBN 9789897300240

LODI, Ana Cláudia Balieiro; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de (orgs). **Uma escola, duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

LOPES, Maura Corcini. **Surdez & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha; CHOI, Daniel; VIEIRA, Maria Inês; GASPARG, Priscila; NAKASATO, Ricardo. **LIBRAS: conhecimento além dos sinais**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012.

VICTOR, Sonia Lopes; VIEIRA-MACHADO, Lucienne M. da Costa; BREGONCI, Aline de Menezes; FERREIRA, Arlene Batista; XAVIER, Keli Simões (orgs). **Práticas bilíngues: caminhos possíveis na educação dos surdos**. Vitória: GM. 2010.

COMPONENTE CURRICULAR				CÓDIGO		
Língua Estrangeira Instrumental I - Inglês				20000031		
Departamento ou equivalente						
Centro de Letras e Comunicação						
CARGA HORÁRIA:		Distribuição de créditos				
		T	E	P	EAD	EXT
Horas: 60		4				
Créditos: 4						
OBJETIVO						
Proceder a leituras selecionadas e reflexões críticas sobre o processo de leitura para fins acadêmicos.						
EMENTA						
Leitura em Língua Inglesa: aspectos teóricos e aplicados.						
BIBLIOGRAFIA BÁSICA						
BALDO, A. Uso de Estratégias de leitura na Língua Materna e na Língua Estrangeira. Tese de Doutorado não publicada. Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.						
McCARTHY, Michael. Discourse analysis for language teachers. Cambridge University Press, 1991.						
NUNAN, David. Reading: a discourse perspective. Language teaching methodology: a textbook for teachers. Phoenix ELT, 1995.						
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR						
CORACINI, M.J.R.F. O jogo discursivo na aula de leitura de língua materna e língua estrangeira. Campinas, SP: Pontes, 1995.						
JOUVE, Vincent. A leitura. São Paulo: Editora UNESP, 2002.						
KLEIMAN, Ângela. Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura. Campinas: Editora Pontes, 2ª edição, 1992.						
PAIVA, V. L. M. O. Desenvolvendo a habilidade de leitura. In: PAIVA, V.L.M.O. (Org.). Práticas de ensino e aprendizagem de inglês com foco na autonomia. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2005. p. 129-147						
SOLÉ, I. Estratégias de leitura – Porto Alegre. Art Med, 1998.						

COMPONENTE CURRICULAR				CÓDIGO		
Língua Estrangeira Instrumental II - Inglês				20000032		
Departamento ou equivalente						
Centro de Letras e Comunicação						
CARGA HORÁRIA:		Distribuição de créditos				
		T	E	P	EAD	EXT
Horas: 60						
Créditos: 4		4				
OBJETIVO						
Proceder ao aprofundamento das estratégias de leitura e reflexões críticas sobre o processo de leitura em língua inglesa.						
EMENTA						
Aprofundamento em leitura em Língua Inglesa: aspectos teóricos e práticos						
BIBLIOGRAFIA BÁSICA						
BALDO, A. Uso de Estratégias de leitura na Língua Materna e na Língua Estrangeira. Tese de Doutorado não publicada. Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.						
McCARTHY, Michael. Discourse analysis for language teachers. Cambridge University Press, 1991.						
NUNAN, David. Reading: a discourse perspective. Language teaching methodology: a textbook for teachers. Phoenix ELT, 1995.						

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CORACINI, M.J.R.F. O jogo discursivo na aula de leitura de língua materna e língua estrangeira. Campinas, SP: Pontes, 1995.

JOUE, Vincent. A leitura. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

KLEIMAN, Ângela. Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura. Campinas: Editora Pontes, 2ª edição, 1992.

PAIVA, V. L. M. O. Desenvolvendo a habilidade de leitura. In: PAIVA, V.L.M.O. (Org.). Práticas de ensino e aprendizagem de inglês com foco na autonomia. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2005. p. 129-147

SOLÉ, I. Estratégias de leitura – Porto Alegre. Art Med, 1998.

COMPONENTE CURRICULAR		CÓDIGO				
Sociologia da Globalização		06560090				
Departamento ou equivalente						
Departamento de Sociologia e Política						
CARGA HORÁRIA:		Distribuição de créditos				
Horas: 60		T 4	E	P	EAD	EXT
Créditos: 4						
OBJETIVO						
Objetivo(s) geral(ais): Oferecer uma discussão plural e atualizada sobre o fenômeno da globalização.						
EMENTA						
Ementa: A disciplina aborda os estudos sobre o fenômeno da globalização, desde as últimas décadas do século XX até os dias atuais. São abordados os aspectos econômicos, políticos e culturais da globalização bem como as variadas concepções teóricas e os diversos conflitos que nela se manifestam.						

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. A era da informação: Economia, sociedade e cultura. Volume I. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

HARDT, Michael e NEGRI, Antônio. Império. Rio de Janeiro: Record, 2001.

IANNI, Otávio. A era do globalismo. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa, Os processos da globalização. In: A Globalização e as Ciências Sociais. SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). São Paulo: Cortez. 2005. pp. 25-102.

BAUMAN, Zygmunt. Globalização: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARRIGHI, Giovanni. Adam Smith em Pequim. Origens e fundamentos do Século XXI. São Paulo, Boitempo, 2008.

ARRIGHI, Giovanni. Globalização e desenvolvimento desigual. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, Vol. 1, Nº 1, Ago-Dez.2007.

BOYER, Robert e BRACHE, Daniel. Estados contra mercados. Os limites da globalização. (Orgs). Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Volume II. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CHESNAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo: Xama, 1996.

HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HARVEY, David. O novo imperialismo. São Paulo: Edições Loyol, 2004.

IANNI, Otávio. A sociedade global. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1999.

IANNI, Otávio. Teorias da globalização. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2004.

COCCO, Giuseppe; PETEZ Galvão, Alexander e SILVA, Gerardo (Orgs.). Capitalismo cognitivo: Trabalho, redes e inovação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SASSEN, Saskia. Sociologia da globalização. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SKLAIR, Leslie. Sociologia do sistema global. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

WALLERSTEIN, Immanuel. La imagen global y las alternativas de la evolución del sistema-mundo, 1945-2025", Revista Mexicana de Sociologia, n2 2 (1999).

WALLERSTEIN, Immanuel. Impensar a Ciência Social. Os limites dos paradigmas do século XX. São Paulo, Ideias e Letras, 2006.

COMPONENTE CURRICULAR		CÓDIGO 06560089
Raça e Gênero nas Ciências Sociais		
Departamento ou equivalente Departamento de Sociologia e Política		
CARGA HORÁRIA:	Distribuição de créditos	

Horas: 60	T	E	P	EAD	EXT
Créditos: 4	4				
OBJETIVO Objetivo(s) geral(ais): Discutir e os conceitos raça e gênero enquanto construções epistemológicas e históricas					
EMENTA Ementa: A disciplina discute as diferentes concepções de raça, gênero, construída pelo pensamento social brasileiro e mundial, a partir do final do século XIX até a contemporaneidade. A proposta é discutir as transformações dos conceitos raça e gênero a partir das construções das identidades nacionais, das lutas pela igualdade racial e dos movimentos feministas. Além disso, também trabalha a reatualização desses conceitos com a formação de uma sociedade de consumo de massas e a globalização, principalmente, através das teorias pós-colonialistas, multiculturalistas e teoria queer.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA AZEVEDO, Thales. Os brasileiros; estudos de caráter nacional. Salvador: Centro Ed. e Didático da Universidade Federal da Bahia., 1981. 59 p. BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. Carmen Miranda entre os desejos de duas nações: cultura de massas, performatividade e cumplicidade subversiva em sua trajetória. Tese de Doutorado do Programa de Pós Graduação em Sociologia, UFSCar, São Carlos, 2014. BAIROS, Luiza. "Orfeu e Poder: uma perspectiva afro-americana sobre a política racial no Brasil", in: Estudos Afro-asiáticos, n.º 17, 1996. BHABHA, Homi K. O local da cultura. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998, 2007. 399 p. BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. BRAH, Avtar. Diferença, Diversidade, Diferenciação. In: Cadernos Pagu. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, n. 26. p. 329-376, 2006. Endereço eletrônico: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332006000100014&script=sci_abstract&lng=pt CORRÊA, Mariza. O sexo da dominação. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, v. 54, 1999, p. 43-53. Endereço eletrônico: http://novosestudios.org.br/v1/files/uploads/contents/88/20080627_bourdieu_e_o_sexo.pdf _____. Sobre a Invenção da Mulata. cadernos pagu, n. 6-7, p. 35-50, 1996. Endereço eletrônico: http://nacaomestica.org/invencao_da_mulata.pdf _____. A babá de Freud e outras babás. cadernos pagu, n. 29, jul./dez. 2007, p. 61-90. Endereço eletrônico: http://www.scielo.br/pdf/cpa/n29/a04n29.pdf FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Ática, 1978.					

FRY, Peter. "O que a Cinderela Negra tem a dizer sobre a „política racial” no Brasil”, in: Revista USP, n ° 28. Endereço Eletrônico: <http://www.usp.br/revistausp/28/09-fry.pdf>

FREYRE, Gilberto FREYRE, Gilberto. Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da família patriarcal. 51.ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1998. 569 p.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014. 58 p.

GUIMARAES, Antonio Sergio Alfredo. Classes, raças e democracia. São Paulo: Fundacao de Apoio a Universidade de Sao Paulo ; Ed. 34, 2002. 231 p.

MOUTINHO, Laura; CARRARA, Sérgio; AGUIÃO, Silvia. Sexualidade e comportamento sexual no Brasil: dados e pesquisas . Rio de Janeiro: Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos: Instituto de Medicina Social, 2005. 115 p.

ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 148 p.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. História, São Paulo, volume 24, número 1.2005, p. 77-98. Endereço eletrônico: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742005000100004&script=sci_abstract&lng=pt

PIERSON, Donald. Estudos de ecologia humana: leituras de sociologia e antropologia social. São Paulo: Martins, 1948.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. Sociedade e Cultura, Goiânia: UFG, v. 11, n. 2, p. 263-274, 2008.

RAMOS, Guerreiro. Introdução crítica à sociologia brasileira. Rio de Janeiro: Andes, 1957. 216 p.

SCHWARCZ, Lília M..Espetáculo da miscigenação. In: Estudos Avançados, 8, 1994

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: Revista Educação e Realidade. Porto Alegre, jul/dez 1990, vol.16, p. 5-22.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: Louro, Guacira Lopes. O corpo Educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

DA MATTA, Roberto. “Digressão: a fabula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira”, in Relativizando, uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 1990.

GILROY, Paul. Entre campos. São Paulo: Annablume, 2007.

HARRIS, Marvin. “O Padrão brasileiro”, in: Padrão Racial nas Américas. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1967.

MOUTINHO, Laura. Razão, “cor” e desejo. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

PIERSON, Donald. “O cenário” e “Composição racial das classes na sociedade baiana”, in: Brancos e Pretos na Bahia. São Paulo: Editora Nacional, 1971.

RODRIGUES, Raymundo Nina. Os Africanos no Brasil. Rio Janeiro: Centro Eldestein de Pesquisa, 2010.

SALIH, Sara. Judith Butler e a teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

SCHWARCZ, Lília M..O Espetáculo das Raças. São Paulo: Cia das Letras,2004.

ROMERO, Silvio. Obra filosófica. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1969. 713 p.

YOUNG, Robert. Desejo Colonial: Hibridismo em Teoria, Cultura e Raça. São Paulo: Perspectiva, 2005.

COMPONENTE CURRICULAR Sociologia, Sociedade e Meio Ambiente		CÓDIGO 06560198				
Departamento ou equivalente Departamento de Sociologia e Política						
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4	Distribuição de créditos					
	T 4	E	P	EAD	EXT	
OBJETIVO Fazer uma reflexão sobre a crise ambiental na sociedade contemporânea, em relação à ideia de progresso social, de desenvolvimento e de modernização, assim como dos desafios teóricos e epistemológicos das ciências sociais, especialmente da sociologia.						
EMENTA Dedica-se ao estudo da produção intelectual que desde os anos 70 centra-se nas questões ambientais, destacando os desafios e debates no campo da sociologia.						
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ALONSO, Angela; Costa, Valeriano. Por uma sociologia dos conflitos-ambientais. http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20100930023420/7alonso.pdf BUTTEL, F. Sociologia e meio ambiente: um caminho tortuoso rumo a ecologia humana. Perspectivas, n.15, S.P. pp.69-94. http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/viewFile/1961/1599 LATOUR, Bruno. Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simetrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994. 149 p.						

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BECK, Ulrich. Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2013. 383 p.

IBGE - Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2002 e 2004, disponíveis em <http://www.ibge.gov.br>

FOSTER, John Bellamy. A ecologia de Marx: materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2005, 418 p,

GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. São Paulo: Ed. UNESP, 1991. 177 p

VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI . Rio de Janeiro: Garamond, 2010. 226 p.

COMPONENTE CURRICULAR Antropologia Política		CÓDIGO NOVO		
Departamento ou equivalente Departamento de Antropologia e Arqueologia				
CARGA HORÁRIA: 60hs		Distribuição de créditos		
Horas: 60hs		T	P	EAD
Créditos: 4CR		4		
OBJETIVO Fundamentar a reflexão sobre o fenômeno político na modernidade e sua constituição como objeto de estudo da Antropologia, com ênfase na configuração das relações políticas diante do problema da pluralidade cultural e da diversidade das sociedades humanas.				
EMENTA A disciplina explora as relações entre cultura, poder e sociedade, rastreando o surgimento da Antropologia Política como subárea e seus desdobramentos teóricos, desde a tradição africanista clássica até as abordagens contemporâneas sobre o Estado, os processos de democratização, a política em sociedades complexas e os debates sobre subjetividade, ritual e cultura política. A ênfase recai na crítica antropológica às noções ocidentais de política e na compreensão etnográfica da diversidade de experiências e significados políticos.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BARROSO, Maria Macedo; ABRANTES, Carla Susana Alem. Antropologia, cooperação internacional e processos de formação de Estado: entre práticas de governo e práticas de política. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2020. Disponível em: https://portal.abant.org.br/publicacoes/publicacao/153				

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. Pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

EVANS-PRITCHARD, E.E. **Os Nuer**: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1993. 276 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins (org.). **Antropologia e poder**. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Ed. da Unicamp, 2003. 376 p.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. A Antropologia e o Estado no Brasil: breves notas acerca de uma relação complexa. In: FRANCH, M.; ANDRADE, M.; AMORIM, L. (Orgs.). **Antropologia em novos campos de atuação**: debates e tensões. João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora, 2015. 322p. Disponível em: <https://portal.abant.org.br/publicacoes/publicacao/91>

LIMA, Roberto Kant de; EILBAUM, Lucia; PIRES, Lenin (org.). **Conflitos, direitos e moralidades em perspectiva comparada -v2**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

LEACH, Edmund R. **Sistemas políticos da alta Birmânia**: um estudo da estrutura social Kachin. São Paulo: EDUSP, 1996.

MAUSS, Marcel. **A nação**. São Paulo: Três Estrelas, 2017. 359 p.

NASCIMENTO, Sebastião; THOMAZ, Omar Ribeiro. Formas cambiantes da mesma quimera: a antropologia e os 'estados falidos'. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). **Desafios da antropologia brasileira**. Brasília: ABA, 2013. Disponível em: <https://portal.abant.org.br/publicacoes/publicacao/132>

PALMEIRA, Moacir; Goldman, Marcio (Orgs.). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Raiva, sonhos e insubordinação: como a extrema direita e as mídias digitais mobilizam a classe trabalhadora plataformizada. **Horizontes Antropológicos**, ano 31, n. 73, p. 1-27. Porto Alegre, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/yPt3DTS4mtM3Jr7KPzzqsQK/?format=html&lang=pt>

TEIXEIRA, Carla Costa; LOBO, Andréa; ABREU, Luiz Eduardo (Orgs.). **Etnografias das instituições, práticas de poder e dinâmicas estatais**. Brasília: ABA Publicações, 2019. 490 p. Disponível em: <https://portal.abant.org.br/publicacoes/publicacao/147>

VERDUM, Ricardo; PAULA, Luís Roberto de (orgs.). **Antropologia da política indígena**: experiências e dinâmicas de participação e protagonismo indígena em processos eleitorais municipais (Brasil-América Latina). Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2020. Disponível em: <https://portal.abant.org.br/publicacoes/publicacao/152>

COMPONENTE CURRICULAR Antropologia das mobilidades, deslocamentos e migrações		CÓDIGO NOVO	
Departamento ou equivalente Departamento de Antropologia e Arqueologia			
CARGA HORÁRIA: 60hs	Distribuição de créditos		
Horas: 60h	T	P	EAD
Créditos: 4CR	4		
OBJETIVO Estudar os processos de mobilidades e deslocamentos da sociedade contemporânea e seus efeitos na construção de diferentes categorias de identificação: migrantes, refugiados, exilados, traficados, etc. Refletir sobre as negociações de fronteiras – geopolíticas, simbólicas, identitárias, de pertencimento – inerentes aos processos de mobilidade e deslocamentos, de recomposição da vida na sociedade de destino, assim como, a atualização dos vínculos com a sociedade de origem.			
EMENTA Os processos de deslocamentos na sociedade contemporânea em seus múltiplos sentidos: migração, refugiados de guerras, exílio político, deslocamentos forçados, etc. A relação entre esses processos de deslocamentos e marcadores sociais da diferença – como raça, gênero, religião, dentre outros – e seus efeitos nas negociações pela inserção em diversas instâncias sociais e estatuto de cidadania. A recomposição de modos de vida, identidades, subjetividades e vínculos de pertencimento a partir da condição de deslocado(a). Fluxos, mobilidades e deslocamentos como constituidores de modos de vida na sociedade contemporânea.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). Nações e diásporas: estudos comparativos entre Brasil e Portugal. Campinas: UNICAMP, 2010. 295 p. JARDIM, Denise Fagundes. Imigrantes ou refugiados? Tecnologias de controle e as fronteiras. Jundiaí: Paco Editorial, 2017. SPRANDEL, Marcia Anita. Lei de Migração: avanços em um contexto de atraso. In: LIMA, A. C. S. (Org.). A antropologia e a esfera pública no Brasil: perspectivas e prospectivas sobre a Associação Brasileira de Antropologia no seu 60º aniversário. Rio de Janeiro: E-Papers; Brasília: ABA Publicações, 2018. Disponível em: https://portal.abant.org.br/publicacoes/publicacao/144			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ASSIS, Glaucia de Oliveira. Os indesejados do século XXI: as crianças desacompanhadas detidas na fronteira México-EUA. Revista Tempo e Argumento , v. 14, n. 36, p. 01-30. Florianópolis, 2022. Disponível em: https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180314362022e0302			

DIAS, Guilherme Mansur. Governabilidade migratória e organismos internacionais. In: LIMA, A. C. S. (Org.). **A antropologia e a esfera pública no Brasil: perspectivas e prospectivas sobre a Associação Brasileira de Antropologia no seu 60º aniversário**. Rio de Janeiro: E-Papers; Brasília: ABA Publicações, 2018. Disponível em: <https://portal.abant.org.br/publicacoes/publicacao/144>

FACUNDO NAVIA, Ângela. A incomensurabilidade do horror: classificação e distinção nas experiências de desterro e exílio. **Revista de Antropologia**, v. 67, p. 1-22. São Paulo, 2024. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ra/issue/view/13365>

FELDMAN-BIANCO, Bela. O Brasil frente ao regime global de controle das migrações: direitos humanos, securitização e violências. **Revista Travessias**, v. XXXI, p. 11-36. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://travessia.emnuvens.com.br/travessia/article/view/642>

FRANÇA, Isadora Lins. Refugiados LGBTI no Brasil: categorias, sujeitos e diferenças. **Antropolítica**, v. 55, n. 2, p. 1-26. Niterói, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antopolitica/issue/view/2803>

JOSEPH, Handerson. Diáspora, refugiado, migrante: perspectiva etnográfica em mobilidade e transfronteiriça. **Sociedade e Cultura**, v. 20, p. 173-192. Goiânia, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/53071>

JARDIM, Denise Fagundes (org.). **Cartografias da imigração: interculturalidade e políticas públicas**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007. 271 p.

MACHADO, Igor José de Renó. Parentesco e diferencialidades: alternativas à identidade e às fronteiras étnicas no estudo das migrações. In: FELDMAN-BIANCO, B. (org.). **Desafios da antropologia brasileira**. Brasília: ABA, 2013. Disponível em: <https://portal.abant.org.br/publicacoes/publicacao/132>

SANJURJO, Liliana. “Nossos mortos têm voz”: deslocamentos sociais, afetos e ação política em perspectiva comparativa. In: LIMA, A. C. S. (Org.). **A antropologia e a esfera pública no Brasil: perspectivas e prospectivas sobre a Associação Brasileira de Antropologia no seu 60º aniversário**. Rio de Janeiro: E-Papers; Brasília: ABA Publicações, 2018. Disponível em: <https://portal.abant.org.br/publicacoes/publicacao/144>

SCHIOCCCHET, Leonardo. **Processos de pertencimento e organização social entre migrantes forçados árabes: contribuições teórico metodológicas**. Cachoeirinha: Fi, 2024. 512p. Disponível em: <https://portal.abant.org.br/publicacoes/publicacao/786215>

COMPONENTE CURRICULAR História da África	CÓDIGO 10900036
--	---------------------------

Departamento ou equivalente Departamento de História						
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4		Distribuição de créditos				
		T 4	E	P	EAD	EXT
OBJETIVO - Compreender as características geográficas do continente africano e os traços culturais característicos dos distintos grupos étnicos que ocupam o seu território. - Discutir a formação dos impérios na África Negra (século X-XV). - Problematicar acerca das influências exercidas pelo islamismo no continente africano. - Estudar as relações entre as nações europeias e os povos africanos, analisando o impacto da escravização dos negros, os efeitos da extinção do tráfico de escravos, a partilha do continente pelas grandes potências e o processo de descolonização a partir de meados do século XX.						
EMENTA A disciplina procura apresentar uma perspectiva ampla da trajetória dos povos do continente africano, estudando o espaço geográfico, as diferentes etnias ali presentes, a influência da religião muçulmana no norte do continente, a formação de impérios na África Negra, a chegada dos europeus, a escravização dos negros africanos, os efeitos da abolição, a partilha do continente africano pelas potências européias e o processo de descolonização posterior à 2ª Guerra Mundial						
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BRUNSCHWIG, Henri. A partilha da África. São Paulo: Perspectiva, 2004. CANEDO, Leticia Bicalho. A descolonização da Ásia e da África. São Paulo: Atual, 1994. SILVA, Alberto da Costa e. Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.						

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HERNANDEZ, Leila Leite. A África na sala de aula: visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005.

SILVA, Alberto da Costa e. A enxada e a lança: a África antes dos portugueses. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

SILVA, Alberto da Costa e. A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

THORNTON, John. A África e os africanos na formação do Mundo Atlântico - 1400-1800. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2004.

UNESCO. História Geral da África. São Paulo / Brasília: Cortez / UNESCO, 2011 (8 volumes).

COMPONENTE CURRICULAR História da África Colonial		CÓDIGO 10900091				
Departamento ou equivalente Departamento de História						
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4		Distribuição de créditos				
		T 4	E	P	EAD	EXT
OBJETIVO Estudar o impacto do colonialismo europeu sobre as populações do continente africano entre a segunda metade do século XIX e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).						
EMENTA Estudo do impacto do colonialismo europeu sobre as sociedades africanas entre os séculos XIX e XX.						

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AJAYI, J. F. Ade (org.). **História geral da África – v. VI: África do século XIX à década de 1880.** Brasília: Unesco, 2010. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000323.pdf>. Acesso em: dia mês ano.

BOAHEN, Albert Adu (org.). **História geral da África – v. VII: África sob dominação colonial, 1880-1935.** Brasília: Unesco, 2010. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000324.pdf>. Acesso em: dia mês ano.

MAZRUI, Ali (org.). **História geral da África – v. VIII: África desde 1935.** Brasília: Unesco, 2010. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000325.pdf>. Acesso em: dia mês ano.

OGOT, Bethwell Allan (org.). **História geral da África – v. V: África do século XVI ao XVIII.** Brasília: Unesco, 2010. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000322.pdf>. Acesso em: dia mês ano.

ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill (coord.). **O império africano, 1825-1890.** Lisboa: Estampa, 1998. (Nova História da Expansão Portuguesa, v. 10).

COMPONENTE CURRICULAR História da África Lusófona		CÓDIGO 10900064				
Departamento ou equivalente Departamento de História						
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4		Distribuição de créditos				
		T 4	E	P	EAD	EXT

OBJETIVO

Promover o desenvolvimento das capacidades de análise, síntese e crítica a partir da leitura de textos pertinentes ao estudo da história de países e regiões da África que foram colonizados por Portugal.

EMENTA

Abordagem crítica da história da África lusófona entre o século XV e os tempos atuais. Análise centrada em aspectos políticos, econômicos, étnicos e culturais das histórias de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, bem como de outras áreas que receberam a influência de Portugal e do Brasil. Análise do papel das colônias africanas na história de Portugal. África antes da chegada dos europeus. Portugal e comércio triangular com a África, a América e a Ásia. O comércio de escravos com Portugal. A partilha da África entre as potências europeias e o imperialismo português na África. A luta pela descolonização dos países africanos de língua portuguesa. Os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) no limiar do século XXI.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDERSON, Perry. **Portugal e o fim do ultracolonialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

BOXER, Charles R. **O império marítimo português, 1415-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ENDERS, Armelle. **História da África lusófona**. Lisboa: Inquérito, 1997. (1. ed. 1994).

HERNANDEZ, Leila Leite. **Os filhos da terra do sol: a formação do Estado-nação em Cabo Verde**. São Paulo: Selo Negro, 2002.

PANTOJA, Selma; SARAIVA, José Flávio Sombra (orgs.). **Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

PARREIRA, Adriano. **Economia e sociedade em Angola na época da rainha Jinga: século XVII**. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AZEVEDO, Licínio. **Diário da libertação: a Guiné-Bissau na nova África**. São Paulo: Versus, 1977.

AZEVEDO, Licínio. **Moçambique com os Mirage sul-africanos a 4 minutos**. São Paulo: Global, 1980.

AZURARA, Gomes Eanes de. **Crônica do descobrimento e conquista da Guiné**. Lisboa: Europa-América, s.d.

BOAVIDA, Américo. **Angola: cinco séculos de exploração portuguesa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

BRUNSCHWIG, Henri. **A partilha da África**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

CANOT, Théodore. **Memórias de um tratante de escravos**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1976. (1. ed. 1854).

CASCUDO, Luís da Câmara. **Made in África: pesquisas e notas**. 4. ed. São Paulo: Global, 2002. (1. ed. 1964).

CASTELNAU, Francis de. **Entrevistas com escravos africanos na Bahia oitocentista**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

CASTRO, Therezinha de. **África: geohistória, geopolítica e relações internacionais**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1981.

CAYOLA, Lourenço. **Sá da Bandeira**. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1969.

CÉSAR, Amândio. **O 1º Barão d'Água-Izé: João Maria de Sousa e Almeida (1816-1869)**. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1969.

COMITINI, Carlos. **África arde: lutas dos povos africanos pela liberdade**. Rio de Janeiro: Codecri, 1980.

COMPONENTE CURRICULAR	CÓDIGO
História da América I	10900028
Departamento ou equivalente	
Departamento de História	

CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4	Distribuição de créditos				
	T 4	E	P	EAD	EXT
OBJETIVO Objetivo Geral: Capacitar, qualificadamente, o/a aluno/a a desenvolver atividades ligadas à pesquisa na área de História da América do período colonial.					
EMENTA Origens do homem americano. Sociedades pré-colombianas. Expansão européia. O descobrimento e a conquista. A organização da conquista. Colonização espanhola. Colonização inglesa e formação dos E.U.A. Crise dos sistemas coloniais.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BETHELL, Leslie (org.). História da América Latina – v. I: América Latina colonial . São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1998. BETHELL, Leslie (org.). História da América Latina – v. II: América Latina colonial . São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1999. CHASTEEN, John Charles. América Latina: uma história de sangue e fogo . Rio de Janeiro: Campus, 2001. SCHWARTZ, Stuart B.; LOCKHART, James. A América Latina na época colonial . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. WASSERMAN, Cláudia (org.). História da América Latina: cinco séculos . Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000.					

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AZEVEDO, Francisca L. N. de; MONTEIRO, John Manuel (org.). **Raízes da América Latina**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1996.

BAUDOT, Georges. **La vida cotidiana en la América española en tiempos de Felipe II: siglo XVI**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

CARDOSO, Ciro F.; BRIGNOLI, Hector P. **História econômica da América Latina**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CARDOSO, Ciro F. S. **América pré-colombiana**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CARDOSO, Ciro F. S. **O trabalho na América Latina colonial**. São Paulo: Ática, 1988.

CARDOSO, Eliana; HELWEGE, Ann. **A economia da América Latina**. São Paulo: Ática, 1993.

CHONCHOL, Jacques. **Sistemas agrários em América Latina**. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

CUEVA, Agustín. **O desenvolvimento do capitalismo na América Latina**. São Paulo: Global, 1983.

DONGHI, Túlio Halperin. **História da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

DOWBOR, Ladislau. **A formação do Terceiro Mundo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

DUBY, Georges (org.). **A civilização latina: dos tempos antigos ao mundo moderno**. Lisboa: Dom Quixote, 1989.

FAVRE, Henri. **A civilização inca**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

FERREIRA, Jorge Luiz. **Incas e astecas: culturas pré-colombianas**. São Paulo: Ática, 1991.

FERRO, Marc. **História das colonizações: das conquistas às independências (séculos XIII a XX)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FRANCH, José Alcina. **Las claves de la América precolombina (30000 a. C.–1492)**. Barcelona: Planeta, 1992.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **Deus ou o ouro nas Índias (século XVI)**. São Paulo: Paulinas, 1993.

GENDROP, Paul. **A civilização maia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

KARNAL, Leandro. **Estados Unidos: da colônia à independência**. São Paulo: Contexto, 1990.

MAHN-LOT, M. **A conquista da América espanhola**. Campinas: Papirus, 1990.

MAURO, Frédéric. **Origens da desigualdade entre os povos da América**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MEGGERS, Betty J. **América pré-histórica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

O'GORMAN, Edmundo. **A invenção da América**. São Paulo: UNESP, [s.d. ou ano que constar na edição utilizada].

COMPONENTE CURRICULAR História da América II		CÓDIGO 10900031				
Departamento ou equivalente Departamento de História						
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4		Distribuição de créditos				
		T 4	E	P	EAD	EXT
OBJETIVO Objetivo Geral: Discutir os conteúdos da disciplina e relacionar com as possibilidades de apresentação dos mesmos no ensino.						

EMENTA

Organização dos estados nacionais na América Latina. América Latina nos séculos XIX e XX: relações com EUA e Europa; as sociedades; a economia; a política.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina – v. III: da independência até 1870**. São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1999.

BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina – v. IV: América Latina de 1870 a 1930**. São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1999.

CAMARGO, Fernando. **O Malón de 1801: a Guerra das Laranjas e suas implicações na América Meridional**. Passo Fundo: Clio Livros, 2001.

CHASTEEN, John Charles. **América Latina: uma história de sangue e fogo**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

DONGHI, Túlio Halperin. **História da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

ROUQUIÉ, Alain. **O Extremo-Occidente: introdução à América Latina**. São Paulo: EDUSP, 1991.

SADER, Emir; JINKINGS, Ivana. **Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe**. São Paulo: Boitempo, 2006.

WASSERMAN, Cláudia (org.). **História da América Latina: cinco séculos**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDERLE, Adám. **Los movimientos políticos en el Perú entre las dos guerras mundiales**. La Habana: Casa de las Américas, 1985.

BAMBIRRA, Vânia. **A Revolução Cubana: uma reinterpretação**. Coimbra: Centelha, 1975.

BIDEGAIN DE URÁN, Ana María. **Nacionalismo, militarismo e dominação na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1987.

BRIGNOLI, Héctor P.; CARDOSO, Ciro F. **História econômica da América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

BRUIT, Héctor H. (org.). **Estado e burguesia nacional na América Latina**. Campinas: Unicamp/Ícone, 1985.

CANO, Wilson. **Soberania e política econômica na América Latina**. São Paulo: Unesp, 2000.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, [s.d.]. (1. ed. 1970).

CARDOSO, Fernando Henrique; FONT, Maurício; SORJ, Bernardo (org.). **Economia e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CARDOSO, Eliana; HELWEGE, Ann. **A economia da América Latina**. São Paulo: Ática, 1993.

CARMAGNANI, Marcello (org.). **Federalismos latinoamericanos: México/Brasil/Argentina**. México: ECM/Fondo de Cultura Económica, 1993.

CASTRO, Josué; GERASSI, John; HOROWITZ, Irving Louis (org.). **Latin American radicalism: a documentary report on left and nationalist movements**. New York: Vintage Books, 1969.

CHERESKY, Isidoro; CHONCHOL, Jacques (comp.). **Crise e transformação dos regimes autoritários**. São Paulo; Campinas: Ícone; Unicamp, 1986.

CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT, Mario. **História do Cone Sul**. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora da UnB, 1998.

CUEVA, Agustín. **O desenvolvimento do capitalismo na América Latina**. São Paulo: Global, 1983.

DAYRELL, Eliane G.; IOKOI, Zilda M. G. (org.). **América Latina contemporânea: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro; São Paulo: Expressão e Cultura; Edusp, 1996.

DORATIOTO, Francisco. **Espaços nacionais na América Latina: da utopia bolivariana à fragmentação**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

GUADAGNI, Al[...] ← aqui você pode colar o restante da referência que eu reformato na sequência.

COMPONENTE CURRICULAR Cultura Brasileira e Identidade Nacional	CÓDIGO 10900043
--	-------------------------------

Departamento ou equivalente Departamento de História						
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4		Distribuição de créditos				
		T 4	E	P	EAD	EXT
OBJETIVO Discutir e problematizar as imagens construídas pela historiografia sobre o negro no Brasil, complexificando as representações destes nas instituições de memória do mesmo país.						
EMENTA História do negro no Brasil: historiografia; Representações dos afro-descendentes nos Museus.						
BIBLIOGRAFIA BÁSICA AL-ALAM, Caiuá Cardoso. A negra força da princesa: pena de morte, polícia e correção em Pelotas (1830-1857) . São Leopoldo: Unisinos, 2007. Dissertação (Mestrado em História). ALGRANTI, Leila Mezan. O feitor ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro . Petrópolis: Vozes, 1988. ARAUJO, Carlos Eduardo Moreira de. O duplo cativo: escravidão urbana e o sistema prisional no Rio de Janeiro, 1790-1821 . Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2004. Dissertação (Mestrado em História). ARRIADA, Eduardo. Pelotas: gênese e desenvolvimento urbano . Pelotas: Armazém Literário, 1994. ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. Pelotas: escravidão e charqueadas (1780-1888) . Porto Alegre: PUC-RS, 1995. Dissertação (Mestrado).						

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AL-ALAM, Caiuá Cardoso. **A negra forca da princesa: pena de morte, polícia e correção em Pelotas (1830-1857)**. São Leopoldo: Unisinos, 2007. Dissertação (Mestrado em História).

ALGRANTI, Leila Mezan. **O feitor ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro**. Petrópolis: Vozes, 1988.

ARAUJO, Carlos Eduardo Moreira de. **O duplo cativo: escravidão urbana e o sistema prisional no Rio de Janeiro, 1790-1821**. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2004. Dissertação (Mestrado em História).

ARRIADA, Eduardo. **Pelotas: gênese e desenvolvimento urbano**. Pelotas: Armazém Literário, 1994.

ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. **Pelotas: escravidão e charqueadas (1780-1888)**. Porto Alegre: PUC-RS, 1995. Dissertação (Mestrado).

Bibliografia complementar

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX**. São Paulo: Annablume, 2004.

BAKOS, Margareth; BERND, Zilá. **O negro: consciência e trabalho**. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

BARCELLOS, Daisy Macedo de et al. **Comunidade negra de Morro Alto: historicidade, identidade e territorialidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

CARVALHO, Daniela Vallandro. **“Entre a solidariedade e a animosidade”: conflitos e relações interétnicas populares em Santa Maria (1885-1915)**. São Leopoldo: Unisinos, 2005. Dissertação (Mestrado).

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil – século XIX)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da. **A difícil tradução: culturas africanas e afro-descendentes musealizadas**. São Paulo; Dakar, 2002.

COMPONENTE CURRICULAR Journal Club: Critical reading and evaluation of scientific papers		CÓDIGO 22000478				
Departamento ou equivalente Centro de Desenvolvimento Tecnológico						
CARGA HORÁRIA: Horas: 60 Créditos: 4		Distribuição de créditos				
		T 3	E	P	EAD	EXT 1
OBJETIVO Objetivo Geral: Familiarizar-se com a literatura científica e com os diferentes estilos de redação científica em inglês; Familiarizar-se com os componentes de um bom resumo, introdução, métodos, resultados e seção de discussão de um artigo redigido em inglês; Desenvolver competências de leitura crítica e avaliação da escrita científica em inglês; Ficar confortável em apresentar, questionar e discutir informações científicas com outros alunos, pós-docs, professores e o público em geral em inglês; Manter-se atualizado com as pesquisas atuais em áreas de relevância para a farmacologia e neurociência modernas, incluindo problemas pendentes, novas abordagens metodológicas e grandes avanços no conhecimento e no pensamento; Estimular a curiosidade intelectual e o entusiasmo pela ciência em geral e pela biotecnologia em particular; - Melhorar as habilidades de leitura e fala dos alunos em inglês.						

EMENTA

A leitura crítica e a avaliação de artigos científicos são algumas das habilidades de longo prazo mais importantes necessárias para o sucesso em ciências. Esta disciplina ensinará os elementos que possibilitam a leitura cuidadosa e o pensamento crítico dos artigos científicos e a comunicação de ciência na língua inglesa.

As ações de extensão dessa disciplina estarão relacionadas às ações previstas no “Programa G-Biotec na comunidade: ações extensionistas”, registrado com o código 269 no Cobalto.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Sampieri, Roberto Hernández; Collado, Carlos Fernández; Lucio, Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso; São Paulo: McGraw Hill Brasil, 2013. ISBN 9788565848282.

PEREIRA, M. et al. **Artigos científicos: como redigir, publicar e avaliar**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. Livro eletrônico. ISBN 978-85-277-2121-9.

VOLPATO, Gilson Luiz. **Bases teóricas da redação científica: por que seu artigo foi negado?** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007. 126 p. ISBN 8598605159.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASCHWANDEN, Christie. **Five reasons why COVID herd immunity is probably impossible**. *Nature*, v. 591, p. 520-522, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/d41586-021-00728-2>. Acesso em: dia mês ano.

FALCON, Benjamin et al. **Novel tau filament fold in chronic traumatic encephalopathy encloses hydrophobic molecules**. *Nature*, v. 568, p. 420-423, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41586-019-1026-5>. Acesso em: dia mês ano.

KWON, D. **Genetic therapies for brain diseases**. *Nature*, v. 592, p. 180-183, 2021.

FERNIE, A. R.; YAN, J. **De novo domestication: an alternative route toward new crops for the future**. *Molecular Plant*, v. 12, p. 615-631, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.molp.2019.03.016>. Acesso em: dia mês ano.

YU, X. et al. **A novel nanohybrid antimicrobial based on chitosan nanoparticles and antimicrobial peptide microcin J25 with low toxicity**. *Carbohydrate Polymers*, v. 253, 117309, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.carbpol.2020.117309>. Acesso em: dia mês ano.

4. METODOLOGIAS DE ENSINO E SISTEMA DE AVALIAÇÃO

4.1. METODOLOGIAS, RECURSOS E MATERIAIS DIDÁTICOS

O Regulamento do Ensino de Graduação da UFPel aprovado em 2018, prevê em seu Art. 3º que “os cursos de graduação serão orientados, respeitando a diversidade de ideias e de concepções teórico-metodológicas, por princípios educativos promotores da integração entre ensino, pesquisa e extensão nos processos de ensino e de aprendizagem” (UFPEL, 2018, p. 5). Nesse sentido, o presente PPC persegue o cumprimento desses princípios de forma relacional, considerando tanto as dimensões formativas específica, complementar e em extensão dispostas no Regulamento, quanto os eixos formativos estruturante, interdisciplinar, complementar e profissional previstos nas DCNs dos cursos de RI.

No âmbito das DCNs, ressalta-se que a concepção do presente PPC também procurou primar pelos princípios da “transversalidade da interdisciplinaridade” e “da flexibilidade da estrutura curricular do curso”, especialmente na construção de oportunidades institucionais que permitam a realização de disciplinas optativas junto a outros cursos e departamentos e no estímulo à realização de atividades complementares proporcionadas por outros cursos, as quais contribuam para o perfil do egresso.

Dessa forma, o curso de RI da UFPel procura incentivar e adotar uma pluralidade de estratégias, recursos, materiais e procedimentos metodológicos de ensino-aprendizagem, valendo-se cada vez mais da incorporação das TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) para aprimorar e qualificar as habilidades e competências exigidas na formação do(a) internacionalista. Nota-se que esse processo foi intensificado a partir do contexto pandêmico iniciado em março de 2020, o qual exigiu uma readequação da instituição para a realização do ensino emergencial remoto. Nesse sentido, foi desenvolvido o sistema *E-aula* pelo Comitê UFPel Digital, plataforma que utiliza uma versão atualizada do Moodle. Esse *software* dispõe de vários recursos que estimulam a criatividade e a horizontalidade nos processos de ensino e aprendizagem – virtual e/ou presencial –, assim como o protagonismo discente e articulação teórico-prática dos componentes curriculares. Trata-se, portanto, de uma ferramenta aliada às propostas inovadoras, ativas e contemporâneas para o ensino superior.

A vinculação epistemológica com as Ciências Humanas e Sociais faz com que grande parte do processo de ensino e aprendizado dos componentes curriculares na formação específica se dê através de leitura²², escrita e exposição oral por meio de diferentes dinâmicas individuais e grupais, em aulas expositivas e dialogadas, para o desenvolvimento das habilidades e competências acadêmico-científicas e profissionais²³. Há também os projetos, que estimulam aspectos práticos e aplicação do conhecimento, para o atendimento do perfil do egresso.

Quanto à formação complementar (atividades de ensino, pesquisa e extensão) e à extensão curricular (integralização curricular de projetos de extensão nos quais os estudantes são ativos), tem-se, especialmente, o cruzamento com os eixos complementar e profissional das DCNs dos cursos de RI. Esta dupla exigência requer uma diversificação de projetos e propostas que utilizem as mais variadas estratégias para o desenvolvimento das competências e habilidades relacionadas ao perfil do egresso. Assim, o presente PPC procura assegurar uma formação acadêmica e científica de qualidade e excelência ao seu corpo discente, considerando também a importância da inserção profissional no mundo do trabalho e da articulação entre teoria e prática.

**Quadro dos projetos de Extensão do Curso de Relações Internacionais da
Universidade Federal de Pelotas**

Título do Projeto	Coordenador(es)	Data de Início	Data de Fim
Vozes do Mundo Códigos (1503 e 5959)	Professor Fábio Amaro da Silveira Duval.	13/03/2019	02/12/2027
Pelotas Model United Nations - Pelotas MUN(Código:3125)	Professor William Daldegan	08/06/2020	31/12/2027
Educação em Direitos Humanos: Podcast "Café com Direito" (Código: 7712)	Professora Márcia Rodrigues Bertoldi	04/03/2024	30/12/2026

²² A UFPel dispõe de um acervo físico e virtual bastante variado em seu conjunto de bibliotecas e em plataformas digitais assinadas pela instituição, as quais oferecem diversos periódicos de referência nacional e internacional para a área.

²³ É recomendável que os processos de avaliação sejam variados em número e tipo, podendo-se adotar outras formas além da prova escrita, a critério de cada docente. São exemplos: provas orais, trabalhos científicos, controles de leitura, debates e discussões, apresentação de seminários, relatórios, confecção de *papers*, artigos ou ensaios, pesquisas de campo, pesquisas bibliográficas, dentre outros.

VOZES CRÍTICAS -- CAFÉ GEOPOLÍTICO (Código: 3030)	Professor Charles Pennaforte (Coordenador) e Professora Silvana Schimanski (Coordenadora Adjunta)	01/08/2023	31/07/2026
Política externa em debate (pexdebate) (Código: 10304)	Professora Fernanda de Moura Fernandes	06/11/2025	06/11/2027
Sul-Sur Fairtrade – Cooperativa Júnior (Código: 7627) Parte do Programa de Extensão: Comércio Justo (Fair Trade) e Relações Internacionais (Código: 537)	Professor Antônio Carlos Martins da Cruz	Projeto: 2024 Programa: 01/03/2024	Projeto: 2025 Programa: 18/12/2027
ComJus: fórum comunitário de estudos sobre comércio justo (international fair trade) e ODSs Parte do Programa de Extensão: Comércio Justo (Fair Trade) e Relações Internacionais	Professor Antônio Carlos Martins da Cruz	Projeto: 29/01/2024 Programa: 01/03/2024	Projeto: 18/02/2027 Programa: 18/12/2027
MigraRI (Código: 8634)	Professor Rafael Assumpção Rocha	Projeto 09/12/2024	Projeto 23/09/2028

De acordo com a Resolução CONSUN nº 121/2025, a universidade conta, atualmente, com a Coordenação de Acessibilidade (COACE), órgão responsável por promover, desenvolver e efetivar políticas e ações voltadas ao acesso, à permanência e ao desempenho com qualidade e êxito em todos os âmbitos, espaços e contextos da instituição. Em relação ao desenvolvimento e acompanhamento pedagógico dos estudantes com deficiência e/ou necessidade especiais, destaca-se que o curso tem contado nos últimos anos com o apoio e o suporte fundamental do Seção de Atendimento Educacional Especializado (SAEE) da Universidade, órgão responsável pela promoção da acessibilidade e da inclusão de estudantes com deficiência e necessidades educacionais específicas.

4.2. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM

O NDE e o Colegiado do curso de RI partem do princípio de que a avaliação é um exercício contínuo e cumulativo, prezando sobretudo pelos aspectos qualitativos e pelos resultados obtidos ao longo do processo de ensino-aprendizagem por parte do discente. As avaliações seguem os dispositivos previstos no Capítulo V do Regulamento de Ensino de Graduação (Resolução No. 29, de 13 de Setembro de 2018), o qual prevê que o aproveitamento acadêmico se dá pelo desempenho acadêmico obtido e a frequência em cada componente curricular.

Quanto aos instrumentos de avaliação, recomenda-se que sejam variados em número e tipo, podendo-se adotar outras formas além da prova escrita, a critério do professor. São exemplos: provas orais, trabalhos científicos, controles de leitura, debates e discussões, apresentação de seminários, relatórios, *papers*, pesquisas de campo, pesquisas bibliográficas, dentre outros. Cada docente possui a autonomia para desenvolver suas estratégias didático-pedagógicas, bem como as dinâmicas das avaliações nas disciplinas que ministra.

No curso de Relações Internacionais, o desempenho acadêmico nas disciplinas será expresso em notas, conforme dispõe o Artigo 150 do Regulamento de Ensino da Graduação:

Art. 150. O resultado do desempenho discente, em cada componente curricular, poderá ser expresso por meio de notas ou conceitos, conforme o projeto pedagógico do curso.

§1º No caso do curso que optar por nota, esta deve ser expressa de 0 a 10, sendo considerado aprovado sem exame o discente que obtiver nota 7, conforme definido no Regimento Geral da Universidade.

§2º O aluno que tiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) e obtiver média semestral entre 3 (três) e 6,9 (seis inteiros e nove décimos), terá direito a exame.

§3º A aprovação após exame será obtida se a média entre a nota do exame e a média semestral for igual ou superior a 5,0 (cinco).

§4º No caso do curso que optar por conceito, deve ficar explícito no projeto pedagógico do curso qual conceito dará direito à progressão, qual conceito permitirá exame e qual conceito implicará em retenção.

§5º É vedado aos cursos de graduação da UFPel utilizar no mesmo curso duas formas de expressão de resultados do desempenho acadêmico, exceto os componentes curriculares de Estágio e TCC.

§6º Estágios curriculares e Trabalhos de Conclusão de Curso não são passíveis de exame pela natureza da atividade, sendo necessária a obtenção da média 7 (sete) para aprovação (UFPEL, 2018, p. 30).

Quanto ao controle de frequência, será realizado pelo docente, o qual é responsável pela alimentação do Sistema Integrado de Gestão Cobalto (permitindo o acompanhamento, pelos

discentes). Para que seja aprovado, além das médias mínimas previstas, o acadêmico deverá possuir frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento), além das notas.

Uma vez que as datas e prazos que orientam o curso são aquelas previstas no Calendário Acadêmico da Universidade, a Semana de Exames de cada semestre letivo, para os cursos de graduação, são amplamente divulgadas.

Quanto ao TCC regulamentado por este projeto pedagógico, optou-se pelo conceito de aprovação e reprovação em detrimento de nota numérica, como o é nas demais disciplinas do curso. Os critérios de avaliação do TCC podem ser conferidos no APÊNDICE VI do presente.

No âmbito particular das disciplinas ministradas, tem-se o entendimento de que cada docente trabalhará, eventuais limitações encontradas, de modo a repensar atividades que auxiliem a superação das dificuldades apresentadas, seja pela turma, seja por discentes individualmente. Essa concepção de avaliação assume o compromisso com a aprendizagem efetiva na continuidade do estudo, dando aos alunos(as) a oportunidade de aprendizagem por caminhos possíveis e efetivos. Respeita-se, assim, a diversidade de características individuais e educacionais, de acordo com as especificidades de cada trajetória e ritmos de aprendizado. Além disso, procura-se, dentro de cada contexto, desenvolver as habilidades e competências previstas e desejadas para o perfil do egresso.

Ressalta-se também a existência do Grupo de Interlocução Pedagógica (GIP)²⁴, existente no IFISP, como espaço para discussão e suporte na mediação pedagógica de situações relacionadas ao ensino e à aprendizagem no curso.

4.3. APOIO AO DISCENTE

Na UFPel, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) foi criada no ano de 2007, a partir da identificação da necessidade de atendimento aos estudantes de diversas partes do país, ingressantes através do Sistema de Seleção Unificada (SISU), que passaram a demandar a ampliação do programa de moradia estudantil e a criação de alojamento provisório, aumentando a capacidade de atendimento dos estudantes, com uma estrutura mais adequada para responder

²⁴ A Resolução COCEPE nº 15, de 25 de maio de 2017, criou o Programa Institucional de Pedagogia Universitária, sendo os Grupo de Interlocução Pedagógica (GIPs) importantes instrumentos no sentido de estreitar e aprofundar os laços entre a Coordenação de Pedagogia Universitária e as Unidades Acadêmicas da UFPel.

positivamente a essas demandas e a outras, que foram se apresentando com a consolidação dessa forma de ingresso na UFPel.

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) conta, atualmente, com a seguinte composição: Coordenação de Ingresso e Benefícios (CIB) e Coordenação de Permanência (CP). Assim, a PRAE deixou de atuar somente no âmbito da assistência direta e passou a trabalhar com políticas mais amplas de inclusão e permanência, voltadas não só para o apoio financeiro, mas apoio psicossocial e ações voltadas a questões envolvendo gênero e etnia. A PRAE também tem políticas voltadas ao lazer e à cultura, promovendo acesso a eventos através de editais, nos quais podem participar quaisquer estudantes matriculados nos cursos de graduação da UFPel. A UFPel também provê serviços de apoio psicopedagógico através da Pró-Reitoria de Ensino e da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis.

Atualmente, a UFPel conta com três restaurantes universitários, a saber: RU Unidade Centro (Rua Félix da Cunha, nº 710), RU Campus Anglo e RU Capão do Leão. Nesse sentido, ofertando alimentação acessível e de qualidade, a universidade a cada ano se empenha em aprimorar sua infraestrutura para receber seus alunos. As aulas do curso de RI ocorrem em endereço bem localizado, no centro da cidade. O corpo discente e docente, dessa forma, possui acesso a diferentes cafés e pontos para cópias e impressões.

A universidade conta ainda com políticas de assistência estudantil e o estímulo ao desenvolvimento acadêmico por meio do Programa de Bolsas Acadêmicas (PBA), conforme a Resolução COCEPE nº 05/2014. Com apoio de tais Programas de Bolsa, o Curso vem incentivando projetos que busquem qualificar cada vez mais a identidade da formação profissional, bem como tentando minimizar a evasão e a reprovação, com monitorias, projetos de ensino, pesquisa e extensão.

Como já mencionado, em termos de infraestrutura e acessibilidade, a universidade conta, com a Seção de Atendimento Educacional Especializado (SAEE), órgão responsável por promover a acessibilidade e a inclusão de estudantes com deficiência e necessidades educacionais especiais, o qual oferece suporte aos alunos no sentido de promover e auxiliar na acessibilidade e inclusão de discentes portadores de Deficiências, Transtorno do espectro Autista e Altas Habilidades e/ou Superdotação, assim como em relação a outras situações desta mesma categoria na qual o aluno e/ou a Coordenação necessitem de apoio ou orientações.

As reuniões com os colegas do SAEE são realizadas no âmbito do Colegiado do curso para construir estratégias de inclusão em termos de abordagem de conteúdos durante as aulas,

adaptação de atividades avaliativas e oferecimento de materiais didáticos adequados a cada caso.

A Coordenação do Colegiado de Curso trabalha ativamente no acolhimento dos acadêmicos desde seu ingresso, além de atuar também durante todo o curso, de forma comprometida, para atender as necessidades de cada discente, desde as dificuldades de adaptação até aquelas que envolvem o percurso acadêmico. Nesse sentido, a representação discente do CARI (Centro Acadêmico de Relações Internacionais) possui um canal constantemente aberto para o envio de demandas e sugestões ao NDE e ao Colegiado, garantido pelo assento permanente no Colegiado do curso. O curso costuma realizar assembleias gerais quando necessário, havendo também assembleias estudantis promovidas pelo CARI pelo mínimo uma vez ao semestre. Os calouros são recepcionados anualmente através de atividades de boas-vindas que visam apresentar o curso e a universidade realizada todos os anos pela coordenação vigente. Lembra-se que a instituição disponibiliza em seu site principal o Guia do Estudante, material fundamental de orientação e acolhimentos para os estudantes ingressantes (UFPEL, 2021).

5. GESTÃO DO CURSO E PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

A gestão do curso é realizada considerando a autoavaliação institucional e o resultado das avaliações externas como insumo para aprimoramento contínuo do planejamento do curso, com evidência da apropriação dos resultados pela comunidade acadêmica e existência de processo de autoavaliação periódica do curso.

Neste sentido, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UFPel constitui-se, nos termos da Lei 10.861/04, no órgão responsável pela condução dos processos de avaliação interna da UFPEL, assim como pela sistematização e prestação das informações solicitadas pelo INEP para fins de avaliação institucional. A CPA, nos termos da mesma Lei, atua de forma autônoma em relação aos Conselhos e todos os demais Órgãos Colegiados da UFPel, devendo conduzir a avaliação institucional de forma a abranger, no mínimo, as seguintes dimensões exigidas pela lei:

a) A missão e o plano de desenvolvimento institucional;

- b) A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão, a prestação de serviços e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
- c) A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- d) A comunicação com a sociedade;
- e) As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- f) Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
- g) Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
- h) Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;
- i) Políticas de atendimento aos estudantes;
- j) Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

Além disso, o Núcleo de Regulação de Cursos – NRC – ligado à Pró-Reitoria de Ensino (PRE), é responsável pelo acompanhamento e gestão dos processos regulatórios dos cursos de graduação da UFPel, relativos ao Sistema de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Suas atribuições são:

- 1) Planejar, dirigir, coordenar e orientar as atividades de gestão dos atos regulatórios emitidos pelo Ministério da Educação e suas autarquias;
- 2) Apoiar as atividades desenvolvidas pela comissão permanente de avaliação;
- 3) Apoiar e coordenar as ações das coordenações de curso em relação ao ENADE;

- 4) Informar os dados institucionais ao Censo Superior e acompanhar os avaliadores do INEP durante as auditorias de verificação.
- 5) Prover, monitorar e manter atualizados os dados da instituição junto aos diversos órgãos de regulação e supervisão do ensino superior;
- 6) Orientar as coordenações quando da ocorrência de diligências ou Protocolos de compromisso;
- 7) Orientar e Acompanhar os cursos durante as visitas *in loco*.

A elaboração e a formulação dos projetos pedagógicos do Curso de Relações Internacionais é de responsabilidade do Núcleo Docente Estruturante (NDE), passando pela análise e aprovação do Colegiado do curso. Após aprovação do Curso, o projeto é submetido à Coordenadoria de Ensino e Currículo, Pró-Reitoria de Graduação e COCEPE.

É sobretudo através do NDE e do Colegiado que o Curso de Relações Internacionais realiza suas avaliações internas, contemplando dimensões de impactos e relações externas com a comunidade universitária. A gestão acadêmica do curso é conduzida pelo seu Colegiado e sua Coordenação e conta com o suporte fornecido pelo técnico-administrativo no secretariado de suas rotinas administrativas e burocráticas. Ao longo de uma década de existência, é possível afirmar que o curso de RI da UFPel procura se alinhar ao contexto nacional dos cursos de RI das universidades públicas, perseguindo seu fortalecimento institucional, inserção local e projeção nacional.

Também cabe mencionar que os discentes, no COBALTO, podem avaliar, via formulário eletrônico, itens referentes ao curso, à infraestrutura, aos docentes, aspectos pedagógicos, didáticos e gerais da universidade. O Curso, via Colegiado e NDE, também realiza autoavaliação via Formulário Institucional de Autoavaliação do Curso (FIAC) e que vem possibilitando avaliações, por exemplo, quanto à Dimensão Didático-Pedagógica e de infraestrutura, o que tem permitido identificar a necessidade de novas qualificações ao Curso. A unidade também está em fase de finalização do Plano de Desenvolvimento da Unidade, em que se avalia os espaços institucionais, os projetos, a situação atual do curso como um todo, para então projetar o planejamento da instituição em três dimensões: a estratégica, a tática e a operacional, com participação de docentes, técnico-administrativos e discentes.

5.1. COLEGIADO DE CURSO

O Colegiado de curso é o órgão de coordenação didática que tem por finalidade superintender o ensino no âmbito dos cursos de graduação. São atribuições do Colegiado do Curso de Relações Internacionais, conforme previsto no Regimento da UFPel:

- I. coordenar e supervisionar o curso;
- II. receber reclamações e recursos na área do ensino;
- III. apreciar os pedidos de transferência e estudar os casos de equivalência de disciplinas de outras Universidades ou Unidades de Ensino para efeitos de transferência;
- IV. elaborar ou rever o currículo, submetendo-o ao Conselho Coordenador do Ensino da Pesquisa e da Extensão;
- V. propor ao Conselho Coordenador do Ensino da Pesquisa e da Extensão, a organização curricular dos cursos correspondentes;
- VI. emitir parecer sobre os processos relativos a aproveitamento de estudos e adaptação, mediante requerimento dos interessados;
- VII. assegurar a articulação entre o ciclo básico e o ciclo profissional do curso correspondente;
- VIII. estabelecer normas para o desempenho dos professores orientadores;
- IX. emitir parecer sobre recursos ou representações de alunos sobre matéria didática;
- X. aprovar o Plano de Ensino das disciplinas do curso correspondente;
- XI. aprovar a lista de ofertas das disciplinas do curso correspondente para cada período letivo;
- XII. propor aos Departamentos correspondentes os horários mais convenientes para as disciplinas de seu interesse;
- XIII. elaborar seu Regimento, para aprovação pelo Conselho Coordenador do Ensino da Pesquisa e da Extensão (UFPEL, 1977, s/p).

Portanto, o Colegiado do Curso é o órgão consultivo, deliberativo e executivo das atividades político-administrativas e acadêmicas, exercendo a coordenação didática e pedagógica, cuja finalidade é supervisionar o ensino, a pesquisa e a extensão no âmbito do Curso. Para tanto, orienta-se pelos procedimentos institucionais da unidade acadêmica ao qual se vincula, o IFISP, assim como todas as regulamentações da Universidade.

O Colegiado é dirigido por um Coordenador. Segundo o Art.127 do Regimento da UFPel (1977), compete ao Coordenador do Curso:

- I integrar o Conselho Universitário , quando for o caso;
- II presidir os trabalhos do Colegiado de Cursos;
- III responder, perante o Conselho Coordenador do Ensino da Pesquisa e da Extensão, pela eficiência do planejamento e coordenação das atividades de ensino do curso correspondente;
- IV fiscalizar o cumprimento da legislação federal de ensino relativa ao curso;
- V coordenar a atividade de orientação discente no âmbito do respectivo curso;
- VI designar os professores-orientadores;
- VII receber e encaminhar os processos dirigidos ao Colegiado de Curso;
- VIII solicitar aos chefes de Departamentos as providências necessárias ao regular funcionamento do curso;
- IX cumprir e fazer cumprir as decisões do Colegiado de Curso;
- X assegurar o regular funcionamento do colegiado de curso, dentro das normas do Estatuto e do Regimento da Universidade e Resolução do Conselho Coordenador do Ensino da Pesquisa e da Extensão;
- XI comunicar ao Diretor da Unidade correspondente as faltas não justificadas de professores às reuniões do Colegiado (UFPEL, 1977, s/p.).

O Colegiado do Curso de Relações Internacionais tem na sua estrutura administrativa uma secretaria que conta com um técnico-administrativo encarregado dos trabalhos envolvendo a organização administrativa e burocrática do curso, tais como: acompanhamento de registros acadêmicos, matrículas e currículos; recebimento de atividades complementares, documentos, processos e solicitações; convocações das reuniões; distribuição dos horários semestrais; atendimento aos discentes e docentes; elaboração das atas; dentre outras atividades referentes às rotinas burocráticas acadêmicas. As reuniões ordinárias e extraordinárias ocorrem mediante *quórum* de maioria simples, sendo suas convocações enviadas aos membros do Colegiado com o mínimo de 24 horas de antecedência e suas atas lavradas e assinadas via SEI/UFPEL.

5.2. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

De acordo com a Resolução n. 22 de 19 de Julho de 2018 que dispõe sobre o NDE dos cursos na UFPel (UFPEL, 2018a, p. 1 e 2), o Núcleo Docente Estruturante (NDE) possui “caráter consultivo, propositivo e de assessoria sobre matéria acadêmica, para acompanhamento

e avaliação do curso, responsável e atuante nas definições do Projeto Pedagógico e das suas necessidades, a partir da elaboração, da implementação, da atualização e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso”. De acordo com seu Art. 2º, são suas atribuições:

- I. Propor, organizar e encaminhar, em regime de colaboração, a elaboração, reestruturação e atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), definindo concepções e fundamentos;
- II. Promover melhorias no Currículo do Curso tendo em vista a sua flexibilização e a promoção de políticas que visem sua efetividade;
- III. Contribuir para consolidação do perfil profissional do egresso e melhora geral da qualidade do Curso ao qual se vincula, realizando estudos e atualizações periódicas do PPC, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e análise da adequação do perfil do egresso, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais e as novas demandas do mundo do trabalho e da sociedade;
- IV. Acompanhar o desenvolvimento do PPC, referendando, por meio de relatório redigido e assinado por todos os seus membros, a adequação das bibliografias básicas e complementares do curso, de modo a garantir compatibilidade, em cada bibliografia básica e complementar da unidade curricular, entre número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros cursos que utilizem os títulos) e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo, seja físico ou virtual;
- V. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Nacionais para os cursos de graduação e demais legislações relacionadas;
- VI. Acompanhar e apoiar o cumprimento das normas de graduação da UFPel e demais normas institucionais aplicáveis;
- VII. Estudar políticas que visem à integração do ensino de graduação, da pesquisa e pós-graduação e da extensão, considerando o aprimoramento da área de conhecimento do curso;
- VIII. Encaminhar à Direção da Unidade as demandas referentes à aquisição de títulos virtuais ou físicos, para adequação das referências bibliográficas ao PPC do Curso;
- IX. Disponibilizar o relatório referendado de bibliografias aos avaliadores do INEP/MEC, durante as visitas in loco para fins de autorização, reconhecimento, renovação de reconhecimento de curso ou credenciamento institucional;
- X. Acompanhar e apoiar os processos de avaliação e regulação do Curso.

Ainda de acordo com a mesma Resolução (UFPEL, 2018), o NDE deve ser constituído por um mínimo de 5 (cinco) professores pertencentes ao curso, possuindo o(a) Coordenador(a) como seu presidente. O mandato de seus membros é de três anos, devendo ser asseguradas as estratégias de renovação parcial dos seus integrantes. Pelo menos 60% dos membros do NDE deve possuir pós-graduação *stricto sensu* e pelo menos 40% dos seus integrantes deve possuir o título de doutor; 40% deve possuir dedicação exclusiva; e, 80% deve possuir formação acadêmica na área do curso.

O NDE responsável pela confecção deste PPC atende a todos esses requisitos, sendo atualmente composto pelos 7 (sete) docentes que assinam este documento.

5.3. AVALIAÇÃO DO CURSO E DO CURRÍCULO

As reuniões periódicas do Colegiado e do NDE cumprem um papel fundamental no que diz respeito ao acompanhamento do curso e sua dinâmica de funcionamento, tanto administrativa quanto didático-pedagógica.

Cabe mencionar que no ano de 2014, o curso passou pelo seu primeiro processo de reconhecimento, sendo este reconhecido nos termos da Portaria nº 70 de 29/01/2015, publicada no D.O.U. de 30/01/2015. O Relatório da Comissão de Avaliadores foi o primeiro instrumento que orientou as discussões do NDE em relação ao aprimoramento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, necessárias no processo de consolidação do curso de RI da UFPel. Nesse sentido, houve a concretização dos esforços institucionais para a contratação de dois novos docentes com formação em nível de pós-graduação em RI, no ano de 2019; isto permitiu a ampliação na oferta de projetos de ensino e pesquisa, bem como de ações de extensão na área de formação do curso.

É importante destacar a institucionalização de Projeto Unificado, intitulado Relações Internacionais da UFPel: seus 10 anos e novas perspectivas (2979), destinado a analisar dados institucionais necessários ao aperfeiçoamento da qualidade do curso. Este projeto, coordenado por docentes vinculadas ao Colegiado e ao NDE, tem como objetivo avaliar e implementar melhoras no curso, a partir de ações como: acompanhamento da qualidade do ensino (por meio de questionários dirigidos); do estudo do perfil dos egressos; e do diálogo com os discentes acerca do PPC e sua reformulação.

Em relação à qualidade das disciplinas, os formulários de avaliação discente disponibilizados pelo sistema Cobalto ao final de cada semestre são fundamentais para o *feedback* dado pelos estudantes respondentes em relação a diferentes aspectos relacionados à dinâmica de ensino e aprendizagem adotados por cada docente²⁵

²⁵ No formulário de Avaliação Docente, semestralmente disposto como método de avaliação discente do docente, destacam-se os seguintes itens a serem avaliados pelos discentes: Quanto à clareza e à objetividade do professor nas suas explicações sobre o conteúdo da disciplina; Quanto à disposição do professor para tirar dúvidas e explicar os conteúdos; Quanto ao conhecimento que o professor demonstra ter sobre o conteúdo da disciplina e a forma como o relaciona ao curso e à profissão; Quanto ao cumprimento do horário e ao comparecimento do professor às aulas; Quanto ao estímulo que o professor dá para a aprendizagem e a participação dos estudantes nas atividades da disciplina e ao respeito frente a eventuais limitações ou insucessos dos discentes; Quanto aos métodos de avaliação utilizados pelo professor em relação aos objetivos e aos conteúdos da disciplina; Quanto às informações prestadas pelo professor sobre as regras, a metodologia de funcionamento, bibliografia e os objetivos da disciplina; Quanto às tecnologias utilizadas pelo professor na disciplina e os materiais de apoio às aulas.

Em termos quantitativos, o ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes) aparece como um indicador importante do trabalho que envolve as várias relações entre conteúdos ministrados e apreendidos. Em 2015, o curso de RI da UFPel recebeu nota 4 no Exame do ENADE; em 2018, a nota caiu para 3, sendo um dos fatores decisivos para a reestruturação institucional sofrida pelo curso e que culminaram na construção e atualização do presente PPC.

De forma estrutural, pode-se afirmar que a profunda avaliação do curso e do seu currículo redundaram na demanda por alocação institucional aprovada pelo CONSUN por quase unanimidade em novembro de 2019. Este novo PPC representa e reflete a avaliação substantiva do curso e do seu currículo feita por docentes e discentes do curso.

6. ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

O acompanhamento dos egressos do curso será realizado, principalmente, por meio do Portal do Egresso (<http://wp.ufpel.edu.br/egresso/>) desenvolvido pela própria Universidade, no ar desde 2016. O objetivo do portal é cadastrar os alunos que tiveram formação na instituição a partir da sua fundação, a fim de aproximá-los por meio das informações recebidas, bem como avaliar o percurso dos egressos e oportunizar a permanente melhoria dos cursos e possíveis reformas curriculares. O colegiado de RI divulgará o portal e incentivará os alunos egressos a participar desta iniciativa da Universidade com vistas a formar um banco de dados significativo do curso.

No ano de 2020, entretanto, considerando a baixa adesão ao preenchimento do Portal do Egresso, pelos egressos de Relações Internacionais, teve início a primeira pesquisa do perfil do egresso, no âmbito do Projeto Unificado Relações Internacionais da UFPel: seus 10 anos e novas perspectivas (2979). Este projeto tem como objetivo geral promover variadas ações que permitam tanto conhecer o perfil do curso e de seus egressos, quanto criar oportunidades para a inovação nas futuras atividades do Curso.

Considerando que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a graduação em Relações Internacionais foram publicadas no ano de 2017 (Resolução n. 4, de 04 de outubro de 2017) e que até este momento, diagnósticos sobre o Curso ainda não foram realizados, este projeto

contribuirá tanto no processo de reformulação do PPC, quanto na abertura de novas linhas de ação: (i) para a atualização do currículo; (ii) promoção do curso junto à comunidade interna e externa; (iii) interação entre docentes, discentes e egressos.

Ao longo do projeto, pretende-se realizar diferentes ações:

- Ações de pesquisa para o levantamento do perfil do egresso, produção acadêmica do Curso, entre outros.

- Ações de ensino, como por exemplo:

- Realização de Encontro de Acolhida dos acadêmicos ingressantes; realização de Aula Magna;

- Palestras, rodas de conversa ou minicursos com egressos atuantes no mundo do trabalho ou no meio acadêmico;

- Apresentação do Diretório Acadêmico, dos grupos de pesquisa do curso, das linhas de pesquisa dos diferentes professores, dos laboratórios entre outras atividades;

- Rodas de Conversa sobre o PPC, orientações no que diz respeito às disciplinas optativas e obrigatórias, formação profissional e áreas de atuação;

- Ações de extensão, tais como visitas técnicas; palestras com profissionais e convidados que atuem em áreas com interface internacional.

A partir dessas ações, busca-se promover a interação entre discentes atuais e egressos, além de acompanhar os desafios contemporâneos para a inserção dos profissionais formados.

Por fim, o NDE poderá analisar os resultados referentes ao ENADE, a fim montar banco de dados sobre o desempenho dos egressos, que servirá de subsídios para futuras ações de aprimoramento do curso e sua gestão.

Essas informações apoiam e fundamentam o desenvolvimento e o acompanhamento do PPC, bem como promovem o aperfeiçoamento continuado no processo de avaliação do curso, a partir da percepção de necessidades do mundo do trabalho e do meio acadêmico.

7. INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

De acordo com o PPI (2003), a UFPel é uma instituição federal que possui uma política institucional que engloba ensino, pesquisa e extensão de forma indissociável. Nesse sentido, a

ideia é que teoria e prática estejam lado a lado, no desenvolvimento do perfil dos egressos. Devido a essa concepção, na UFPel, a partir do ano de 2019, estabeleceu-se a prática dos Projetos Unificados, os quais permitem o lançamento de ações de pesquisa, ensino e extensão no mesmo projeto²⁶.

Os docentes do curso de Relações Internacionais possuem vários projetos de ensino, pesquisa e extensão, com vínculos em agência de fomento estaduais e federais, além de cooperação com atores de outras instituições análogas no território nacional. Parte significativa das atividades, disciplinas e projetos desenvolvidos no âmbito do curso, que se constituem como atividades de ensino, são pautados pela perspectiva da extensão e da pesquisa. Dentre os projetos de extensão, destacam-se o Vozes do Mundo e o Pelotas MUN que há alguns anos aproximam os debates de sala de aula com a comunidade local.

O curso explora suas pesquisas para potencializar o aprendizado e engajamento público por meio da curricularização da extensão. Assim, também são pesquisas a partir das perspectivas práticas das ações de extensão realizadas, na medida em que o acompanhamento, a investigação, a sistematização de dados e a avaliação de tais práticas e ações são essenciais para que estas possam ser qualificadas.

Desta forma, as ações e projetos desenvolvidos no âmbito do Curso pautam, a partir de diferentes abordagens e metodologias, elementos que vinculam a pesquisa, o ensino e a extensão.

8. INTEGRAÇÃO COM OUTROS CURSOS E COM A PÓS-GRADUAÇÃO

O presente PPC é fruto de uma reconstrução e refundação do curso de Relações Internacionais, a partir de sua nova vinculação institucional junto ao IFISP. Nesse sentido, o

²⁶ A adoção dessa prática, via o sistema de cadastro único para programas, projetos e ações de ensino, pesquisa e extensão (no módulo de projetos unificados do COBALTO), fundamenta-se na Resolução COCEPE nº 94, de 26 de junho de 2025, a qual dispõe sobre o Regulamento Geral dos Programas e Projetos de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

IFISP foi a unidade acadêmica estrategicamente pensada para sua transformação, visto que possui cursos de graduação e pós-graduação que estão relacionados aos eixos estruturantes e complementar das DCNs. O IFISP até então contava com os cursos de graduação em Ciências Sociais (Bacharelado e Licenciatura) e Filosofia (Licenciatura), assim como com 3 programas de pós-graduação (PPG) com Mestrado e Doutorado em Ciência Política, Sociologia e Filosofia. Além disso, o IFISP se localiza nas proximidades do ICH (Instituto de Ciências Humanas) que possui 6 cursos de graduação – História, Geografia, Ciências Econômicas, Antropologia & Arqueologia, Museologia e Conservação de Conservação & Restauração de Bens Culturais Móveis – e 5 PPG – em História (Mestrado e Doutorado), Antropologia (Mestrado e Doutorado), Memória Social e Patrimônio Cultural (Mestrado e Doutorado), Geografia (Mestrado) Economia Aplicada (Mestrado).

Este foi um dos aspectos fundamentais considerados para a realocação institucional do curso, sendo o presente PPC fruto de incessante diálogo institucional com vários outros cursos e departamentos no intuito de integrar o curso tanto ao IFISP quanto à própria UFPel em muitos sentidos. Tal integração beneficia discentes e docentes na realização de interlocução e vivência acadêmicas; no estímulo ao contato do corpo discente com as diferentes atividades científicas, acadêmicas e estudantis promovidas por ambos institutos (IFISP e ICH) – editais; cursos; eventos; grupos de estudo; grupos de pesquisa; disciplinas optativas; assembleias; entre outras; na busca pelo cumprimento da transversalidade e flexibilidade curricular; na observância das legislações referentes à inclusão de temas relacionado à cidadania, democracia e proteção ambiental (especialmente os conteúdos relacionados às Diretrizes Nacionais sobre Políticas de Educação ambiental, Educação em Direitos Humanos, Educação das Relações Étnico Raciais e Histórias e Culturas Afro-Brasileira, Africana e Indígena), visto o contato esperado com diferentes cursos vinculados às Ciências Humanas e Sociais; no compartilhamento, oferta, reserva e construção de novas disciplinas relacionadas ao eixo estruturante e complementar previsto nas DCNs; no incentivo à participação discente em projetos de ensino, pesquisa e extensão em áreas afins às RIs; na possibilidade de absorção de parcela do corpo discente vocacionada para a área acadêmica pelos diferentes programas de pós-graduação (PPGs) mencionados.

O acervo físico de livros do curso das Relações Internacionais foi destinado à Biblioteca das Ciências Sociais localizada no prédio do CEHUS, integrando seus títulos relacionados à Política Internacional, Política Externa, História das Relações Internacionais, Teorias das

Relações Internacionais, Economia Política Internacional e Direito Internacional ao universo maior das Ciências Humanas e Sociais da Universidade.

Todos esses aspectos são fundamentais para o desenvolvimento acadêmico do curso de RI que comemora seus dez anos de existência com uma perspectiva definitivamente institucionalizada e mais integrada à UFPel. Com a realocação do curso, buscou-se um maior robustecimento acadêmico e científico, bem como a cooperação e integração entre docentes e discentes de outros cursos e áreas, algo concebido como constitutivo para sua nova vida institucional e inserção acadêmica no âmbito da Universidade.

9. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Os discentes e docentes do Curso de Relações Internacionais contam com acesso à *internet* sem fio de alta velocidade fornecido pelo sistema da UFPel. Também é possível acessar diversas plataformas, bibliotecas, informações acadêmicas e notícias do Curso de Relações Internacionais pelo site institucional do próprio curso e pelo Portal UFPEL. Nesse sentido, tanto o espaço de convivência dos alunos e como no Centro Acadêmico e na sala dos professores, contam com computadores que facilitam aos discentes, docentes, técnicos administrativos, e, a comunidade em geral, o acesso à informação pertinente a rotina administrativa e acadêmica do Curso de Relações Internacionais.

Para incentivar e estimular o uso de TICs no processo de ensino e aprendizagem no Curso, este PPC atende ao Art. 124, parágrafo §5º do Regulamento de Ensino de Graduação (UFPEL, 2018, p. 26) referente à possibilidade de oferta de componentes curriculares, parcial ou integralmente, na modalidade à distância, "desde que esta oferta não ultrapasse 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, conforme portaria do MEC 1.134, de 10.10.2016".

Ademais, o Curso de Relações Internacionais oferece o acesso à internet por wi-fi em todos os espaços, permitindo acesso à informação de maneira global. Além disso, utiliza-se a biblioteca Pergamum, disponibilizando acervo físico e digital atualizado, somado a “Minha

Biblioteca” também utilizada por acadêmicos e profissionais. O acesso aos periódicos CAPES também é disponibilizado através da página do Curso de Relações Internacionais da UFPel.

Através da página da UFPel também é possível acessar as Plataformas Periódicos Capes, EBSCO Host, Portal de Periódicos UFPel e o Repositório Guia UFPel. Estas ferramentas disponibilizam uma ampla gama de publicações na área de Relações Internacionais, representando uma importante aquisição para ofertar material didático atualizado para nossos estudantes. Para realizar o acesso a capítulos o discente ou docente não necessita sequer cadastrar outra senha, pois o acesso é liberado com a própria senha do Cobalto.

Outra ferramenta implantada desde 2017 na UFPel como um todo é o Sistema Eletrônico de Informação (SEI), provendo agilidade, transparência e organização aos processos gerenciais. Este sistema permite que o Curso de Relações Internacionais realize seus processos ligados a docentes e discentes, Pró-Reitorias, gestão superior da Universidade e demais unidades de uma forma mais organizada e controlada dentro dos prazos estabelecidos.

Desta forma, entende-se que há as condições institucionais de disponibilização das tecnologias para desenvolvimento de disciplinas e espaços de estudo no Curso de Relações Internacionais, assim como os espaços didático-pedagógicos de utilização de tecnologias para o trabalho cotidiano, nos dois laboratórios de informática, e que são monitorados por bolsistas de um Projeto de Ensino vinculado ao Curso de Relações Internacionais.

II - QUADRO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

NOME	UNIDADE	Formação	Função
Alessandra Baldo	CLC	Doutorado em Linguística.	Docente
Antônio Carlos Martins da Cruz	IFISP	Doutorado em Economia	Docente

Bruno Ricardo Viana Sadeck dos Santos	IFISP	Doutorado em Ciência Política	Docente
Charles Pereira Pennaforte	IFISP	Doutorado em Relações Internacionais	Docente
Fábio Amaro Silveira Duval	IFISP	Doutorado em Relações Internacionais	Docente
Fernanda de Moura Fernandes	IFISP	Doutorado em Relações Internacionais	Docente
Keberson Bresolin	IFISP	Doutorado em Filosofia	Docente
Luciana Maria de Aragão Ballestrin	IFISP	Doutorado em Ciência Política	Docente
Márcia Rodrigues Bertoldi	FD	Doutora em Estudos Internacionais e Globalização e Direito	Docente
Maria de Fátima Bento Ribeiro	IFISP	Doutora em História	Docente
Nicholas Farias da Rosa	IFISP	Graduação em Ciências Biológicas e	Secretário

		Especialização em Gestão Pública	
Rafael Assumpção Rocha	IFISP	Doutorado em Relações Internacionais	Docente
Rodrigo Cantu de Souza	IFISP	Doutorado em Sociologia	Docente
Silvana Schimanski	IFISP	Doutorado em Relações Internacionais	Docente
William Daldegan de Freitas	IFISP	Doutorado em Relações Internacionais	Docente

III - INFRAESTRUTURA

O curso de Relações Internacionais está vinculado ao Instituto de Filosofia, Sociologia e Política (IFISP) e conta com a seguinte infraestrutura física:

1. Uma (01) sala de reunião do Colegiado.
2. Uma (01) sala da coordenação de curso, destinada para o arquivamento dos documentos do curso.
3. Uma (01) sala destinada para as atividades de Secretaria.
4. Uma (01) sala de apoio destinada às atividades docentes.
5. Uma (01) sala de apoio destinada às atividades discentes.
6. Uma (01) biblioteca, localizada no Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Artes e Linguagem (CEHUS).

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - ABRI. **Notícias. Comunicado - Aprovação das DCNs para os cursos de Relações Internacionais.** 2017. Disponível

em:<https://www.abri.org.br/informativo/view?TIPO=26&ID_INFORMATIVO=422>.

Acesso em: 20 jul. 2020.

BRAILLARD, Phillipe. **Teorias das Relações Internacionais.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1990.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Portaria No. 125, de 21 de março de 2014. Disponível

em:<<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=45&data=24/03/2014>>. Acesso em: 17 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014. 2014. Disponível

em:<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192>. Acesso em: 22 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. **Comex Vis: Visualizações de Comércio Exterior.** 2019.

Disponível em:< <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>>. Acesso em: 16 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. **Empresas brasileiras exportadoras e importadoras.**

2020. Disponível em:<<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/empresas-brasileiras-exportadoras-e-importadoras>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE PELOTAS. Frente Parlamentar das Cidades Irmãs de Pelotas.

Publicado em 06/11/2019. Disponível em:<

<https://www.pelotas.rs.leg.br/institucional/noticias/frente-parlamentar-das-cidades-irmas-tem-primeira-reuniao>>. Acesso em: 16 jul. 2020.

GONÇALVES, W. S. Relações Internacionais. **CEDEP/UFRGS**, 2003. Disponível em:

http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/Textos_Elet/pdf/WilliamsRR.II.pdf. Acesso em: 16 jul. 2020.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Sobre o RS.** 2020. Disponível em:

<https://estado.rs.gov.br/sobre-o-rs>. Acesso em: 16 jul. 2020.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Ministério da Integração Nacional (MI). **Fronteiras do Brasil : diagnóstico e agenda de pesquisa para política pública**. Volume 2. Organizadores: Bolívar Pêgo [et al.]. Brasília: Ipea: MI, 2017.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. Pelotas - RS. 2020. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/281>. Acesso em: 20 jul. 2020.

MAIA, Marrielle (Org.). **Formação em Relações Internacionais no Brasil**: Panorama dos cursos de graduação e perfil dos egressos. Belo Horizonte: Editora PUC Minas. 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Secretaria de Educação Superior**. Sistema de Seleção Unificada. Termo de Adesão 1a Edição 2020. Dez, 2019. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/sisu/files/2019/11/termo_adesao_634_UFPEL-1.pdf. Acesso em 23 jul. 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior**. Cadastro e-MEC. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 15 jul. 2020.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. República Oriental do Uruguai. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5417-republica-oriental-do-uruguai>. Acesso em: 20 jul. 2020.

MINGST, Karen A. **Princípios de Relações Internacionais**. 4a. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

OLSON, William; GROOM, J.R. **International relations then and now**: Origins and trends in interpretation. London: Harper Collins, 1991.

PFRIMER, Matheus Hoffmann. OKADO, Giovanni Hideki C. Dispersão e concentração espaciais dos Cursos de Relações Internacionais no Brasil: contrastes e desafios da expansão da oferta nacional. **Revista Carta Internacional**. Belo Horizonte, v.14, n.1, 2019, p.225-249.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. **Cidade - Dados Gerais**. Disponível em: <https://www.pelotas.com.br/>. Acesso em: 15 jul. 2020.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Perfil das Cidades Gaúchas - Pelotas**. 2019. Disponível em: https://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Pelotas.pdf. Acesso em: 15 jul. 2020.

SCHMIDT, Brian C. On the history and historiography of International Relations. IN: CARLSNAES, W., RISSE, T, SIMMONS, B.A. (eds.) **Handbook of International Relations**. Thousand Oaks: SAGE. 2013.

SCHMIDT, Brian C. **The Political Discourse of Anarchy**: A Disciplinary History of International Relations. Albany: State University of New York Press, 1998.

UNITED NATIONS. **Academic Impact. Universidade Federal de Pelotas (UFPeL).** 2020. Disponível em:<<https://academicimpact.un.org/content/universidade-federal-de-pelotas-ufpel>>. Acesso em: 17 de jul. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Estatuto da Fundação.** Decreto nº 65.881 de 16 de dezembro de 1969. Disponível em:<https://wp.ufpel.edu.br/scs/estatuto/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Institucional - Histórico.** Disponível em: <http://portal.ufpel.edu.br/historico/>. Acesso em: 15 jul. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Institucional - Missão -Visão.** Disponível em: <http://portal.ufpel.edu.br/missao-visao/>. Acesso em: 17 jul. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Agência de Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim - ALM. Quem somos.** 2020. Disponível em:<https://wp.ufpel.edu.br/alm/?page_id=2031>. Acesso em: 16 jul. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Coordenação de Relações Internacionais. Sobre.** 2020. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/crinter/coordenacao-de-relacoes-internacionais/>. Acesso em: 17 jul. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Coordenação de Relações Internacionais. Acordos Vigentes.** 2020. Disponível em:<<https://wp.ufpel.edu.br/crinter/convenios-internacionais/acordos-vigentes/>>. Acesso em: 17 jul. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Portal Institucional.** 2020. Disponível em: <https://institucional.ufpel.edu.br/cursos/cod/6800>. Acesso em: 23 de julho de 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Programa de Avaliação da Vida Escolar PAVE.** Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/pave/o-pave/>. Acesso em 23 de julho de 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Conselho Coordenador do Ensino da Pesquisa e da Extensão COCEPE.** Resolução 15/2015. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/cra/files/2015/11/Resolu%C3%A7%C3%A3o-15-2015-COCEPE.pdf>. Acesso em 23 de julho de 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Conselho Coordenador do Ensino da Pesquisa e da Extensão COCEPE.** Resolução 24/2016. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/scs/files/2016/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-24.2016.pdf>. Acesso em 25 de novembro de 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Regimento Geral da Universidade – Pelotas,** 1977. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/scs/regimento/>. Acesso em: 14 set. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Conselho Coordenador do Ensino da Pesquisa e da Extensão COCEPE.** Resolução n. 06 de 12 de Abril de 2018. Disponível em:

<https://wp.ufpel.edu.br/print/files/2018/10/RESOLUCAO-COCEPE-PLANEJ-EST-INT.pdf>. Acesso em: 16 set. 2020.

LEGISLAÇÕES

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Congresso Nacional, 1988. Disponível em: <http://www.mec.gov.br> 21. Acesso em 01 de setembro de 2020.

_____. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES nº 4, de 4 de outubro de 2017**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Relações Internacionais, bacharelado, e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=73651-rces004-17-pdf&category_slug=outubro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 16 jun. 2020

_____. Lei 13.005/2014 – **Plano Nacional de Educação**. Brasília: Presidência da República, 2014. Disponível em: <http://www.mec.gov.br> . Acesso em 02 de setembro de 2020.

_____. Lei 12.711/2012, que dispõe sobre vagas de ingresso ao ensino superior e técnico federal para alunos provenientes do ensino básico público, pretos, pardos, indígenas, pessoas com deficiência e em vulnerabilidade social. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/lei_12711_29_08_2012.pdf. Acesso em: 23 jul. 2020.

_____. Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes.. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm. Acesso em: 20 ago. 2020.

_____. Lei 11645 de 10/03/2008, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

_____. Lei 10.861/2004 – **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES**. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em 02 de setembro de 2020

_____. Lei 9394/1996 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em 02 de setembro de 2020

_____. Decreto nº 5626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e dispõe sobre a língua brasileira de sinais - LIBRAS, Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em 10 de outubro de 2020

_____. Decreto nº 5296, de 02 de dezembro 2004, que dispõe sobre condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida: Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em 10 de outubro de 2020.

_____. Resolução CNE/CP nº 02, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental; e as Políticas de educação ambiental (Lei nº 9795, de 27 de abril de 1999 e Decreto nº 4281 de 25 de junho de 2002).Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192 . Acesso em 10 de outubro de 2020.

_____. Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf Acesso em 10 de outubro de 2020.

_____. Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf> .Acesso em 10 de outubro de 2020.

_____. MEC, Portaria 1.428, de 28 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a oferta de disciplinas na modalidade à distância em cursos de graduação presencial. Disponível em https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57496468/do1-2018-12-31-portaria-n-1-428-de-28-de-dezembro-de-2018-57496251 Acesso em 10 de outubro de 2020.

_____. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. Portaria nº 133 de 24 de junho de 2009. Publicada no Diário Oficial de 25 de junho de 2009, Seção 1, pág. 26 . Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/enade/2009/Portaria_Diretrizes_2009_Relacoes_Internacionais.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.

_____. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. nº 209, de 22 de junho de 2012. Publicada no Diário Oficial de 25 de junho de 2011, Seção 1, pág. 17. Disponível

em:<http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/legislacao/2012/diretrizes/diretrizes_areas_bacharelado/diretrizes_relacoes_internacionais_n_209.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.

_____. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. Inep nº 242, de 10 de junho de 2015 Publicada no Diário Oficial de 12 de junho de 2015, Seção 1, pág. 26-27. Disponível em:<http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/legislacao/2015/relacoes_internacionais_portaria_inep_n242_10062015.pdf. Acesso em: 20 jul 2020.

UFPEL, Resolução COCEPE Nº 87, 14 de novembro de 2024. Dispõe sobre estágios obrigatórios e não obrigatórios realizados por discentes regularmente matriculados nos cursos da UFPEL. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/scs/files/2024/11/SEI_2848555_Resolucao_87.2024COCEPE.pdf>. Acesso em: 25 de novembro de 2025.

UFPEL, Resolução Nº 65 de 28 de março de 2024, que dispõe sobre o Regulamento de Trabalhos de Conclusão de Curso dos Cursos de Graduação da UFPEL. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/scs/files/2024/04/SEI_UFPel-2578247-Resolucao-65.2024.pdf>. Acesso em: 1 de agosto de 2025.

UFPEL, Resolução COCEPE Nº 30, de 03 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre o Regulamento da integralização das atividades de extensão nos cursos de Graduação da Universidade Federal de Pelotas - UFPEL. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/scs/files/2022/02/Resolucao-30.2022-COCEPE.pdf>>. Acesso em 25 de novembro de 2025.

_____. Resolução CONSUN Resolução nº 66, de 21 de dezembro de 2021 que Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional — PDI — 2022–2026 da UFPEL. Disponível em <https://wp.ufpel.edu.br/scs/files/2022/01/SEI_UFPel-1546234-Resolucao66.2021.pdf>. Acesso em de agosto de 2025.

_____. Resolução COCEPE nº 29, de 13 de setembro de 2018 - Regulamento do Ensino de Graduação na UFPEL. Disponível em <https://wp.ufpel.edu.br/scs/files/2018/09/SEI_Resolu%C3%A7%C3%A3o-29.2018.pdf>. Acesso em 10 de outubro de 2020.

_____. Resolução COCEPE nº 22 de julho de 2018 - Dispõe sobre as diretrizes de funcionamento do Núcleo Docente Estruturante - NDE, dos Cursos de Graduação da UFPEL. Disponível em <<https://wp.ufpel.edu.br/scs/files/2018/08/Res.-Cocepe-22.2018.pdf>> Acesso em 10 de outubro de 2020.

_____. Resolução COCEPE nº 06 de 12 de abril de 2018 - Aprova o Plano de Planejamento Estratégico de Internacionalização da Universidade Federal de Pelotas. Disponível em <https://wp.ufpel.edu.br/scs/files/2018/06/SEI_Resolu%C3%A7%C3%A3o-062018.pdf>. Acesso em 10 de outubro de 2020.

_____. Resolução COCEPE nº 27 de 14 de setembro de 2017, que aprova indicadores de qualidade para os projetos, programas e atividades de Ensino à Distância. Disponível em <<https://wp.ufpel.edu.br/scs/files/2018/07/RES.-27.2017-Indicadores-Qual.-Proj.-Progr.-Ativ.-EAD.pdf>> Acesso em 10 de outubro de 2020.

_____. Resolução COCEPE/UFPel 24/2016, revoga a Resolução nº 05, de 11 de fevereiro de 2016 e dispõe novos critérios e procedimentos de seleção de ingresso em cursos de graduação da UFPel nas modalidades reopção, reingresso, transferência e portador de diploma de ensino superior.. Disponível em <https://wp.ufpel.edu.br/scs/files/2016/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-24.2016.pdf>. Acesso em 25 de novembro de 2025.

_____. Resolução COCEPE/UFPel 15/2015, cria dez vagas especiais para alunos provenientes de comunidades quilombolas e indígenas. Disponível em <https://wp.ufpel.edu.br/scs/files/2015/03/Resolu%C3%A7%C3%A3o-15.2015.pdf> . Acesso em 10 de outubro de 2020.

_____. Resolução COCEPE 03/2009 - UFPel como parte Concedente (estágio). Disponível em https://wp.ufpel.edu.br/cec/files/2013/04/estagio_na_ufpel.pdf Acesso em 10 de outubro de 2020.

_____. Resolução COCEPE nº 02/2006 - Dispõe sobre o Tempo de Permanência dos acadêmicos na UFPel. Disponível em https://wp.ufpel.edu.br/scs/files/2010/08/2006_02.pdf . Acesso em 10 de outubro de 2020.

APÊNDICES

APÊNDICE I

TERMO DE COMPROMISSO PARA REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO - UFPEL INSTITUIÇÃO DE ENSINO

As partes a seguir qualificadas e ao final assinadas,
de um lado,

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS, fundação de direito público, com sede na Rua Gomes Carneiro, 1, Centro, na cidade de Pelotas, RS, inscrita no CNPJ/MF 92242080/0001-00, neste ato representada pelo Colegiado do Curso de (NOME DO CURSO), doravante denominada **INSTITUIÇÃO DE ENSINO**,

de outro lado,

(NOME OU RAZÃO SOCIAL), (ENDEREÇO), (CIDADE), (CNPJ), neste ato representada por (NOME E CARGO DO REPRESENTANTE), doravante denominada **PARTE CONCEDENTE**,

e o **ESTAGIÁRIO**,

(NOME), (CPF), (ENDEREÇO), (CIDADE), regularmente matriculado sob o número (Nº DE MATRÍCULA), no (ANO OU SEMESTRE), do Curso de (NOME DO CURSO),

celebram entre si o presente Termo de Compromisso de Estágio (PREENCHER COM OBRIGATÓRIO OU NÃO OBRIGATÓRIO), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do objetivo do estágio

Este Termo de Compromisso terá como objetivo as atividades previstas no plano de trabalho, a ser elaborado em conjunto pelo supervisor da **PARTE CONCEDENTE**, o orientador da **INSTITUIÇÃO DE ENSINO** e o **ESTAGIÁRIO**, e está fundamentado na Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, e na Resolução nº 87/2024 do Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão – COCEPE.

Parágrafo Primeiro. O conteúdo das atividades a serem desenvolvidas pelo **ESTAGIÁRIO** deverá ser compatível com sua área de formação.

Parágrafo Segundo. O plano de atividades do **ESTAGIÁRIO** deverá ser incorporado ao Termo de Compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da vigência e jornada de estágio

Este termo de compromisso terá vigência de ____/____/____ a ____/____/____, devendo o **ESTAGIÁRIO** cumprir uma jornada diária de (xx) horas, no horário das ____ às ____, com intervalo das ____ às ____, em um total de (xxx) horas semanais.

Parágrafo Primeiro. O estágio só poderá ter jornada de 40 (quarenta) horas semanais quando relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do Curso e da **INSTITUIÇÃO DE ENSINO**.

Parágrafo Segundo. A jornada de atividade do **ESTAGIÁRIO** deverá compatibilizar-se com o seu horário escolar e com o horário da **PARTE CONCEDENTE**.

Parágrafo Terceiro. A carga horária do estágio deverá ser reduzida à metade nos períodos de avaliações escolares ou acadêmicas, devendo este período ser previamente comunicado à **PARTE CONCEDENTE**.

Parágrafo Quarto. É assegurado ao **ESTAGIÁRIO**, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares. Este recesso deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa, e os dias de recesso serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano, nos termos do art. 13, da Lei 11.788/2008.

Parágrafo Quinto. A duração do estágio na mesma **PARTE CONCEDENTE** não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência, de acordo com o disposto no art. 11 da Lei 11.788/2008.

CLÁUSULA TERCEIRA – Da supervisão e orientação do estágio

No período de vigência deste Termo de Compromisso, o **ESTAGIÁRIO** será supervisionado na **PARTE CONCEDENTE** por (NOME E CARGO DO SUPERVISOR) e orientado na **INSTITUIÇÃO DE ENSINO** pelo(a) Professor(a) (NOME DO ORIENTADOR).

CLÁUSULA QUARTA – Das responsabilidades da Parte Concedente

Caberá à **PARTE CONCEDENTE**:

I - zelar pelo cumprimento deste Termo de Compromisso;

II - ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao **ESTAGIÁRIO** atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

III - indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no Curso do **ESTAGIÁRIO**, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;

IV - contratar em favor do **ESTAGIÁRIO** seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado;

V - por ocasião do desligamento do **ESTAGIÁRIO**, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

VI - manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;

VII - enviar à **INSTITUIÇÃO DE ENSINO**, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao **ESTAGIÁRIO**;

VIII - efetuar, quando for o caso, o pagamento da bolsa e do vale-transporte ao **ESTAGIÁRIO**, sendo compulsória esta concessão no caso de estágio **não obrigatório**.

Parágrafo Único. No caso de estágio **obrigatório**, a responsabilidade pela contratação do seguro de que trata o inciso IV do caput deste artigo poderá ser assumida pela **INSTITUIÇÃO DE ENSINO**.

CLÁUSULA QUINTA – Das responsabilidades da Instituição de Ensino

Caberá à **INSTITUIÇÃO DE ENSINO**, representada pelo Colegiado de Curso do **ESTAGIÁRIO**:

I - avaliar as instalações da **PARTE CONCEDENTE** do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;

II - indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do **ESTAGIÁRIO**;

III - exigir do **ESTAGIÁRIO** a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades, em conformidade com o previsto no projeto pedagógico dos cursos;

IV - zelar pelo cumprimento do Termo de Compromisso, reorientando o **ESTAGIÁRIO** para outro local em caso de descumprimento de suas normas;

V - comunicar à **PARTE CONCEDENTE** do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas;

VI - enviar à Pró-Reitoria de Graduação, nos prazos e condições previstas, os dados para que seja contratado em favor do **ESTAGIÁRIO** Seguro Contra Acidentes Pessoais, quando este seguro não for providenciado pela **PARTE CONCEDENTE** (somente no caso de estágio **obrigatório**).

CLÁUSULA SEXTA – Das responsabilidades do estagiário

Caberá ao **ESTAGIÁRIO**:

I – estar regularmente matriculado e freqüente na **INSTITUIÇÃO DE ENSINO**, em semestre e curso compatível com a prática exigida no estágio;

II – observar as diretrizes e/ou normas internas **PARTE CONCEDENTE** e os dispositivos legais aplicáveis ao estágio, bem como as orientações do seu orientador e do seu supervisor;

III – cumprir com seriedade e responsabilidade a programação estabelecida entre a **PARTE CONCEDENTE**, o **ESTAGIÁRIO** e a **INSTITUIÇÃO DE ENSINO**;

IV – comparecer às reuniões de discussão de estágio na **INSTITUIÇÃO DE ENSINO**;

V – elaborar e entregar à **INSTITUIÇÃO DE ENSINO**, relatório periódico e final das atividades desenvolvidas no estágio, em conformidade com o previsto no projeto pedagógico do seu Curso;

VI – responder pelas perdas e danos consequentes da inobservância das cláusulas constantes do presente Termo.

CLÁUSULA SÉTIMA – Do seguro contra acidentes pessoais

No período de vigência do presente Termo de Compromisso, o **ESTAGIÁRIO** terá cobertura de Seguro de Acidentes Pessoais contra Morte ou Invalidez Permanente, com Capital Segurado no valor de R\$ [REDACTED], contratada pela **PARTE CONCEDENTE** (OU **INSTITUIÇÃO DE ENSINO** – no caso de estágio obrigatório), através da Apólice nº [REDACTED], garantida pela (NOME DA SEGURADORA).

CLÁUSULA OITAVA – Da bolsa-auxílio e outros benefícios

O presente estágio dar-se-à () COM - () SEM remuneração.

Parágrafo Primeiro. (PREENCHER SOMENTE QUANDO HOVER REMUNERAÇÃO OU OUTRA FORMA DE CONTRAPRESTAÇÃO) No período de vigência do presente Termo de Compromisso, o **ESTAGIÁRIO** receberá, diretamente da **PARTE CONCEDENTE**, uma bolsa mensal no valor de R\$ (NO CASO DE OUTRA FORMA DE CONTRAPRESTAÇÃO, ESPECIFIQUE QUAL), e auxílio transporte (PREENCHER COM A FORMA DO AUXÍLIO TRANSPORTE: VALOR EM DINHEIRO OU Nº DE VALES OU TRANSPORTE DA EMPRESA).

Parágrafo Segundo. A concessão de bolsa e auxílio transporte é compulsória na hipótese de estágio curricular não obrigatório, nos termos do art. 12 da Lei 11.788/2008, e facultativa nos casos de estágio obrigatório.

CLÁUSULA NONA – Da rescisão

Constituem motivo para a rescisão automática do presente Termo de Compromisso:

I - a conclusão, abandono, a mudança de curso ou o trancamento de matrícula do **ESTAGIÁRIO**;

II - o não cumprimento do convencionado neste Termo de Compromisso, bem como no Convênio do qual eventualmente decorra;

III - o abandono do estágio;

IV - o não cumprimento das disposições da Lei 11.788/2008, bem como da Resolução 87/2024 do COCEPE.

CLÁUSULA DÉCIMA – Das disposições finais

Assim materializado e caracterizado, o presente estágio não acarretará vínculo empregatício de qualquer natureza entre o **ESTAGIÁRIO** e a **PARTE CONCEDENTE**, nos termos do Art. 3º da Lei nº 11.788/2008.

E, por estarem de inteiro e comum acordo com as condições e dizeres deste instrumento, as partes assinam-no em 03 (três) vias de igual teor e forma, cabendo a primeira à **PARTE CONCEDENTE**, a segunda ao **ESTAGIÁRIO** e a terceira à **INSTITUIÇÃO DE ENSINO**.

Pelotas, _____ de _____ de _____

PARTE CONCEDENTE

ESTAGIÁRIO

INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

APÊNDICE II

PLANO DE ATIVIDADES DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

1. IDENTIFICAÇÃO DO(A) ESTAGIÁRIO(A):

Nome:

Matrícula:

Semestre:

2. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO CONCEDENTE:

Razão Social:

Endereço (incluir o CEP):

Contato telefônico:

E-mail:

Site web:

Ramo de atividade:

3. SUPERVISOR(A) DE ESTÁGIO:

3.1 No local do estágio

Nome do supervisor(a):

Área de atuação:

Cargo / Função:

Formação (Curso de maior nível):

3.2 No Colegiado do curso de Relações Internacionais

Nome do Professor(a) Orientador(a):

4. PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES NO ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO:

4.1 Período de realização: ____ / ____ / ____ à ____ / ____ / ____

4.2 Carga horária:

4.3 ATIVIDADES a serem desenvolvidas:

Pelotas ____ / ____ / ____

Assinaturas

Estagiário(a): _____

Supervisor(a) no Local de Estágio: _____

Professor(a) Orientador(a) no Colegiado de RI: _____

APÊNDICE III

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Este relatório integra o processo de acompanhamento de estágio e deve ser preenchido e assinado pelo estagiário e pelo supervisor.

1. IDENTIFICAÇÃO DO ESTAGIÁRIO	
Nome	
No. de Matrícula	
Curso	
Período de vigência do estágio	

2. DADOS DO ESTÁGIO	
Empresa / CNPJ	
Contato da área de Recursos Humanos	
Endereço / tel / site	
Nome / contato Supervisor	
Setor no qual realiza o estágio	
Horário	
Descrição das atividades desempenhadas	

--	--

3. INFORMAÇÕES A SEREM PREENCHIDAS PELO ESTAGIÁRIO	
O estágio foi desenvolvido em sua área de formação?	() Sim () Não
O estágio oportunizou a realização de alguma atividade com interface internacional?	() Sim () Não Se sim, descreva:
Durante o estágio, você conseguiu conhecer a organização e seus objetivos?	() Sim () Não
Os recursos / instalações disponibilizados pela unidade concedente contribuíram para o exercício de suas atividades?	() Sim () Não
As atividades desenvolvidas estiveram de acordo com as descritas no seu Termo de Compromisso de Estágio e no Plano de Atividades?	() Sim () Não
Quanto ao relacionamento com os colegas na unidade concedente	() Ótimo () Bom () Ruim
Quanto ao relacionamento com o supervisor (a):	() Ótimo () Bom () Ruim
Estes relacionamentos contribuíram para aprimorar suas habilidades interpessoais	() Sim () Não
Ao receber a designação de tarefas, lhe foram dadas informações sobre os métodos e processos necessários a execução das mesmas?	() Sim () Não
O referido período de estágio lhe proporcionou uma aprendizagem social e cultural, dando-lhe oportunidade de preparação para a vida cidadã?	() Sim () Não

4. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO ESTAGIÁRIO (preenchimento pelo Supervisor) Nas questões a seguir, indique o seu grau de concordância quanto a alguns itens específicos, marcando um “X” de acordo com a sua opinião e com a escala. Em relação a escala o 1 representa discordo totalmente, o 5 concordo totalmente, o grau 3 não representa ausência de opinião, e sim um grau intermediário de concordância. Caso você não tenha como responder alguma questão, indique não conheço.

	Discordo totalmente	Discordo	Não discordo nem concordo	Concordo	Concordo totalmente	Sem condições de opinar
Tem interesse no						

que lhe é ensinado						
Cumpre com suas responsabilid ades						
Coopera com seus colegas no local de trabalho						
Apresenta trabalhos/res ultados de qualidade						
Cumpre normas e padrões de conduta da organização						

Data: / /

Nome e Assinatura do Supervisor

Nome e Assinatura do Estagiário

Nome e Assinatura do Professor Orientador da Instituição

APÊNDICE IV

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

1. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) constitui requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais constituindo parte da carga horária curricular prevista, em acordo ao Art. 8º das DCNs (BRASIL, 2017).
2. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em consonância com o Art. 135 do Regulamento do Ensino de Graduação da UFPel, será realizado a partir de uma proposta discente com a anuência do docente orientador.
3. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em consonância com o Art. 8º das DCNs (BRASIL, 2017) e o Art. 135 do Regulamento do Ensino de Graduação da UFPel (UFPEL, 2018), versará sobre uma das áreas de conhecimento das Relações Internacionais, consistindo na sistematização do conhecimento de natureza científica sobre uma determinada temática.
4. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em consonância com os Instrumentos de Avaliação de Cursos de Graduação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), após aprovação, é disponibilizado nos repositórios institucionais próprios da UFPel, geridos por suas Bibliotecas, e disponível para acesso livre pela internet.
5. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em consonância com o Art. 8º das DCNs (BRASIL, 2017) e o Art. 135 em seus §1º e §2º do Regulamento do Ensino de Graduação da UFPel (UFPEL, 2018) e da Resolução Nº 65 de 28 de março de 2024, dispõe portanto dos seguintes critérios de elaboração, apresentação e avaliação:

Critérios de elaboração:

6. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), enquanto componente curricular, do curso de Relações Internacionais conta com 120h dividido em dois semestres do seguinte modo: 60h em Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I) e 60h em Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II).

7. O Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I) tem como finalidade a elaboração de um projeto de pesquisa de trabalho de conclusão de curso e é pré-requisito para Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II).

8. O Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II) tem como finalidade a execução do projeto de pesquisa elaborado em Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I).

9. A matrícula em TCC I e TCC II tem como requisito comum o cumprimento de todas as disciplinas obrigatórias até o semestre em que são ministradas.

10. A orientação do TCC em sua totalidade ocorre individualmente.

11. A orientação dos trabalhos em TCC I e TCC II é realizada por um docente que ministra aula no curso de Relações Internacionais, mediante solicitação discente no período estabelecido pelo calendário do curso.

12. O processo de orientação é realizado pelo mesmo docente orientador(a) em ambos momentos TCC I e TCC II. Caso haja necessidade de mudança na orientação, o caso deverá ser analisado pelo Colegiado de Curso.

13. A orientação é oficializada após a anuência do docente orientador e a entrega de formulário administrativo (Termo de Aceite de Orientação) pelo discente à Secretaria do Curso (APÊNDICE V).

Critérios de Apresentação:

14. O Trabalho de Conclusão de Curso é apresentado no formato de artigo científico e deverá ser apresentado em sessão pública pelo/pela discente, diante de Banca Examinadora,

15. Conforme art. 24., a banca examinadora será composta, no mínimo, pelo/a presidente/presidenta, que é o/a docente orientador/orientadora do TCC; pelo/a coorientador/coorientadora, quando houver; e por mais dois membros, podendo um deles ser membro externo ao curso e o outro ser escolhido entre os/as professores/professoras do curso de origem do/da discente.

Parágrafo único: O membro externo da Banca, quando existir, deverá ter formação superior na área do Curso ou em áreas afins com o tema do trabalho.

16. O artigo científico, além de fruto da orientação em TCC I e TCC II, pode ser resultado de Iniciação Científica e de projetos de pesquisa, ensino e/ou extensão vinculados ao curso de Relações Internacionais da UFPel.

17. O artigo científico obedece às normas vigentes da ABNT e fornecidas pela UFPel²⁷, sobretudo no rigor quanto ao uso de dados e fontes, mínimo 8 mil palavras e máximo de 10 mil palavras.

18. Para a apresentação e depósito do artigo científico é exigido o cumprimento de todas as disciplinas obrigatórias do curso de Relações Internacionais.

19. A apresentação do artigo científico deve se dar em formato digital (PDF) e ser enviada (depositada) para a Secretaria do Curso, mediante a anuência do docente orientador e à entrega de formulário administrativo pelo discente (Autorização de Encaminhamento para Banca) (APÊNDICE VI), conforme a Resolução N° 65 de 28 de março de 2024.

20. O TCC deverá ser apresentado em sessão pública pelo/pela discente, diante de Banca Examinadora.

§1º O encaminhamento para a apresentação em sessão pública dependerá de parecer favorável do/da docente orientador/orientadora.

§2º No caso de trabalhos que envolvam registro de patente, a sessão deverá ser restrita aos membros da Banca.

21. A apresentação pública do TCC deverá ocorrer nas dependências da UFPel ou, ainda, por meio de uso da plataforma digital oficial da Universidade sendo que, nesse caso, deverá a apresentação ser realizada em tempo real (ao vivo) e gravada.

22. A data de apresentação do trabalho será definida pela Coordenação do TCC e divulgada para a comunidade com antecedência mínima de sete (7) dias.

23. A apresentação pública do trabalho pelo/pela discente terá duração mínima de quinze (15) minutos, sendo que a definição do tempo restante da sessão ficará à cargo do/da

²⁷ A Biblioteca da UFPel disponibiliza em seus links de acesso as regras da ABNT; o Manual de normas da UFPel para trabalhos acadêmicos; e, também, assina o Mecanismo Online para Referências - MORE (<http://www.more.ufsc.br/>).

presidente/presidenta da Banca ou conforme estabelecido no Projeto Pedagógico de Curso.

24. A apresentação pública do TCC pelo/pela discente deverá ser organizada de acordo com os critérios de cada curso contemplando, minimamente: I. A apresentação do trabalho pelo/pela discente; II. A arguição por parte de cada membro da banca de avaliação, seguida da manifestação do/da discente sobre as questões elencadas; III. A emissão dos pareceres de avaliação, conforme especificado no Projeto Pedagógico de Curso; IV. O encerramento da sessão, a cargo do/da presidente/presidenta da banca que realizará os comentários e considerações pertinentes à finalização da sessão pública de apresentação do TCC.

25. Encerrada a sessão pública de apresentação do TCC, o/a discente será orientado pelo/pela docente orientador/orientadora sobre os possíveis encaminhamentos e a entrega da versão final do trabalho.

Parágrafo único - os créditos correspondentes ao componente curricular TCC somente estarão disponíveis no histórico do/da discente após a finalização do processo de registro da sessão pública de apresentação no sistema COBALTO, o que inclui o upload da versão final do TCC, conforme especificado no Art.20º, alínea IX, conforme a Resolução N º 65 de 28 de março de 2024.

Critérios de Avaliação:

25. Cabe ao docente orientador e ao docente avaliador prezar pela observância dos **Critérios para Avaliação TCC/Artigos Científicos** (APÊNDICE VII).

26. O Parecer expressa o resultado por meio dos conceitos "Aprovado" ou "Reprovado", além de observações e comentários gerais, incluindo eventualmente a solicitação de correções.

27. Nos casos de TCC Aprovado com solicitação de correções, cabe ao docente orientador e ao discente a observância dos prazos estabelecidos pelo curso e das exigências da Biblioteca da UFPel, para os fins da entrega e depósito final em formato digital (PDF).

28. A entrega final do artigo científico, entendido como TCC, é acompanhada do formulário administrativo: **Termo de Autorização para Publicação** (APÊNDICE IX), para sua inserção na Base de Dados das Bibliotecas da UFPel de livre acesso pela internet.

29. Todas as datas referentes à TCC I e TCC II serão definidas e publicizadas pelo Colegiado de Curso a cada início de semestre.

30. Quaisquer outras questões não abordadas neste regulamento são objeto de deliberação no âmbito do Colegiado do Curso de Relações Internacionais.

APÊNDICE V

TERMO DE ACEITE DE ORIENTAÇÃO - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Dados do(a) Estudante

Nome: _____

Matrícula: _____

E-mail: _____

Telefone(s): _____

Submetido para aceite do(a) professor(a) – (Nome por extenso)

Proposta de investigação (breve síntese da temática a ser abordada no TCC):

Eu, professor(a) do curso de Relações Internacionais, aceito ter o(a) estudante acima identificado(a) como orientando(a) de Trabalho de Conclusão de Curso no _____ semestre de _____.

Pelotas, _____ de _____ de _____.

Assinatura do professor(a) orientador(a)

APÊNDICE VI

**AUTORIZAÇÃO DE ENCAMINHAMENTO PARA
BANCA EXAMINADORA - TRABALHO DE
CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Dados do(a) Estudante

Nome: _____

Matrícula: _____

E-mail: _____

Telefone(s): _____

Professor(a) Orientador – (Nome por extenso)

Título do Trabalho de Conclusão de Curso:

Eu, professor(a) do curso de Relações Internacionais, autorizo o encaminhamento para banca examinadora de TCC o(a) estudante e seu respectivo trabalho acima identificado(a) no _____ semestre de _____.

Pelotas, _____ de _____ de _____.

Assinatura do professor(a) orientador(a)

APÊNDICE VII

CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO TCC/ ARTIGOS CIENTÍFICOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Critérios	Avaliação Oral
1	Domínio do conteúdo, capacidade de argumentação e respostas à arguição da banca.
2	Clareza na exposição e organização lógica das ideias.
3	Uso adequado de recurso técnicos e tecnológicos
4	Respeito ao tempo estipulado
Critérios	Avaliação Escrita
1	Estrutura
1.1	Cumprimento da Estrutura recomendada no PPC no que se refere ao artigo científico (título, identificação, resumo, palavras-chaves, introdução, desenvolvimento, conclusão, resumo em língua estrangeira, palavras-chaves em língua estrangeira, referências)
1.2	Adequação às regras da ABNT na formatação do texto, bem como citações e referências. Respeito ao número de páginas.
1.3	Qualidade da redação no que se referem às normas da Língua Portuguesa e à revisão do texto. Organização do texto
2	Conteúdo
2.1	Delimitação do tema. Definição do problema em análise e sua justificativa. Relevância do assunto no campo das Relações Internacionais.
2.2	Clareza dos objetivos e possibilidades de alcance. Coerência entre os objetivos propostos e as seções do desenvolvimento. Execução dos objetivos.
2.3	Apresentação dos métodos utilizados na análise e sua justificativa. Adequação dos métodos à análise proposta.
2.4	Capacidade de aprofundamento analítico do problema. Uso de teorias no respaldo das análises. Aplicação coerente da teoria no desenvolvimento das ideias.
2.5	Qualidade das conclusões e resultados obtidos. Coerência em relação aos objetivos e às análises realizadas no desenvolvimento. Pertinência das recomendações (se houver).
2.6	Sequência lógica das ideias no artigo. Coerência da estrutura interna. Pertinência do título proposto para a pesquisa.
2.7	Qualidade da bibliografia utilizada. Abrangência da bibliografia.

APÊNDICE VIII

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) DO CURSO DE BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UFPEL

Data:

Local:

Nome do(a) Aluno(a):

Título do TCC:

Banca Examinadora

Prof(a) avaliador(a) orientador(a):

Prof(a) avaliador(a) convidado(a):

Avaliação Geral

() **Aprovado(a)**

() **Reprovado(a)**

Parecer:

Subscreve, a Banca Examinadora:

Prof(a) orientador(a)

Prof(a)

convidado(a)

APÊNDICE IX

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA INSERIR TCC
(GRADUAÇÃO) E TCCP
(ESPECIALIZAÇÃO) NAS BASES DE DADOS DA
UFPEL**

Universidade Federal de Pelotas – UFPel
Sistema de Bibliotecas – SISBI
Biblioteca Digital

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

() TCC Graduação () TCCP Especialização

Curso:

.....
..... **Nome** **do** **Autor**

(1):.....
..... **E-**

mail:.....

..... **Nome** **do** **Autor**

(2):.....
..... **E-**

mail:.....

.....

Título:.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

Orientador:.....

..... **Co-**

orientador:.....

..... **Co-**

orientador:.....

..... **Data de defesa:**/...../.....

() Autorizo a Universidade Federal de Pelotas a, através da **Biblioteca Digital**, disponibilizar gratuitamente em sua base de dados, sem ressarcimento dos direitos autorais, o texto integral do TCC (Graduação) e TCCP (Especialização) de minha autoria, em formato PDF1, para fins de leitura e/ou impressão, a título de divulgação da produção científica gerada na UFPel, a partir desta data.

() Autorizo a Universidade Federal de Pelotas, através do **Biblioteca Digital**, a disponibilizar parte do meu trabalho e me responsabilizo por descrever as partes a serem divulgadas, (o arquivo em PDF deve conter apenas as partes a serem disponibilizadas).

() Não autorizo a Universidade Federal de Pelotas a divulgar meu trabalho, mas tenho ciência de que as páginas iniciais e o resumo serão disponibilizados para acesso público.

Assinatura do Autor

Assinatura do Coordenador do Curso

Data:/...../.....

A Coordenação de Curso deve encaminhar este formulário devidamente preenchido e assinado com uma cópia digital em PDF do trabalho para a biblioteca do referido curso.

1 Texto (PDF); Imagem (JPG ou GIF); Som (Wave, MPEG, AIFF, SND); Vídeo (MPEG, AVI, Q T, MOV); Outros

APÊNDICE X

LISTAGEM ATIVIDADES DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Atividade	Máximo de Horas
Ensino	Até 80 horas
Projeto de Ensino cadastrado por docente do curso de Relações Internacionais ou por docentes de outros cursos relacionados à formação em Relações Internacionais.	
Atividades de Monitoria (voluntária ou remunerada com bolsa) no curso de Relações Internacionais ou em outros cursos relacionados à formação em Relações Internacionais.	
Disciplina cursada em outro curso da UFPel (não aproveitada e não prevista no PPC), relacionada à formação em Relações Internacionais.	
Disciplina cursada em outra instituição de ensino, nacional ou internacional, não aproveitada como equivalente e relacionada à formação em Relações Internacionais.	
Atividades de ensino variadas (cursos, minicursos, oficinas, <i>workshops</i> , capacitações, entre outras), realizadas em instituições nacionais ou internacionais e relacionadas à formação em Relações Internacionais.	
Curso em Língua Estrangeira em instituições nacionais e internacionais, públicas ou privadas.	
Proficiência em Língua Estrangeira, realizada ao longo do curso em instituição nacional ou internacional, pública ou privada.	
Estágio Não Obrigatório realizado ao longo do curso de graduação, no qual se observe que, pelo menos, uma das competências e habilidades relacionadas à formação em Relações Internacionais, previstas no Projeto Pedagógico do Curso sejam desenvolvidas.	
Pesquisa	Até 80 horas
Projetos de Pesquisa - como Bolsista de Iniciação Científica, remunerado ou voluntário - cadastrados por docentes do curso de Relações Internacionais ou	

por docentes de outros cursos relacionados à formação em Relações Internacionais.	
Apresentação de Trabalho e/ou Publicação em anais de eventos acadêmicos e científicos (Semanas Acadêmicas, Encontros de Estudantes, Seminários, Palestras, Conferências, Fóruns, Congresso, entre outros), relacionados à formação em Relações Internacionais.	
Publicação de artigos científicos completos, em revistas acadêmicas, relacionados à formação em Relações Internacionais.	
Extensão	Até 80 horas
Projetos de Extensão cadastrados por docentes do curso de Relações Internacionais ou de outros cursos relacionados à formação em Relações Internacionais, não computados para os fins de Ação Curricular em Extensão.	
Eventos acadêmicos e científicos (Semanas Integradas da UFPel, Semanas Acadêmicas, Encontros de Estudantes, Seminários, Palestras, Conferências, Fóruns, Congressos, outros) e eventos externos, relacionados à formação em Relações Internacionais.	
Participação em ações de voluntariado em organizações da sociedade civil e outras. *Mesários, nos termos da Justiça Eleitoral; Jurado, nos termos do Serviço Judiciário; Doação de Sangue será considerada, nos termos da Lei Federal no. 1075, de 27 de março de 1950.	
Intercâmbio/Mobilidade Acadêmica em Universidade/Instituição nacional ou internacional conveniada com a UFPel.	

APÊNDICE XI

REQUERIMENTO PARA APROVEITAMENTO DE ATIVIDADES DO EIXO DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Nome completo: _____

Nº de Matrícula: _____

Instruções:

- a) Leia atentamente o Projeto Pedagógico do Curso, antes de requerer o aproveitamento das atividades complementares.
- b) Preencha a quantidade e a carga horária total da sua participação, em cada item.
- c) Anexe a este requerimento a(s) cópia(s) do(s) documento(s) comprobatório(s) da(s) atividade(s) realizada(s) que tem interesse em aproveitar.
- d) Organize e enumere os documentos comprobatórios, observando a sequência deste formulário.
- e) Nas datas definidas pela Coordenação, entregue-os em um envelope/pasta, com sua identificação.

Item	Atividades	Quantidade	C.H. total do item
01	Projeto de Ensino cadastrado por docente do curso de Relações Internacionais ou por docentes de outros cursos relacionados à formação em Relações Internacionais.		
02	Atividades de Monitoria (voluntária ou remunerada com bolsa)		

	no curso de Relações Internacionais ou em outros cursos relacionados à formação em Relações Internacionais.		
03	Disciplina cursada em outro curso da UFPel (não aproveitada e não prevista no PPC), relacionada à formação em Relações Internacionais.		
04	Disciplina cursada em outra instituição de ensino, nacional ou internacional, não aproveitada e relacionada à formação em Relações Internacionais.		
05	Atividades de ensino variadas (cursos, mini-cursos, oficinas, <i>workshops</i> , capacitações, entre outras), realizadas em instituições nacionais ou internacionais e relacionadas à formação em Relações Internacionais.		
06	Curso em Língua Estrangeira em instituições nacionais e internacionais, públicas ou privadas.		
07	Proficiência em Língua Estrangeira, realizada ao longo do curso em instituição nacional ou internacional, pública ou privada.		
08	Estágio Não Obrigatório realizado ao longo do curso de graduação, no qual se observe que, pelo menos, uma das competências e habilidades relacionadas à formação em Relações Internacionais, previstas no Projeto Pedagógico do		

	Curso sejam desenvolvidas.		
TOTAL DA CARGA HORÁRIA EM ATIVIDADES DE ENSINO			
09	Projetos de Pesquisa - como Bolsista de Iniciação Científica, remunerado ou voluntário - cadastrados por docentes do curso de Relações Internacionais ou por docentes de outros cursos relacionados à formação em Relações Internacionais.		
10	Apresentação de Trabalho e/ou Publicação em anais de eventos acadêmicos e científicos (Semanas Acadêmicas, Encontros de Estudantes, Seminários, Palestras, Conferências, Fóruns, Congresso, entre outros), relacionados à formação em Relações Internacionais.		
11	Publicações de artigos completos, em revistas acadêmicas, relacionados à formação em Relações Internacionais.		
TOTAL DA CARGA HORÁRIA EM ATIVIDADES DE PESQUISA			
12	Projetos de Extensão cadastrados por docentes do curso de Relações Internacionais ou de outros cursos relacionados à formação em Relações Internacionais, não computados para os fins de Ação Curricular em Extensão.		
13	Eventos acadêmicos e científicos (Semanas Integradas da UFPel,		

	Semanas Acadêmicas, Encontros de Estudantes, Seminários, Palestras, Conferências, Fóruns, Congressos, outros) e eventos externos, relacionados à formação em Relações Internacionais.		
14	Participação em ações de voluntariado em organizações da sociedade civil e outras. * Mesários, nos termos da Justiça Eleitoral. * Jurado, nos termos do Serviço Judiciário. *Doação de Sangue, nos termos da Lei Federal no. 1075, de 27 de março de 1950.		
15	Intercâmbio/Mobilidade Acadêmica em Universidade/Instituição nacional ou internacional conveniada com a UFPel.		
TOTAL DA CARGA HORÁRIA EM ATIVIDADES DE EXTENSÃO			
17	OUTRAS*		

*Demandas sobre atividades não previstas neste formulário, estarão sujeitas à apreciação do Colegiado do Curso de Relações Internacionais.

Pelotas, _____ de _____ de _____.

Assinatura do requerente

Recebido pelo Colegiado do Curso de Relações Internacionais em: _____

PARECER SOBRE REQUERIMENTO PARA APROVEITAMENTO DE ATIVIDADES DO EIXO DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Nome _____ **completo:**

Nº _____ **de** _____ **Matrícula:**

Após análise e avaliação dos documentos apresentados, o Colegiado do Curso de Relações Internacionais, decide pelo:

() Deferimento da carga horária a ser aproveitada formação complementar.

() Indeferimento da carga horária a ser aproveitada formação complementar.

Justificativa: _____

ANEXO

Relatório de Referendo da Bibliografia pelo NDE do Curso de Relações Internacionais

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Relações Internacionais da UFPel no uso de suas atribuições Regulamentares e Regimentais, considerando o processo de renovação de reconhecimento do curso, **no qual são oferecidas 55 vagas anuais**, apresenta referendo a respeito de análise sobre o acervo bibliográfico do curso, bem como aquele sugerido pelos docentes para cada um dos componentes curriculares, considerando os títulos e periódicos sugeridos pelos docentes no tocante à adequação e compatibilidade da bibliografia básica e complementar, assim como do número de exemplares em função das vagas oferecidas.

Na UFPel todo acervo físico é tombado. O acervo virtual (*e-books*, *periódicos*) possui contrato registrado em nome da Universidade²⁸, que garante acesso ininterrupto pelos usuários. Todo o acervo virtual tem acesso remoto, mediante *login* e senha (cadastrado nas bibliotecas). Para o acesso à base EBSCO *ebooks* e Portal de Periódicos Capes, o acesso é via CAFE (Comunidade Acadêmica Federada), também cadastrado nas bibliotecas. Destaca-se que não existe limite de acessos às obras eletrônicas, as quais podem ser acessadas de qualquer parte do mundo, a qualquer tempo, simultaneamente.

A **bibliografia básica** prevista no projeto pedagógico do curso está à disposição na biblioteca, tombada junto ao patrimônio da IES ou via acesso remoto. O acervo está informatizado e atende às necessidades do curso no tocante às características acadêmico-pedagógicas e também relacionada ao quantitativo de títulos/exemplares. A adequação da bibliografia foi referendada pelo NDE quanto a sua compatibilidade aos conteúdos de cada uma das disciplinas, atualização e, também, em relação ao número de vagas e a quantidade de exemplares por título ou possibilidade de acesso remoto, no acervo.

A **bibliografia complementar** prevista no projeto pedagógico do curso está à disposição na biblioteca, tombada junto ao patrimônio da IES ou via acesso remoto. O acervo está informatizado e atende às necessidades do curso no tocante às características acadêmico-pedagógicas e também relacionada ao quantitativo de títulos/exemplares. A adequação da bibliografia foi referendada pelo NDE quanto a sua compatibilidade aos conteúdos de cada uma das disciplinas, atualização e, também, em relação ao número de vagas e a quantidade de exemplares por título ou possibilidade de acesso remoto, no acervo.

A bibliografia básica e complementar de cada uma das unidades curriculares, após analisadas pelo NDE foram consideradas como adequadas às respectivas unidades

²⁸ Quando necessário, cópias dos contratos poderão ser solicitadas à(o) bibliotecária(o) responsável pelo acervo ou à Procuradoria Institucional.

curriculares e seus conteúdos, conforme descritos no Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

Na revisão do PPC, observou-se a importância da utilização do acervo virtual (*e-books*, periódicos), o qual proporciona maior flexibilidade e acessibilidade no contexto atual.. Quanto aos periódicos especializados, a biblioteca da UFPel disponibiliza acesso ao Portal de Periódicos CAPES (por assinatura), Portal de Periódicos Eletrônicos da UFPel (<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/>), Repositório Institucional Guaiaça (<http://guaiaaca.ufpel.edu.br/>) e Portal EBSCO sendo que os dois últimos são de acesso aberto e de domínio da UFPel. Outras bases de dados de acesso aberto que podem ser exploradas pelos discentes e docentes do curso (como por exemplo, Domínio Público e Scielo) não foram consideradas pelo NDE, visto que a UFPel não possui domínio sobre eles.

A Biblioteca disponibiliza recursos de pesquisa e, de modo facilitar o acesso aos recursos informacionais, possui terminais com acesso à internet. No espaço físico da biblioteca estão disponíveis 15 salas de leitura com rede *wifi* onde os discentes, utilizando seu notebook, podem acessar as bases.

O acervo é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço. O Sistema de Bibliotecas da UFPel (SisBi/UFPel) é vinculado ao Gabinete do Vice-Reitor e o plano de contingência adotado data de 2018.

Em conformidade com o definido em Reunião realizada em 21 de setembro de 2020 foi elaborada a análise de adequação da bibliografia solicitada pelos docentes em parceria com o NDE e disponível na IES para todos os períodos do curso de Relações Internacionais. Destaca-se que o acervo bibliográfico será atualizado sempre que possível, em razão de novas edições ou para atualização dos temas objeto de estudos, além de publicações destinadas a subsidiar projetos de pesquisa (iniciação científica) e extensão.